



RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO

Segurança Pública Municipal

Sumário

RESUMO DO LEVANTAMENTO nº 573	1
RELATÓRIO DO LEVANTAMENTO nº 573	2
Objeto	2
Objetivo	2
Escopo	2
Metodologia	4
RESULTADOS	6
CONCLUSÕES	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
ENCAMINHAMENTOS	69

RESUMO DO LEVANTAMENTO nº 573

O que levantamos

Objeto: Diagnóstico da segurança pública no âmbito municipal.

Período de realização: 24/07/2025 até 09/10/2026.

Entidades envolvidas no levantamento: Municípios paranaenses.

O que constatamos

O diagnóstico evidenciou avanços na institucionalização da segurança pública municipal, na profissionalização das Guardas Municipais, na adoção de tecnologias e na integração operacional com órgãos estaduais e federais. Entretanto, persistem desafios relacionados à governança, ao planejamento estratégico, ao financiamento, à integração tecnológica, à prevenção da violência e à cooperação interfederativa, especialmente nos municípios de pequeno porte, que apresentam maiores limitações administrativas, financeiras e técnicas.

O que foi proposto

Divulgação dos resultados e utilização como subsídio ao aprimoramento das políticas municipais de segurança pública e a futuras ações de fiscalização do TCE-PR.

Outubro de 2026

CAUD/CGF

Tribunal de Contas do Estado do Paraná

RELATÓRIO DO LEVANTAMENTO nº 573

Objeto

1) O levantamento teve como **objeto** a realização de um diagnóstico da segurança pública no âmbito dos municípios paranaenses, por meio de questionário estruturado junto aos municípios paranaenses.

Objetivo

2) O **objetivo** do levantamento consistiu em obter informações sobre as ações adotadas pelos municípios na área de segurança pública, especialmente quanto à organização, funcionamento e integração das estruturas mencionadas, visando subsidiar estudos e análises sobre a efetividade dessas políticas.

3) Para isso, foram definidos os seguintes objetivos específicos: identificar as estruturas responsáveis pela segurança pública nos municípios; verificar a existência de planejamento e acompanhamento das ações; analisar como os recursos são financiados e utilizados; examinar os sistemas e ferramentas tecnológicas empregados; avaliar os mecanismos de controle, transparência e participação da população; identificar ações de capacitação e prevenção; e mapear as parcerias que apoiam a execução das políticas de segurança pública.

Escopo

4) A atuação dos municípios em ações voltadas à segurança pública tem ganhado relevância nos últimos anos, tanto no contexto social de proteção da população quanto na alocação de recursos públicos. Essa importância é evidenciada por regulamentações e discussões legislativas e judiciais em âmbito nacional, como as Leis Federais nº 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais) e nº 13.675/2018 (Sistema Único de Segurança Pública – SUSP), a ADPF 995, julgada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) em agosto de 2023, fixando o

entendimento no sentido de que as Guardas Municipais integram o Sistema de Segurança Pública, a Proposta de Emenda à Constituição nº 18/2025, em trâmite no Congresso Nacional, e a apreciação pelo STF do Tema 656 (RE 608.588), que trata da competência municipal para atuar na segurança pública. Os detalhes do arcabouço de critérios relacionado ao tema estão pormenorizados no **Apêndice 1** deste relatório.

5) Além do aspecto normativo, observa-se um crescimento expressivo da participação dos municípios na prevenção da violência, na proteção de bens, serviços e instalações e na integração com órgãos estaduais e federais. Essa tendência tem impacto direto na gestão pública, exigindo planejamento estratégico, investimentos em tecnologia, capacitação de pessoal e mecanismos de governança para garantir eficiência e legalidade das ações.

6) Diante desse cenário, torna-se fundamental compreender como os municípios estão estruturando suas políticas e operações, quais desafios enfrentam e quais boas práticas podem ser disseminadas.

7) Nesse contexto, o levantamento focou na avaliação da estrutura operacional da segurança pública municipal, sob perspectiva de maturidade institucional, governança e capacidade de gestão.

8) Antes do envio do questionário, a partir de um alinhamento com o Ministério Público de Contas (MPC), foram agregadas no levantamento algumas questões relacionadas ao Questionário Nacional sobre a Segurança Pública nos Municípios Brasileiros, desenvolvido pelo Comitê Técnico de Segurança Pública do Instituto Rui Barbosa (IBR).

9) Dessa forma, o levantamento contou com 59 questões, as quais estão disponíveis no **Apêndice 2** deste Relatório, estruturadas nos seguintes eixos: Estrutura Institucional e Governança; Gestão Orçamentária e Financeira; Políticas Públicas e Planejamento; Tecnologia e Infraestrutura; Fiscalização e Controle; Capacitação e Educação e Parcerias e Cooperação.

10) É importante destacar que o levantamento se baseia em informações autodeclaradas pelos respondentes municipais, organizadas em eixos temáticos e convertidas em indicadores padronizados para análise comparativa. Assim, os resultados devem ser interpretados como um retrato da maturidade institucional e da

capacidade de gestão da política municipal de segurança pública — e não como medida direta de criminalidade, vitimização ou desempenho policial.

Metodologia

- 11) O levantamento integra o Plano de Fiscalização (PAF) do TCE-PR, conforme autorização contida no chamado nº 136384¹ da Central de Serviços Unificada do TCE-PR (GLPI).
- 12) Em todo o ciclo do diagnóstico, foram adotadas como referência as **Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP)**, notadamente a NBASP 100.
- 13) Em 2025 e 2026, houve a realização de estudos preliminares sobre a temática e a realização de visitas técnicas a órgãos federais, estaduais e municipais de segurança.
- 14) No âmbito federal, ocorreram visitas na Superintendência da Polícia Federal de Curitiba, no Ministério da Justiça e no Tribunal de Contas da União.
- 15) No contexto estadual, foram visitadas a Secretaria Estadual de Segurança Pública (SESP) e o Centro Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança (CECONSEG).
- 16) No que concerne aos municípios paranaenses, foram realizadas visitas em secretarias municipais responsáveis pela área da segurança municipal, nas sedes de guardas municipais, em centros de monitoramentos municipais e em Conselhos Comunitários de Segurança. A equipe de servidores do TCE-PR esteve presente em 13 municípios em 2025: Apucarana, Arapongas, Araucária, Campo Largo, Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá, Pinhais, Ponta Grossa, São José dos Pinhais e Sarandi.
- 17) Os Relatórios com os detalhamentos das conclusões das Visitas Técnicas realizadas estão disponíveis no **Apêndice 3** deste Relatório.
- 18) Em 2026, a partir dos estudos preliminares e das visitas técnicas realizadas em órgãos federais, estaduais e municipais relacionadas à segurança pública municipal,

¹ https://atendimento.tce.pr.gov.br/index.php?redirect=ticket_136384

foi realizada uma avaliação de riscos sobre os pontos de maior impacto no tema, sendo estruturado um **Questionário** organizado em **sete eixos**, agregando perguntas fechadas, semifechadas e condicionais, permitindo mapear dimensões relevantes da segurança pública municipal:

Eixo I – Estrutura Institucional e Governança: examina a existência de órgãos gestores, Guardas Municipais, estruturas administrativas, conselhos, mecanismos de controle e demais instrumentos relacionados à institucionalização da política pública;

Eixo II – Gestão Orçamentária e Financeira: avalia a previsão, a execução e o acompanhamento dos recursos destinados à segurança pública municipal, bem como sua inserção nos instrumentos de planejamento e orçamento;

Eixo III – Políticas Públicas e Planejamento: verifica a existência de diagnósticos, planos municipais de segurança pública, metas, indicadores, mecanismos de monitoramento e políticas destinadas à prevenção e à proteção de grupos vulneráveis;

Eixo IV – Tecnologia e Infraestrutura: analisa a disponibilidade e o uso de videomonitoramento, muralhas digitais, iluminação pública, sistemas de informação, equipamentos e estruturas físicas de apoio;

Eixo V – Fiscalização e Controle: examina os mecanismos de fiscalização administrativa, controle das atividades urbanas, integridade, transparência e participação social;

Eixo VI – Capacitação e Educação: avalia os programas de formação e aperfeiçoamento dos profissionais, além das iniciativas permanentes de prevenção da violência, educação para a cidadania e promoção da cultura de paz;

Eixo VII – Parcerias e Cooperação: identifica protocolos, acordos e instrumentos de articulação entre os municípios e os órgãos estaduais e federais, considerando o compartilhamento de informações, tecnologias, recursos e ações operacionais.

19) A organização nesses sete eixos permite compreender a segurança pública municipal de forma sistêmica. A capacidade de um município nessa área não pode ser avaliada apenas pela existência de Guarda Municipal ou pela aquisição de equipamentos, pois também depende de estrutura administrativa, planejamento, orçamento, qualificação profissional, prevenção social, infraestrutura urbana, tecnologia, participação comunitária e cooperação entre instituições.

20) A análise comparativa foi estruturada por porte populacional, com as seguintes faixas e respectivas populações na **Tabela 1**.

Tabela 1. Faixas populacionais por municípios

Faixa populacional	Qtde. Municípios	% Municípios	Pop. Total	% Pop. Total
1 - Até 20 mil habitantes	302	75,69	2.451.874	20,62
2 - Entre 20 mil e 50 mil habitantes	59	14,79	1.832.900	15,41
3 - Entre 50 mil e 100 mil habitantes	14	3,51	945.227	7,95
4 - Mais de 100 mil habitantes	24	6,02	6.660.516	56,02
Total	399	100	11.890.517	100

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE.

21) Essa abordagem é especialmente relevante no Paraná, onde 302 dos 399 municípios, equivalentes a 75,69% do total, possuem até 20 mil habitantes. As diferenças de escala administrativa e financeira influenciam diretamente a capacidade de instituir órgãos próprios, manter equipes especializadas, investir em tecnologia e executar políticas permanentes de segurança pública.

22) O questionário foi encaminhado a todos os 399 municípios paranaenses, por meio da plataforma *LimeSurvey*, sendo respondido por 370 municípios, perfazendo uma participação de 92,73% do universo municipal paranaense.

RESULTADOS

23) As respostas obtidas pelo levantamento foram consolidadas no painel Diagnóstico da Segurança Pública Municipal do Paraná (SPM)², desenvolvido por meio da plataforma *Microsoft Power BI*, com a organização dos resultados de cada questão em regiões intermediária, imediata, mesorregião, por associação de municípios, por faixa populacional e por município. O painel também apresenta informações sobre indicadores de segurança pública e sobre a execução de despesas orçamentárias nos municípios, além de um Índice de Maturidade da Gestão da Segurança Pública Municipal (IMGSPM). Os detalhes do painel SPM e do IMGSPM constam, respectivamente, nos **Apêndices 1 e 6** deste Relatório.

²<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrJm9iZnZkMmY1OGUtZjBkZS00Mjk2LTk0NzUtYmVhZDIxZDUzZmJkIiwidCI6ImY3MGUwYmYyLW9hZjYtNDViZS01Iiwia2N2VkLTI0OGMxYiI0YmZkZiIsImMiOiR9>

24) A partir da análise dessas informações, foram constatados os seguintes cenários em cada eixo e questões.

EIXO I – ESTRUTURA INSTITUCIONAL E GOVERNANÇA

1. Estrutura Organizacional

1.1 O Município possui Secretaria de Segurança Pública, Defesa Social, Ordem Pública ou similar?

25) Esta pergunta busca aferir o grau de institucionalização da política municipal de segurança pública, elemento essencial para a coordenação de ações, definição de competências, planejamento e integração com os demais entes do SUSP. A existência de órgão gestor formal demonstra comprometimento administrativo, previsibilidade decisória e capacidade de governança, conforme previsto na Lei nº 13.675/2018.

26) O resultado do levantamento, conforme **Tabela 2**, demonstra que 23,04% dos municípios possuem secretarias voltadas à segurança pública municipal, demonstrando ser um índice abaixo da média nacional de Guardas Municipais no Brasil, com 23,73%³.

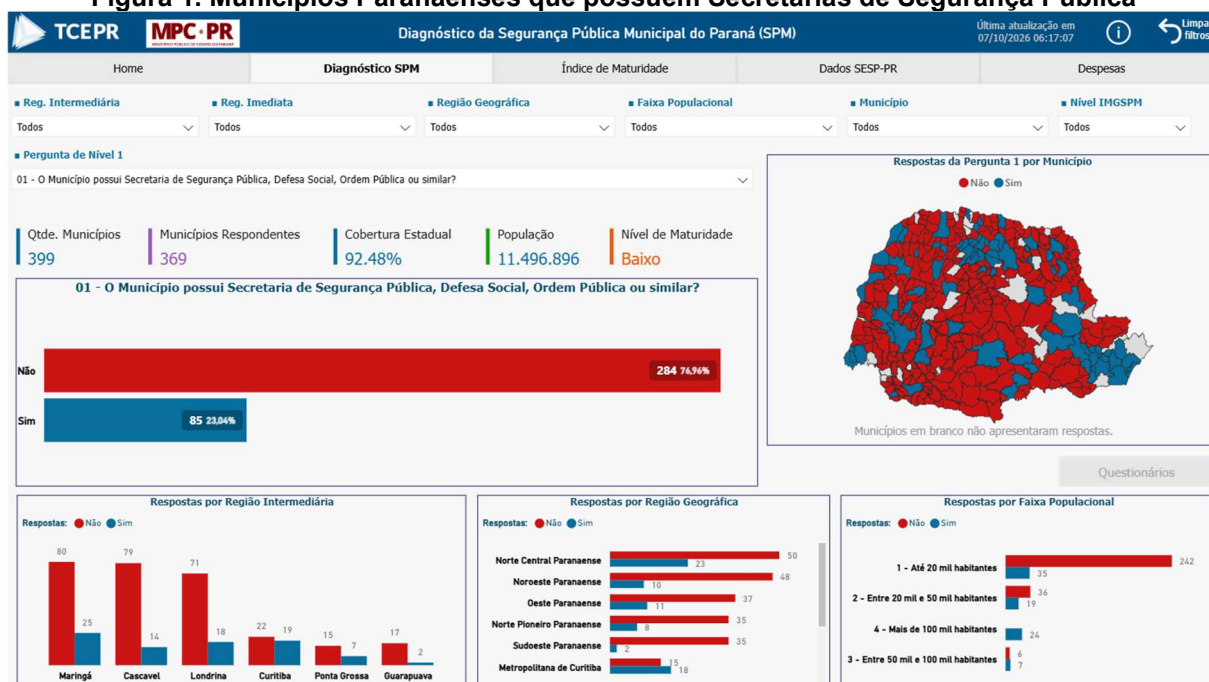
Tabela 2. Municípios Paranaenses que possuem Secretarias de Segurança Pública

Situação Institucional	Qtde.	%
Sim	85	23,04
Não	284	76,96
Total	369	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do levantamento.

27) A análise do resultado por faixa populacional também evidencia que a existência de Secretaria de Segurança Pública, Defesa Social, Ordem Pública ou similar apresenta associação com o porte do município. Nas faixas populacionais superiores, observa-se maior proporção relativa de respostas positivas, enquanto nas faixas menores predomina de forma expressiva a ausência de estrutura formal específica.

³ BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Diagnóstico das Guardas Municipais no Brasil 2025: ano-base 2024*. Brasília, DF: MJSP/SENASP, 2025. Disponível em: [Diagnóstico das Guardas Municipais – MJSP](#)

Figura 1. Municípios Paranaenses que possuem Secretarias de Segurança Pública

28) Esse comportamento sugere que a institucionalização da política municipal de segurança pública depende, em grande medida, da capacidade administrativa, financeira e organizacional dos entes locais. Municípios mais populosos, em regra, tendem a possuir maior complexidade urbana e maior densidade burocrática, o que favorece a criação de órgãos próprios de coordenação. Já os municípios de menor porte revelam maior fragilidade institucional, com provável dispersão de competências e menor capacidade de governança setorial (**Figura 1**).

29) A constatação reforça a necessidade de fortalecimento de arranjos institucionais mínimos de gestão da segurança pública municipal, especialmente entre os municípios pequenos e médios, como condição para ampliar a coordenação das ações, a integração ao SUSP e a efetividade da política pública.

1.2 Seu município possui Guarda Municipal instituída?

30) A presente questão visa identificar a existência e o estágio de implementação da Guarda Municipal no âmbito dos municípios paranaenses, elemento relevante para aferir a capacidade operacional direta dos entes locais na política de segurança pública.

31) Os dados indicam, conforme **Tabela 3**, que apenas 40 municípios (10,84%) possuem Guarda Municipal efetivamente implementada, enquanto a ampla maioria,

315 municípios (85,37%), não dispõe dessa estrutura. Além disso, 14 municípios (3,79%) já instituíram legalmente a Guarda, mas ainda não a implementaram.

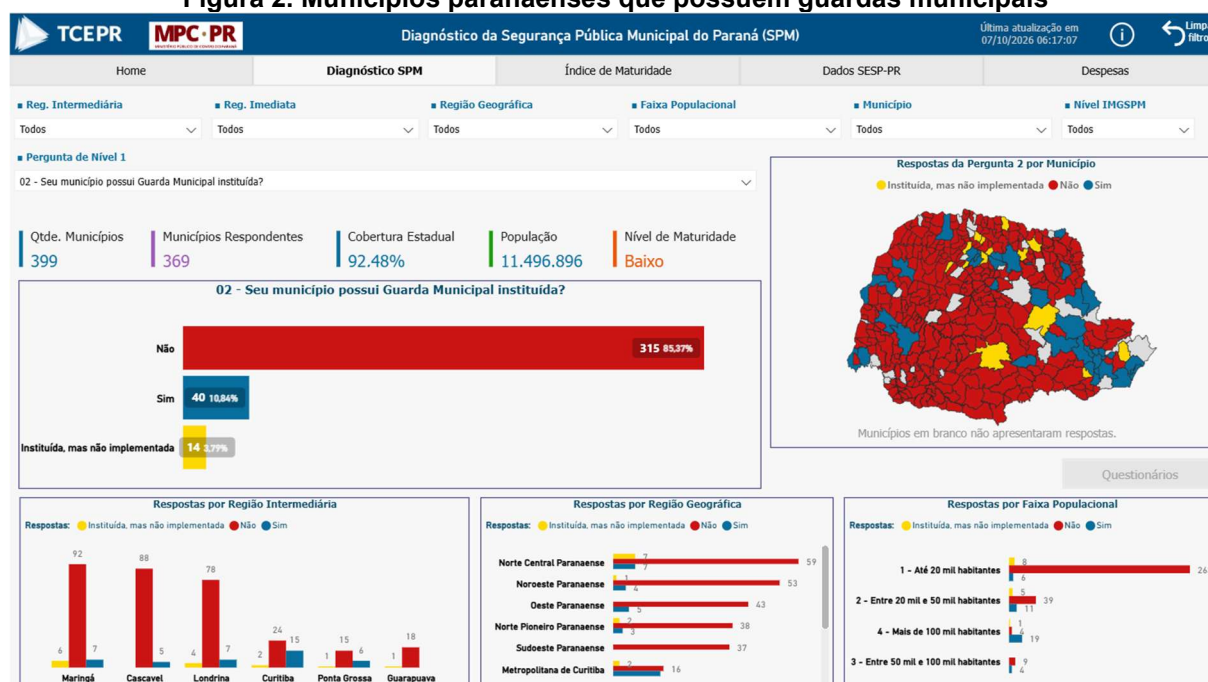
Tabela 3. Municípios Paranaenses que possuem Guardas Municipais

Situação Institucional	Qtde.	%
Sim	40	10,84
Não	315	85,37
Instituída, mas não implementada	14	3,79
Total	369	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do levantamento.

32) O resultado revela um baixo nível de capacidade operacional direta dos municípios na área de segurança pública, significativamente inferior ao já reduzido nível de institucionalização observado na existência de secretarias.

Figura 2. Municípios paranaenses que possuem guardas municipais



33) O percentual de municípios com Guarda Municipal no Paraná (10,84%) encontra-se substancialmente abaixo da média nacional aproximada (23,73%), conforme o Diagnóstico Nacional das Guardas Municipais⁴, indicando que:

- o Paraná apresenta defasagem relevante na implementação desse instrumento de política pública;

⁴ BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Diagnóstico das Guardas Municipais no Brasil 2025: ano-base 2024*. Brasília, DF: MJSP/SENASP, 2025. Disponível em: [Diagnóstico das Guardas Municipais – MJSP](#)

- b. a atuação municipal na segurança pública ocorre, predominantemente, sem força operacional própria;
- c. há baixa internalização do modelo previsto no Estatuto das Guardas Municipais.

34) Avaliando a distribuição das GMs por faixa populacional dos municípios, conforme **Tabela 4**, percebe-se que no grupo de municípios com até 20 mil habitantes existem 6 municipalidades com GMs (2,23%). Já na faixa dos municípios com população de 20 a 50 mil habitantes, o número de municípios com GMs se eleva para 11 (22%). Em relação ao conjunto de municípios com população entre 50 e 100 mil habitantes, nota-se a existência de 4 municípios (30,77%) com GMs. A grande concentração de GMs é verificada na faixa dos municípios com população acima de 100 mil habitantes, sendo 19 municípios (82,61%).

Tabela 4. Distribuição por faixa populacional das Guardas Municipais

Faixa populacional	Sim	% Sim	Não	% Não	Total
Até 20 mil	6	2,23	296	97,77	302
20 a 50 mil	11	22	48	8	59
50 a 100 mil	4	30,77	10	9,23	14
Mais de 100 mil	19	82,61	5	7,39	24
Total	40	-	359	-	399

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do levantamento.

35) Os resultados demonstram uma significativa assimetria territorial na implementação das Guardas Municipais, cuja existência depende de capacidade administrativa e financeira suficiente, resultando em forte concentração nos municípios de maior porte e presença incipiente nos pequenos municípios.

36) A análise da presente pergunta, revela um cenário de baixa capacidade operacional municipal em segurança pública, ainda mais crítico do que aquele identificado na existência de secretarias específicas (Pergunta 1.1).

37) Enquanto cerca de 23,04% dos municípios possuem estrutura administrativa (secretaria), apenas 10,84% possuem estrutura operacional efetiva (Guarda Municipal), o que indica que parte dos municípios sequer avançou da governança para a execução.

1.2.1 Qual o efetivo total (considerar servidores ativos e inativos)?

38) Os municípios respondentes informaram um efetivo total de 5.262 integrantes das Guardas Municipais, conforme **Tabela 5**, considerando servidores ativos e inativos. O quantitativo do efetivo demonstra que as Guardas Municipais já representam importante componente da segurança pública municipal, especialmente nos municípios de médio e grande porte, onde há maior concentração de guardas municipais e maior demanda para as atividades administrativas e operacionais.

Tabela 5. Efetivo Total das Guardas Municipais e efetivo feminino

Situação Institucional	Qtde.	%
Guardas Municipais Masculinos	4539	86,82
Guardas Municipais Femininas	723	13,18
Total	5262	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do levantamento.

1.2.2 Qual o efetivo feminino (considerar servidores ativos e inativos)?

39) Do efetivo total informado, 723 integrantes são mulheres, correspondendo a 13,18% do efetivo das Guardas Municipais paranaenses, enquanto o efetivo masculino representa 86,82%, com 4539 integrantes.

40) Embora a participação feminina venha aumentando nas instituições de segurança pública brasileiras, os resultados demonstram que as mulheres ainda representam parcela reduzida do efetivo operacional. A ampliação da participação feminina constitui importante medida para fortalecer políticas de atendimento às mulheres em situação de violência, mediação de conflitos, policiamento comunitário e promoção da diversidade institucional, em consonância com os princípios da igualdade de oportunidades e da valorização profissional.

1.2.3 Os guardas portam armas de fogo (considerar autorização formal, mesmo que nem todos portem)?

41) Os resultados demonstram que 34 Guardas Municipais (85%) possuem autorização formal para porte de arma de fogo, enquanto 6 instituições (15%) informaram não possuir essa autorização, conforme **Tabela 6**.

Tabela 6. Guardas Municipais que portam arma de fogo

Situação Institucional	Qtde.	%
Não	6	15

Sim	34	85
Total	40	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do levantamento.

42) O elevado percentual de Guardas Municipais armadas evidencia a evolução institucional dessas corporações após a edição do Estatuto Geral das Guardas Municipais e das alterações legislativas que ampliaram a possibilidade de porte funcional. Esse cenário reforça a necessidade de manutenção de programas permanentes de capacitação, treinamento e controle administrativo, garantindo que a utilização do armamento ocorra em conformidade com os princípios da legalidade, proporcionalidade, uso diferenciado da força e proteção dos direitos fundamentais.

1.2.4 Qual a forma de investidura?

43) Os resultados demonstram que em 39 Guardas Municipais (97,50%) os seus integrantes ingressaram exclusivamente por concurso público, enquanto apenas 1 município (2,50%) declarou possuir composição mista entre servidores concursados e não concursados, conforme informação compilada na **Tabela 7**.

Tabela 7. Forma de investidura dos Guardas Municipais

Situação Institucional	Qtde.	%
Apenas concursados	39	97,50
Concursados e não concursados	1	2,50
Não Concursados	0	0
Total	40	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do levantamento.

44) Os dados indicam elevado nível de observância ao princípio constitucional do concurso público e às disposições do Estatuto Geral das Guardas Municipais, fortalecendo a profissionalização da carreira e a legitimidade da atuação institucional.

1.2.5 Existe plano de carreira específico para a Guarda Municipal?

45) Os resultados demonstram que 23 Guardas Municipais (57,50%) possuem plano de carreira específico, enquanto 17 instituições (42,50%) informaram não dispor desse instrumento de gestão de pessoas, conforme **Tabela 8**.

Tabela 8. Guardas Municipais com plano de carreira específico

Situação Institucional	Qtde.	%
Não	17	42,5
Sim	23	57,5

Total	40	100
-------	----	-----

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do levantamento.

46) Embora a maioria das Guardas Municipais já tenha estruturado sua carreira funcional, observa-se que parcela significativa ainda não possui mecanismos formais de desenvolvimento profissional. A existência de plano de carreira favorece a valorização dos servidores, o aperfeiçoamento institucional, a retenção de profissionais qualificados e o fortalecimento da gestão de pessoas, constituindo importante elemento para a consolidação das Guardas Municipais como instituições permanentes de segurança pública.

1.2.6 Há servidores concursados para cargos de vigilante ou vigia atuando nas funções de Guarda Municipal?

47) Os resultados demonstram, conforme a **Tabela 9**, que 38 Guardas Municipais (95%) não utilizam servidores ocupantes dos cargos de vigilante ou vigia no exercício das funções típicas de Guarda Municipal, enquanto apenas 2 municípios (5%) declararam essa prática.

Tabela 9. Servidores concursados para cargos de vigilante ou vigia atuando nas funções de Guarda Municipal

Situação Institucional	Qtde.	%
Não	38	95
Sim	2	5
Total	40	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do levantamento.

48) O elevado percentual de respostas positivas demonstra que a quase totalidade das Guardas Municipais paranaenses observa a distinção entre as atribuições dos cargos públicos e a necessidade de provimento específico para o exercício das atividades de segurança pública municipal. A utilização de servidores investidos em cargos diversos para desempenhar funções típicas de Guarda Municipal pode comprometer a legalidade administrativa, a segurança jurídica e a adequada prestação do serviço público, razão pela qual a observância das atribuições legalmente estabelecidas constitui importante indicador de maturidade institucional.

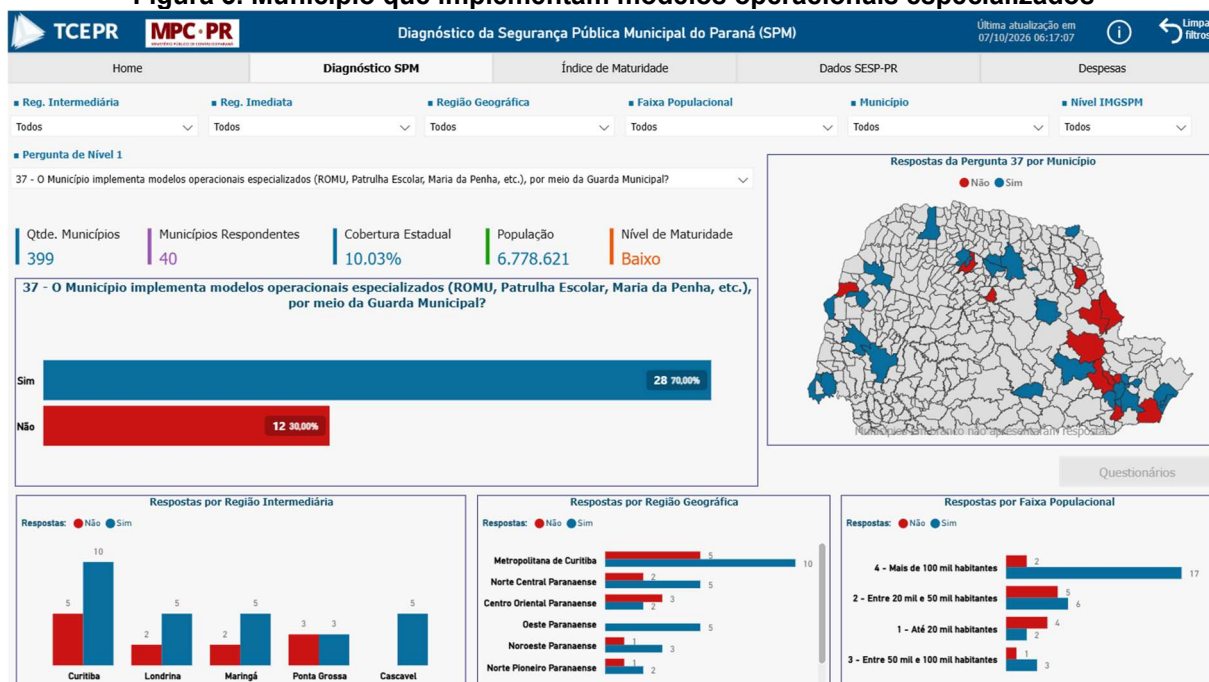
1.2.7 Operacionalização da Guarda Municipal

1.2.7.1 O Município implementa modelos operacionais especializados (ROMU, Patrulha Escolar, Maria da Penha etc.)?

49) Esta questão busca identificar a adoção de grupamentos especializados pela Guarda Municipal, permitindo avaliar a diversificação das atividades operacionais e a capacidade de atendimento a demandas específicas da segurança pública.

50) Os resultados demonstram que 28 Guardas Municipais (70%) possuem grupamentos ou programas operacionais especializados, enquanto 12 instituições (30%) ainda desenvolvem suas atividades sem unidades especializadas, observado na **Figura 3**.

Figura 3. Município que implementam modelos operacionais especializados



51) A adoção de modelos especializados representa importante indicador de maturidade operacional das Guardas Municipais, pois permite direcionar recursos humanos e materiais para o atendimento de demandas específicas da segurança pública local. Grupamentos como a Ronda Ostensiva Municipal (ROMU), Patrulha Maria da Penha, Patrulha Escolar, Grupos de Trânsito, Patrulha Rural/Ambiental, e Grupamentos de Motociclistas ampliam a capacidade de resposta às diferentes modalidades de ocorrência e fortalecem o policiamento preventivo e comunitário.

52) O elevado percentual de Guardas Municipais que adotam estruturas especializadas demonstra evolução institucional das corporações paranaenses e alinhamento às diretrizes do Estatuto Geral das Guardas Municipais. Entretanto, o fato de 30% das instituições ainda não possuírem especialização operacional indica oportunidade de fortalecimento da capacidade técnica e de expansão dos serviços especializados, especialmente nas áreas de proteção à mulher, segurança escolar e patrulhamento preventivo.

1.2.7.2 Quais modelos operacionais especializados existem no Município?

53) Os resultados demonstram que as Guardas Municipais paranaenses vêm ampliando a diversificação de suas atividades operacionais por meio da implantação de grupamentos especializados voltados ao atendimento de demandas específicas da segurança pública.

54) Entre as 118 respostas registradas, conforme **Tabela 10**, destacam-se a Patrulha Maria da Penha, com 23 registros (19,49%), seguida da Patrulha Escolar Comunitária, com 22 registros (18,64%), da Patrulha com Motocicletas, com 17 registros (14,41%), dos Grupos de Trânsito, com 14 registros (11,86%), da Patrulha Rural/Ambiental, com 12 registros (10,17%), da ROMU – Ronda Ostensiva Municipal, com 11 registros (9,32%), do Grupo com Cães, com 10 registros (8,47%), além de Outros grupamentos especializados, que somaram 9 registros (7,63%).

Tabela 10. Modelos operacionais especializados existem nos Municípios

Situação Institucional	Qtde.	%
ROMU	11	9,32
Patrulha Escolar Comunitária	22	18,64
Patrulha Maria da Penha	23	19,49
Patrulha com Motocicletas	17	14,41
Patrulha Rural/Ambiental	12	10,17
Grupo com cães	10	8,47
Grupos de Trânsito	14	11,86
Outros	9	7,63
Total	118	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do levantamento.

55) A predominância das Patrulhas Maria da Penha e das Patrulhas Escolares Comunitárias demonstra que as Guardas Municipais vêm direcionando parte significativa de sua atuação para ações preventivas e de proteção social, alinhadas às diretrizes estabelecidas pelo Estatuto Geral das Guardas Municipais (Lei nº

13.022/2014) e pelo Sistema Único de Segurança Pública (Lei nº 13.675/2018). Esses grupamentos fortalecem políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência doméstica e familiar, à proteção da comunidade escolar e à aproximação entre o poder público e a população.

56) A expressiva presença de Patrulhas com Motocicletas, Grupos de Trânsito e da ROMU evidencia, por sua vez, a ampliação da capacidade de resposta operacional das Guardas Municipais. Esses grupamentos possibilitam maior mobilidade, rapidez no atendimento de ocorrências, atuação em áreas de maior complexidade operacional e apoio às demais forças de segurança pública, contribuindo para o fortalecimento do policiamento preventivo e da preservação da ordem pública.

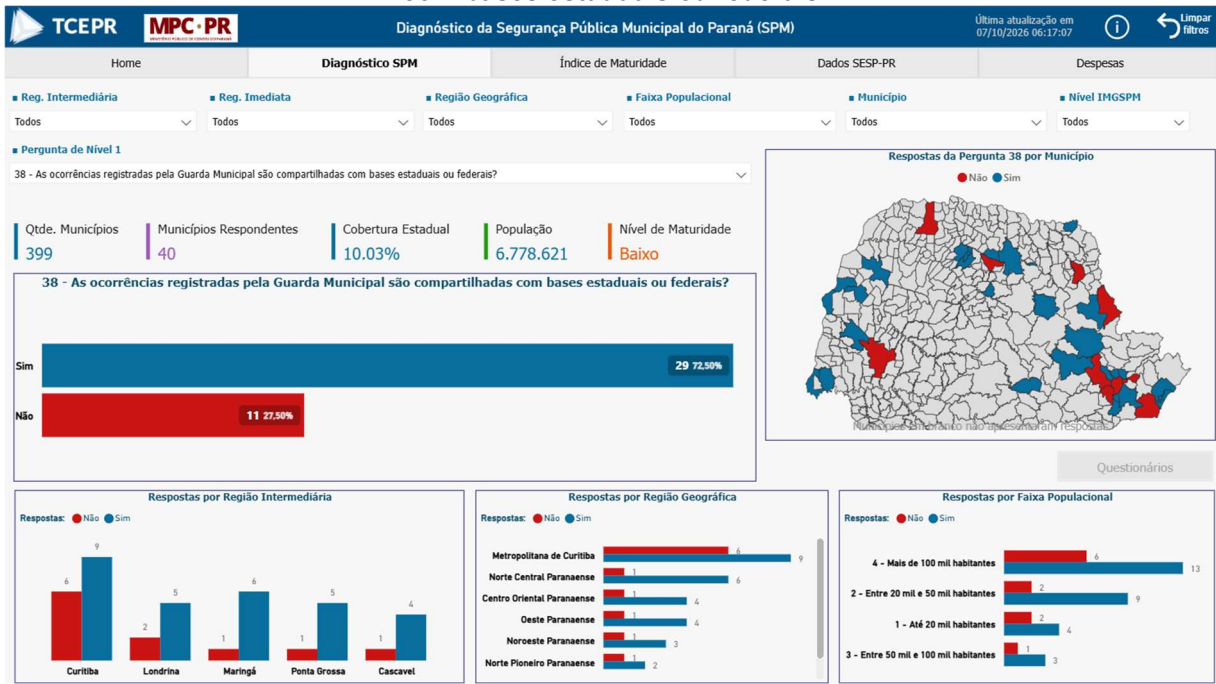
57) Observa-se, ainda, a presença de Patrulhas Rurais e Ambientais, indicando que parte dos municípios tem adaptado sua estrutura operacional às características territoriais e às necessidades locais, especialmente em municípios com extensa área rural ou relevante patrimônio ambiental. Da mesma forma, a existência de Grupos com Cães demonstra o emprego de recursos especializados em atividades de busca, localização de pessoas, tráfico de entorpecentes, apoio operacional e ações preventivas.

1.2.8 As ocorrências registradas pela Guarda Municipal são compartilhadas com bases estaduais ou federais?

58) A presente questão tem por objetivo avaliar o grau de integração das informações produzidas pela Guarda Municipal com os sistemas utilizados pelos demais órgãos de segurança pública, favorecendo a produção de conhecimento e a atuação integrada.

59) Os resultados indicam que 29 Guardas Municipais (72,5%) compartilham as ocorrências registradas com bases de dados estaduais ou federais, enquanto 11 instituições (27,5%) ainda não realizam essa integração, conforme a **Figura 4**.

Figura 4. Município que as ocorrências registradas pela Guarda Municipal são compartilhadas com bases estaduais ou federais



60) O compartilhamento de informações constitui um dos pilares do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), permitindo maior integração entre os órgãos responsáveis pela segurança pública, redução da fragmentação das informações e fortalecimento da inteligência policial.

61) A integração das ocorrências favorece a produção de diagnósticos mais precisos da criminalidade, melhora o planejamento operacional, amplia a capacidade investigativa e contribui para a formulação de políticas públicas baseadas em evidências. Apesar do percentual positivo, aproximadamente um quarto das Guardas Municipais ainda opera de forma isolada, reduzindo o potencial de cooperação institucional e de produção de conhecimento estratégico sobre a violência e a criminalidade.

1.2.8.1 Com quais bases?

62) Entre as 29 Guardas Municipais (**Tabela 11**) que informaram possuir protocolos formais de cooperação operacional, 15 instituições (51,72%) mantêm acordos exclusivamente com órgãos estaduais, 12 Guardas Municipais (41,38%) possuem cooperação simultânea com órgãos estaduais e federais, enquanto apenas 2 instituições (6,90%) estabeleceram protocolos exclusivamente com órgãos federais.

Tabela 11. Base dos protocolos de cooperação com Municípios

Situação Institucional	Qtde.	%
Ambas	12	41,38
Estadual	15	51,72
Federal	2	6,90
Total	29	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do levantamento.

63) Os resultados evidenciam que a cooperação institucional das Guardas Municipais ocorre predominantemente no âmbito estadual (51,72%), refletindo a maior proximidade administrativa e operacional entre os municípios e os órgãos estaduais de segurança pública, especialmente a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná (SESP-PR). Essa integração favorece a realização de operações conjuntas, o compartilhamento de informações, o desenvolvimento de ações preventivas e o fortalecimento da coordenação das atividades de segurança pública no território municipal.

64) Destaca-se, igualmente, o percentual expressivo de Guardas Municipais que mantêm protocolos de cooperação simultaneamente com órgãos estaduais e federais (41,38%). Esse resultado demonstra um elevado grau de maturidade institucional dessas corporações, permitindo maior acesso a sistemas nacionais de informação, capacitações, operações integradas e ações coordenadas com instituições como a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal. A atuação integrada em múltiplos níveis federativos amplia a capacidade operacional dos municípios e fortalece a resposta institucional frente às diversas modalidades de criminalidades de competência da União.

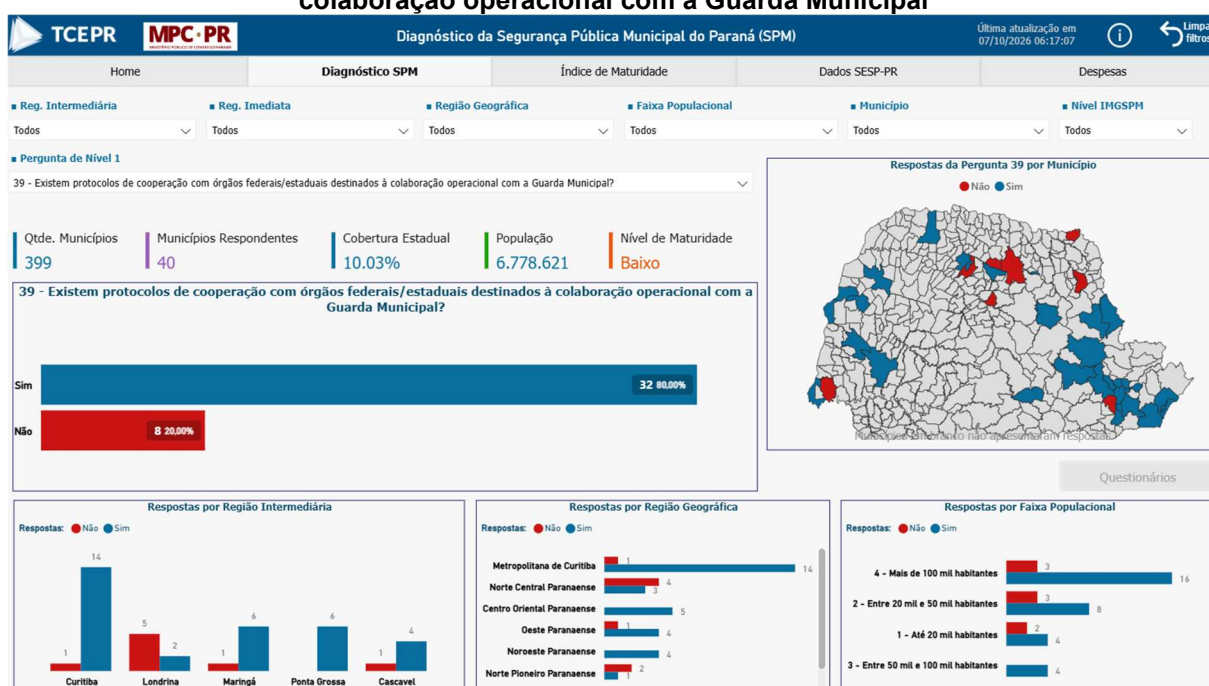
65) Por outro lado, a reduzida quantidade de Guardas Municipais que possuem cooperação exclusivamente com órgãos federais (6,90%) evidencia que a atuação federal, embora relevante em determinadas competências específicas, apresenta menor interação direta com a realidade cotidiana da segurança pública municipal. Esse resultado é coerente com o modelo federativo brasileiro, no qual a gestão da segurança pública urbana ocorre predominantemente por meio da articulação entre municípios e estados.

1.2.9 Existem protocolos de cooperação com órgãos federais ou estaduais destinados à colaboração operacional com a Guarda Municipal?

66) Esta questão visa identificar instrumentos formais de cooperação que fortaleçam a atuação integrada entre a Guarda Municipal e os demais órgãos de segurança pública (SUSP), ampliando a coordenação das ações e o intercâmbio de informações.

67) Os resultados, conforme **Figura 5**, demonstram que 32 Guardas Municipais (80%) possuem protocolos formais de cooperação com órgãos estaduais ou federais, enquanto 8 instituições (20%) ainda não formalizaram instrumentos dessa natureza.

Figura 5. Protocolos de cooperação com órgãos federais ou estaduais destinados à colaboração operacional com a Guarda Municipal



68) O elevado percentual de cooperação institucional demonstra importante nível de integração entre as Guardas Municipais paranaenses e os demais órgãos do Sistema Único de Segurança Pública. Esses instrumentos favorecem operações conjuntas, intercâmbio de informações, capacitações integradas, utilização compartilhada de tecnologias e desenvolvimento de ações coordenadas de prevenção e repressão qualificada à criminalidade.

1.2.10 As instalações físicas da Guarda Municipal atendem padrões adequados de espaço, segurança e qualidade aos seus integrantes?

69) Esta questão pretende avaliar as condições da infraestrutura física disponibilizada à Guarda Municipal, considerando sua influência sobre o desempenho das atividades operacionais, administrativas e de atendimento à população.

70) Os resultados demonstram, conforme **Tabela 12**, que a infraestrutura física das Guardas Municipais paranaenses apresenta avaliação predominantemente favorável. Das 40 Guardas Municipais respondentes, 16 (40%) classificaram suas instalações como ótimas, 14 (35%) como boas e 3 (7,5%) como excelentes, totalizando 33 instituições (82,5%) que consideram suas estruturas físicas adequadas ou superiores para o desenvolvimento das atividades operacionais e administrativas.

Tabela 12. Qualidade das instalações físicas da Guarda Municipal

Situação Institucional	Qtde.	%
Nenhuma: Não atende aos requisitos mínimos (péssima qualidade)	1	2,5
Regular: Atende parcialmente, com várias deficiências.	6	15
Boa: Atende à maioria das necessidades, mas pode melhorar.	14	35
Ótima: Atende bem, com poucas melhorias necessárias.	16	40
Excelente: Atende plenamente, com qualidade superior.	3	7,5
Total	40	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do levantamento.

71) Por outro lado, 6 Guardas Municipais (15%) avaliaram suas instalações como regulares, indicando a existência de limitações relacionadas ao espaço físico, às condições de trabalho ou à infraestrutura de apoio. Apenas uma Guarda Municipal (2,5%) informou que suas instalações não atendem aos requisitos mínimos necessários para o desempenho adequado de suas atividades.

72) Os resultados revelam que a maioria dos municípios que possuem Guarda Municipal vem investindo na estrutura física dessas corporações, proporcionando condições compatíveis com as responsabilidades atribuídas pelo Estatuto Geral das Guardas Municipais (Lei nº 13.022/2014). Instalações adequadas influenciam diretamente a eficiência operacional, a segurança dos profissionais, a conservação de armamentos, viaturas e equipamentos, além da qualidade do atendimento prestado à população.

73) Embora o diagnóstico demonstre um cenário amplamente positivo, os resultados também evidenciam que aproximadamente 17,5% das Guardas Municipais ainda possuem instalações classificadas como regulares ou insuficientes. Essa realidade reforça a necessidade de investimentos contínuos na modernização das sedes operacionais, na adequação dos espaços destinados ao atendimento da população, no armazenamento seguro de equipamentos e armamentos, na

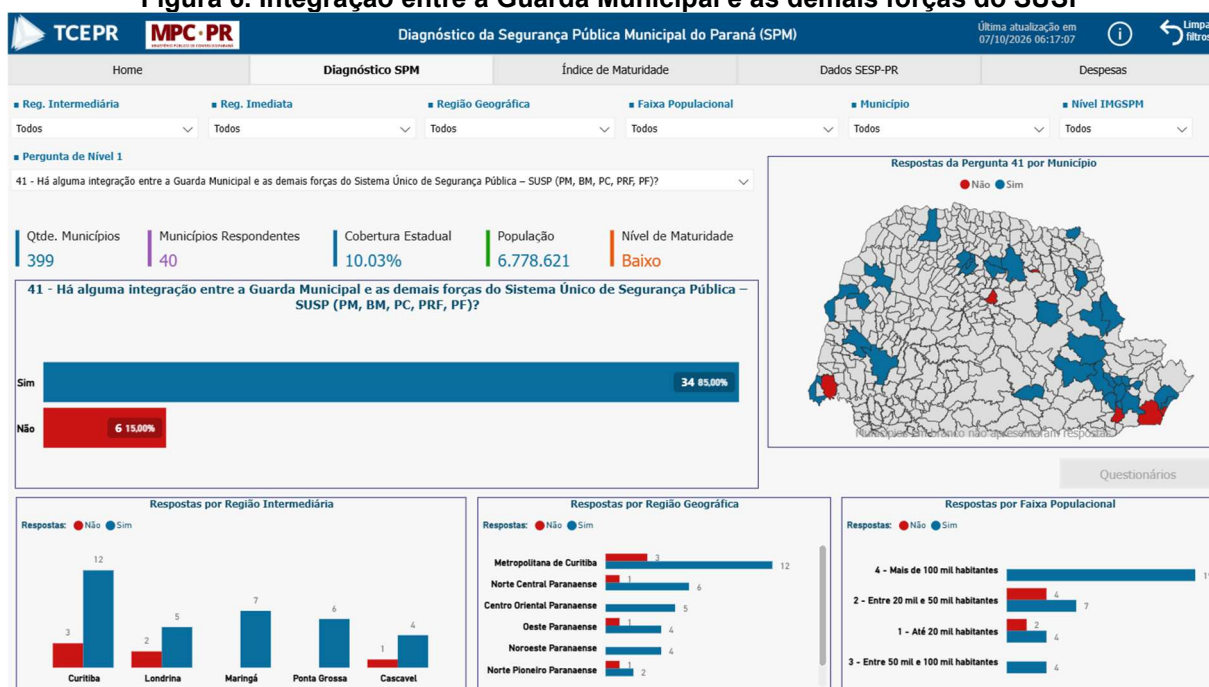
acessibilidade e na incorporação de soluções tecnológicas que fortaleçam a atuação institucional.

1.2.11 Há alguma integração entre a Guarda Municipal e as demais forças do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)?

74) Esta questão busca verificar o nível de integração operacional da Guarda Municipal com os demais órgãos que compõem o Sistema Único de Segurança Pública, favorecendo a atuação coordenada, o intercâmbio de informações e o desenvolvimento de ações conjuntas.

75) Os resultados demonstram elevado grau de integração institucional, haja vista que 34 GMs (85%) informaram atuar de forma integrada com os demais órgãos do Sistema Único de Segurança Pública, enquanto apenas 6 instituições (15%) responderam negativamente (**Figura 6**).

Figura 6. Integração entre a Guarda Municipal e as demais forças do SUSP



76) Esse resultado evidencia significativo avanço da integração operacional entre as Guardas Municipais, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Científica e demais órgãos de segurança pública. A atuação integrada favorece o planejamento conjunto, otimiza recursos públicos, reduz sobreposição de competências e fortalece a capacidade de resposta às demandas da sociedade.

77) A elevada integração observada demonstra alinhamento às diretrizes do SUSP, cuja essência consiste justamente na atuação coordenada e cooperativa entre os diversos órgãos responsáveis pela segurança pública.

1.2.12 Quais módulos da SESP-PR são utilizados pela Guarda Municipal?

78) Esta questão busca identificar o grau de utilização das ferramentas tecnológicas disponibilizadas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná, permitindo avaliar a integração operacional entre o Município e o Estado.

79) Os resultados evidenciam ampla utilização das ferramentas disponibilizadas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná, sendo que 29 Guardas Municipais (72,5%) utilizam o módulo SESP Investigação, percentual abaixo do observado para utilização do Boletim de Ocorrência Unificado – BOU (77,5%), constituindo-se no sistema mais utilizado.

80) Em contrapartida, apenas 4 Guardas Municipais (10%) utilizam o sistema Olho Vivo, enquanto 3 instituições (7,5%) informaram utilizar outras ferramentas e 4 Guardas Municipais (10%) declararam não utilizar nenhum módulo disponibilizado pela SESP (**Tabela 13**).

Tabela 13. Módulos da SESP-PR são utilizados pela Guarda Municipal

Situação Institucional	Qtde.	%
SESP Investigação:–	29	72,5
BOU – Boletim de Ocorrências Unificado	31	77,5
Olho Vivo	4	10
Outros	3	7,5
Nenhum	4	10
Total	71	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do levantamento.

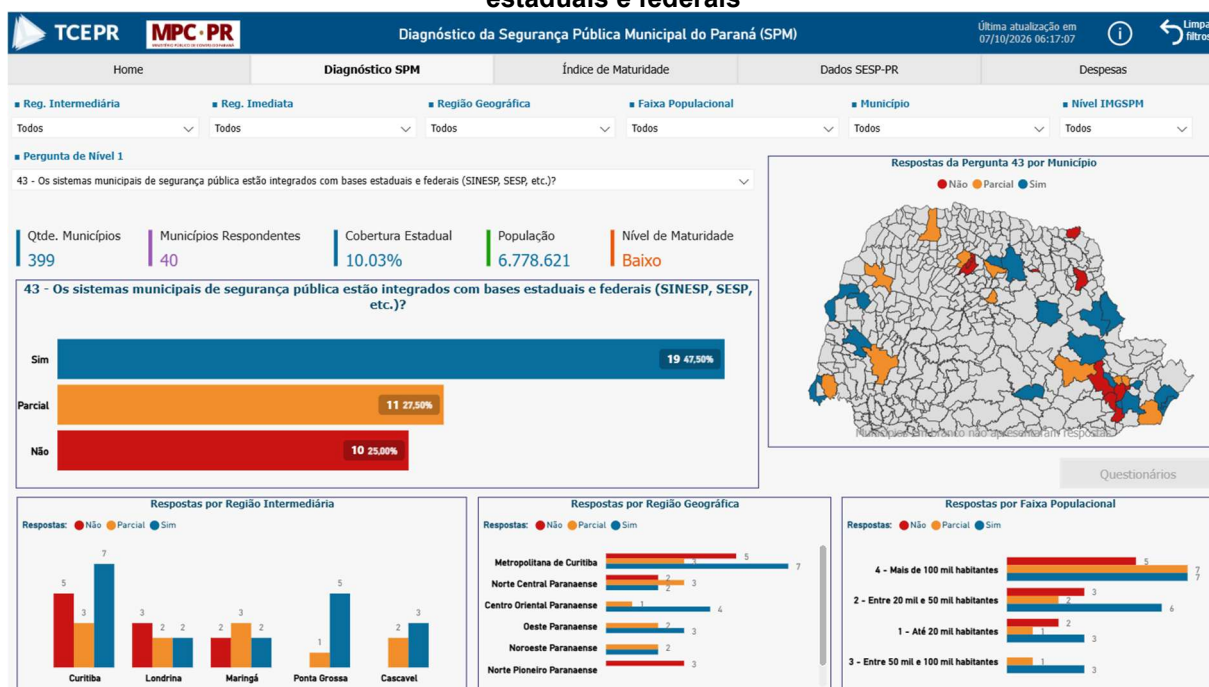
81) Os resultados demonstram importante nível de integração tecnológica entre Estado e Municípios, especialmente na produção de registros de ocorrências e consulta de informações operacionais. Entretanto, a baixa utilização de outras ferramentas evidencia oportunidade para ampliar a interoperabilidade dos sistemas e estimular maior utilização das plataformas tecnológicas disponibilizadas pelo Estado, fortalecendo a inteligência policial e a gestão baseada em dados.

1.2.13 Os sistemas municipais de segurança pública estão integrados com bases estaduais e federais (SINESP, SESP, etc.)?

82) Esta questão destina-se a avaliar o nível de interoperabilidade dos sistemas municipais de segurança pública com as plataformas estaduais e federais, favorecendo o compartilhamento de dados, a coordenação das ações e a produção de informações estratégicas para a gestão da segurança pública.

83) Os resultados demonstram (**Figura 7**) que 19 Guardas Municipais (47,5%) possuem integração plena entre seus sistemas municipais e as bases estaduais e federais de segurança pública. Outras 11 instituições (27,5%) informaram possuir integração parcial, enquanto 10 Guardas Municipais (25%) declararam não possuir qualquer integração.

Figura 7. Sistemas municipais de segurança pública que estão integrados com bases estaduais e federais



84) Os dados revelam que pouco menos da metade das Guardas Municipais alcançou plena interoperabilidade tecnológica com os sistemas utilizados pelos demais integrantes do Sistema Único de Segurança Pública. Embora a existência de integração parcial represente avanço importante, a ausência de interoperabilidade completa ainda limita o compartilhamento de informações estratégicas, a produção de inteligência, a coordenação das operações e o monitoramento integrado da criminalidade.

85) Considerando a crescente utilização de tecnologias da informação na segurança pública, a integração entre sistemas municipais, estaduais e federais constitui requisito fundamental para o fortalecimento da governança, da gestão por evidências e da eficiência operacional das instituições. A ampliação dessa interoperabilidade representa oportunidade estratégica para consolidar um ambiente de segurança pública cada vez mais integrado, inteligente e orientado por dados.

1.2.14 A Guarda Municipal possui Ouvidoria própria e/ou Corregedoria?

86) A existência de Ouvidoria e Corregedoria constitui importante mecanismo de controle interno, transparência e responsabilização administrativa, contribuindo para o aperfeiçoamento da gestão, prevenção de irregularidades e fortalecimento da confiança da sociedade na atuação da Guarda Municipal. A identificação dessas estruturas permite avaliar o grau de maturidade institucional e de conformidade com as diretrizes de governança aplicáveis às instituições de segurança pública.

87) Os resultados apresentados na **Tabela 14**, evidenciam que apenas 4 Guardas Municipais (10%) não possuem Ouvidoria própria formalmente instituídas, enquanto 36 Guardas Municipais (90%) dispõem desse mecanismo específico de controle interno. Entretanto, a totalidade dos municípios declaram ter Corregedoria própria.

Tabela 14. Guardas Municipais que possuem Ouvidoria própria

Situação Institucional	Qtde.	%
Não	4	10
Sim	36	90
Total	40	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do levantamento.

88) A ausência de Ouvidoria própria pode limitar a apuração de irregularidades, reduzir a transparência administrativa e dificultar o acompanhamento da atuação funcional dos agentes, comprometendo a adoção de boas práticas de integridade e accountability.

89) Esse cenário indica, portanto, que a maturidade institucional das Guardas Municipais paranaenses ainda apresenta significativa fragilidade na dimensão de governança, evidenciando oportunidade de fortalecimento dos mecanismos de controle interno e de conformidade administrativa.

1.2.15 A Guarda Municipal possui Ouvidoria, Corregedoria ou Ambas?

90) Destaca-se que 36 Guardas Municipais (90%) possuem simultaneamente Ouvidoria e Corregedoria, evidenciando maior grau de maturidade institucional, uma vez que integram mecanismos complementares de controle disciplinar e controle social. Importante ressaltar que 100% das Guardas Municipais possuem Corregedoria própria.

Tabela 15. Guardas Municipais que possuem Ouvidoria, Corregedoria ou Ambas

Situação Institucional	Qtde.	%
Ouvidoria	36	90
Corregedoria	40	100
Ambas	36	90

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do levantamento.

91) Entretanto, a combinação de 36 Guardas Municipais possuírem Ouvidoria e Corregedoria, fortalece a governança da instituição, amplia a capacidade de fiscalização interna e reforça a legitimidade da atuação da Guarda Municipal perante a sociedade.

92) De forma geral, os resultados indicam que as Guardas Municipais paranaenses apresentam bom nível de estruturação dos mecanismos de controle interno, refletindo aderência às diretrizes do Estatuto Geral das Guardas Municipais e às boas práticas de governança pública. O fortalecimento dessas estruturas contribui para o aumento da transparência, da integridade institucional e da confiança da população na atuação dos órgãos municipais de segurança pública.

1.3 O Município possui outros órgãos voltados à segurança pública?

93) A segurança pública municipal envolve atuação integrada entre diferentes órgãos e políticas públicas. A identificação de estruturas como órgão municipal de trânsito, Defesa Civil ou outros órgãos relacionados permite avaliar a capacidade de articulação institucional do Município para desenvolver ações preventivas, de proteção, fiscalização, resposta a emergências e apoio à segurança pública, observando o princípio da atuação integrada previsto no Sistema Único de Segurança Pública.

94) Os resultados apresentados na **Tabela 16**, demonstram que dos municípios respondentes, 293 municípios (79,40%) possuem estrutura de Defesa Civil, tornando-

a o principal órgão municipal relacionado à segurança pública no Estado do Paraná. Em seguida, 68 municípios (18,43%) informaram possuir órgão municipal de trânsito, 40 municípios (10,84%) declararam possuir outras estruturas relacionadas à segurança pública e 55 municípios (14,91%) informaram não possuir qualquer outro órgão voltado à área.

Tabela 16. Percentual dos Municípios que possuem outros órgãos voltados à segurança pública

Situação Institucional	Municípios	Qtde.	%
Defesa Civil	369	293	79,40
Órgão Municipal de Trânsito	369	68	18,43
Outros	369	40	10,84
Não possui	369	55	14,91

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do levantamento.

95) Os dados mostram que a atuação municipal em segurança pública permanece concentrada em ações de proteção e defesa civil, refletindo a tradição dos municípios na gestão de riscos, na resposta a desastres e na proteção da população em situações de emergência. Por outro lado, observa-se menor presença de órgãos especializados em mobilidade urbana, fiscalização e outras estruturas permanentes de apoio à política municipal de segurança pública.

96) A distribuição por faixa populacional (**Tabela 17**) evidencia uma forte relação entre o porte demográfico dos municípios e a institucionalização da Defesa Civil. Entre os municípios com até 20 mil habitantes, 208 (52,13% do total da amostra) possuem Defesa Civil constituída, enquanto 94 municípios (23,56%) ainda não contam com essa estrutura. Embora essa faixa concentre o maior número absoluto de Defesas Cíveis, também reúne a maior quantidade de municípios desprovidos dessa capacidade institucional, refletindo as limitações administrativas, financeiras e técnicas características dos pequenos municípios.

Tabela 17. Distribuição por faixa populacional das Defesas Cíveis Municipais

Faixa populacional	Sim	Não	Total	% Sim	% Não
Até 20 mil habitantes	208	94	302	52,13	23,56
20 a 50 mil	52	7	59	13,03	1,75
50 a 100 mil	12	2	14	3,01	0,50
Mais de 100 mil	21	3	24	5,26	0,75
Total	293	106	399	73,43	26,57

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do levantamento.

97) Nas faixas populacionais superiores observa-se maior grau de institucionalização. Entre os municípios com 20 a 50 mil habitantes, 52 municípios (13,03%) possuem Defesa Civil, restando apenas 7 municípios (1,75%) sem essa estrutura. Situação semelhante ocorre nos municípios com 50 a 100 mil habitantes, dos quais 12 (3,01%) possuem Defesa Civil e apenas 2 (0,50%) não a instituíram. Entre os municípios com mais de 100 mil habitantes, verifica-se praticamente a universalização da estrutura, com 21 municípios (5,26%) dispondo de Defesa Civil e apenas 3 municípios (0,75%) sem esse órgão formalizado.

98) Sob a perspectiva da governança, os resultados indicam que parcela significativa dos municípios já dispõe de estruturas institucionais que podem contribuir para uma atuação integrada da segurança pública, especialmente por meio da articulação entre Defesa Civil, órgãos de trânsito e demais setores da administração municipal.

Figura 8. Municípios por faixa populacional que possuem órgão municipal de trânsito



99) Na **Figura 8**, identificamos que apenas 68 municípios paranaense possuem estruturas institucionais que podem contribuir para uma atuação integrada na segurança pública, por meio dos órgãos de trânsito.

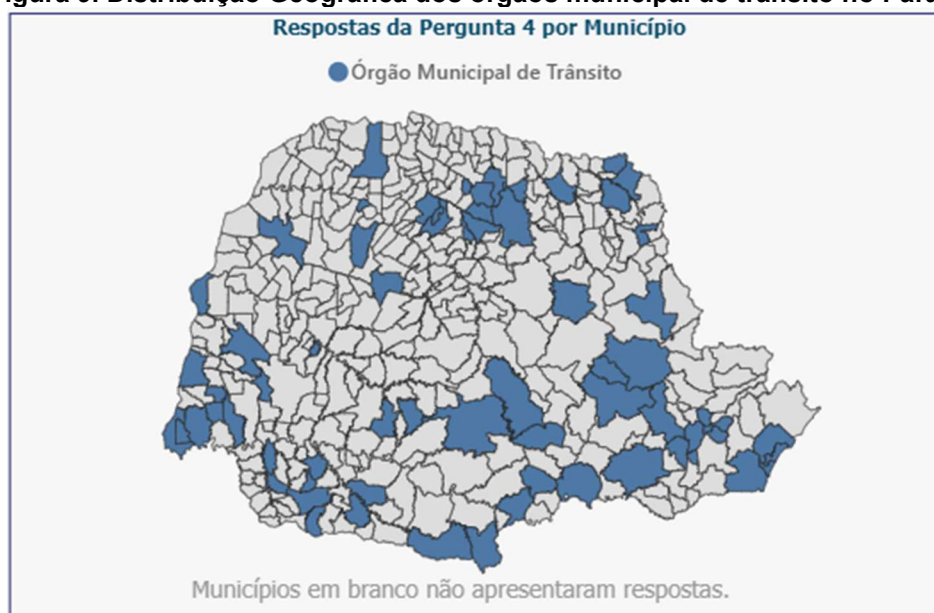
100) Na faixa populacional de 50 a 100 mil/hab., identificamos 12 municípios, com uma presença de 85,71%, um excelente resultado. E, na faixa populacional acima de 100 mil/hab., dos 24 municípios existentes, 21 apresentam órgãos municipais de trânsito cobrindo 87,5% desta faixa, com a maior cobertura (**Tabela 1 e Figura 8**). Estes dados demonstram que o controle e fiscalização trânsito urbano e mobilidade, é uma política pública de interesse institucional destes municípios e dos gestores públicos.

101) Entretanto, a existência de 14,91% dos municípios sem qualquer órgão complementar relacionado à segurança pública (**Tabela 16**), revela a persistência de fragilidades institucionais, particularmente nos municípios de menor porte, limitando a capacidade de atuação preventiva, resposta coordenada a emergências e integração às diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

102) Sob a perspectiva da governança, os resultados indicam que parcela significativa dos municípios já dispõe de estruturas institucionais que podem contribuir para uma atuação integrada da segurança pública, especialmente por meio da articulação entre Defesa Civil, órgãos de trânsito e demais setores da administração municipal.

103) Na **Figura 9**, apresentamos a distribuição Geográfica dos órgãos municipal de trânsito no Paraná, o que podemos identificar a maior presença concentra em regiões com maior densidade demográfica, aonde o controle e fiscalização de trânsito tendem a constituir altos índices de infrações e crimes de trânsito urbano, e conforme os registros do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/DATASUS)⁵, em 2024, tivemos 37.150 mortes no trânsito brasileiro, e no Paraná, no mesmo período tivemos 2660 mortes no trânsito. sendo os motociclistas o grupo mais vulnerável, com 904 mortes (34,3%), seguidos pelos ocupantes de automóveis (836) e pedestres (424).

Figura 9. Distribuição Geográfica dos órgãos municipal de trânsito no Paraná



⁵ BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Informação e Saúde Digital. Departamento de Informática do SUS (DATASUS). Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM): Mortalidade – desde 1996 pela CID-10. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Disponível em: [DATASUS – Mortalidade \(SIM\)](https://datasus.brazil.gov.br/mortalidade)

104) Essas informações reforçam a necessidade de fortalecimento das políticas públicas municipais de mobilidade segura, fiscalização, educação para o trânsito, engenharia viária e integração entre os órgãos responsáveis pela segurança pública e pela gestão do trânsito.

105) Os resultados também indicam a importância do reforço das estruturas municipais de apoio à segurança pública, promovendo maior integração entre os diversos órgãos da administração e ampliando a capacidade institucional dos municípios paranaenses para o desenvolvimento de políticas públicas preventivas e intersetoriais.

1.4 Existe Conselho Municipal de Segurança Pública (CMSP) em efetivo funcionamento?

106) Esta questão tem a finalidade de identificar a existência de instâncias permanentes de participação social, governança e controle das políticas públicas de segurança. O Conselho Municipal de Segurança Pública representa importante espaço de diálogo entre o Poder Público e a sociedade, contribuindo para o planejamento, acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas no âmbito municipal. As informações obtidas permitirão avaliar o nível de institucionalização da participação social nos municípios paranaenses.

107) Os resultados apresentados na **Tabela 18**, demonstram que 101 municípios (27,37%) informaram possuir Conselho Municipal de Segurança Pública (CMSP) em efetivo funcionamento, enquanto 268 municípios (72,63%) declararam não dispor dessa instância permanente de participação e governança.

Tabela 18. Municípios com Conselho Municipal de Segurança Pública em efetivo funcionamento

Situação Institucional	Qtde.	%
Sim	101	27,37
Não	268	72,63
Total	369	100

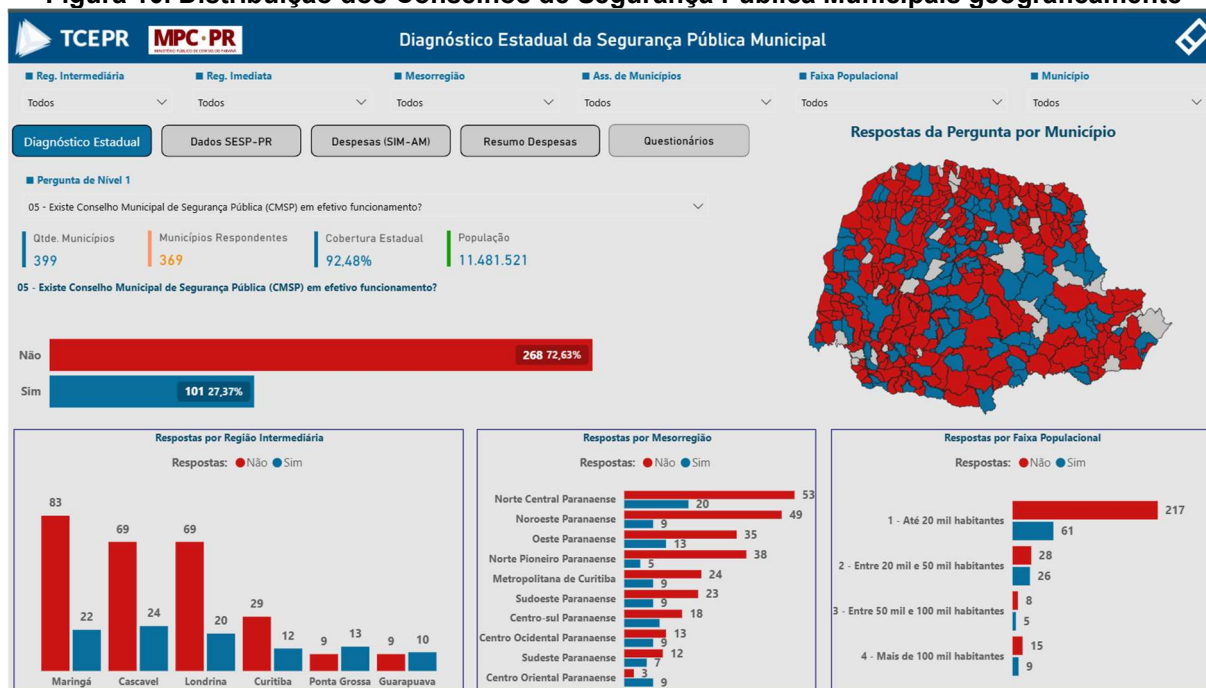
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do levantamento.

108) Os resultados evidenciam que a participação social institucionalizada na formulação e no acompanhamento das políticas municipais de segurança pública ainda é limitada na maior parte dos municípios paranaenses. Embora aproximadamente um quarto dos municípios possua Conselho Municipal de Segurança Pública em funcionamento, a predominância de respostas negativas indica

que esse importante mecanismo de governança ainda não foi amplamente incorporado à estrutura administrativa municipal.

109) Os Conselhos Municipais de Segurança Pública constituem espaços permanentes de articulação entre o Poder Público, as instituições de segurança e a sociedade civil, contribuindo para o debate das prioridades locais, o acompanhamento das políticas públicas, o fortalecimento do controle social e a construção de soluções compartilhadas para os desafios da segurança pública.

Figura 10. Distribuição dos Conselhos de Segurança Pública Municipais geograficamente



110) Os Conselhos Municipais de Segurança Pública estão mais presentes em municípios de médio e grande porte nas quais está mais homogênea, entretanto nos municípios pesquisados com faixa populacional até 20 mil habitantes, 217 informaram não possuir e somente 61 possui. Isto demonstra a necessidade de mais governança para ampliar os conselhos e possibilitar ações de fortalecimento institucional dos municípios (**Figura 10**).

1.4.1 Há participação de representante da segurança municipal em conselhos de segurança e instâncias de controle social?

111) Por meio desta questão, pretende-se avaliar o grau de integração institucional da segurança pública municipal com os espaços de governança, coordenação e participação social existentes no Município. A participação de representantes da

segurança municipal em conselhos e instâncias colegiadas fortalece a articulação entre os órgãos públicos, amplia o compartilhamento de informações e contribui para o planejamento e a implementação de políticas públicas mais integradas e alinhadas às necessidades locais. As informações obtidas permitirão avaliar o nível de cooperação institucional e de participação dos municípios nas estruturas de governança da segurança pública.

112) Os resultados apresentados na **Tabela 19**, demonstram que apenas 92 municípios (24,93%) informaram possuir representantes da segurança pública municipal participando de conselhos de segurança ou outras instâncias de controle social, enquanto 277 municípios (75,07%) declararam não possuir essa participação institucional.

Tabela 19. Participação de representante da segurança municipal em conselhos de segurança e instâncias de controle social?

Situação Institucional	Qtde.	%
Sim	92	24,93
Não	277	75,07
Total	369	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do levantamento.

113) Os dados evidenciam que a maioria dos municípios paranaenses ainda participa de forma limitada dos espaços formais de governança da segurança pública. Esse cenário revela oportunidade de fortalecimento da articulação entre os órgãos municipais, estaduais e a sociedade civil, uma vez que os conselhos constituem importantes instrumentos para o planejamento participativo, a definição de prioridades, o acompanhamento das políticas públicas e o controle social das ações governamentais.

114) A Constituição Federal de 1988 consolidou a participação social como princípio estruturante da administração pública, posteriormente reforçado pela Lei nº 13.675/2018, que instituiu o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), estabelecendo a integração, a cooperação e a governança compartilhada entre os diversos órgãos responsáveis pela segurança pública.

115) Sob a perspectiva da governança pública, os resultados indicam que aproximadamente três em cada quatro municípios ainda não utilizam de forma sistemática esses espaços institucionais de articulação. Essa realidade pode limitar a integração entre políticas públicas, reduzir a participação da comunidade na

formulação das estratégias de segurança e dificultar o desenvolvimento de soluções interinstitucionais para problemas complexos, como violência urbana, criminalidade juvenil, violência doméstica e proteção de grupos vulneráveis.

1.4.1.1 Em quais conselhos?

116) Esta questão tem como propósito avaliar o grau de integração institucional da segurança pública municipal com os espaços de governança, coordenação e participação social existentes no Município. A participação de representantes da segurança municipal em conselhos e instâncias colegiadas fortalece a articulação entre os órgãos públicos, amplia o compartilhamento de informações e contribui para o planejamento e a implementação de políticas públicas mais integradas e alinhadas às necessidades locais. As informações obtidas permitirão avaliar o nível de cooperação institucional e de participação dos municípios nas estruturas de governança da segurança pública.

117) Entre os municípios que informaram participar de instâncias colegiadas de segurança pública, 81 (21,95%) possuem representação no Conselho Municipal de Segurança Pública (CMSP), 20 (5,42%) participam do Gabinete de Gestão Integrada (GGI) e 17 (4,61%) informaram participação nos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG), conforme se observa na **Tabela 20**.

Tabela 20. Instâncias colegiadas de segurança pública

Situação Institucional	Municípios	Qtde.	%
Conselho Municipal de Segurança Pública – CMSP	369	81	21,95
Gabinete de Gestão Integrada – GGI	369	20	5,42
Conselho Comunitário de Segurança – CONSEG	369	17	4,61
Total	369	118	

Obs.: percentual com base no total dos municípios respondentes da pergunta.

118) Os resultados demonstram que o principal espaço de participação institucional é o Conselho Municipal de Segurança Pública, refletindo sua importância como instância permanente de governança local, responsável por promover a articulação entre Poder Público, forças de segurança e sociedade civil organizada. A predominância do CMSP também evidencia que, nos municípios onde há participação institucional, as ações tendem a estar concentradas na esfera municipal de planejamento e acompanhamento das políticas públicas.

119) Por outro lado, observa-se participação significativamente menor nos Gabinetes de Gestão Integrada (GGI) e nos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG). Os GGIs desempenham papel estratégico na coordenação interinstitucional, reunindo representantes dos diversos órgãos responsáveis pela segurança pública para planejamento integrado, gestão de crises, operações conjuntas e compartilhamento de informações. Da mesma forma, os CONSEGS constituem importante mecanismo de aproximação entre comunidade e órgãos de segurança, fortalecendo a participação cidadã, a identificação de demandas locais e a construção de soluções preventivas.

120) A baixa representatividade nessas instâncias indica oportunidade para ampliar os mecanismos de governança colaborativa e fortalecer a integração entre os diferentes níveis de governo e a sociedade civil.

121) Sob a perspectiva da governança, os resultados sugerem que a ampliação da participação dos municípios nos Gabinetes de Gestão Integrada e nos Conselhos Comunitários de Segurança poderá contribuir para fortalecer a coordenação interfederativa, ampliar o compartilhamento de informações estratégica e consolidar uma atuação mais preventiva, integrada e participativa da segurança pública municipal.

122) De forma complementar ao presente trabalho, a Coordenadoria de Atendimento e Controle Social (CACS) realizou levantamento específico sobre os Conselhos de Segurança. As conclusões desse trabalho encontram-se no **Apêndice 4** deste Relatório. Ademais, a CACS também elaborou uma cartilha orientativa destinada aos Conselhos Comunitários de Segurança do Paraná, apresentada no **Apêndice 5**.

EIXO II: GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

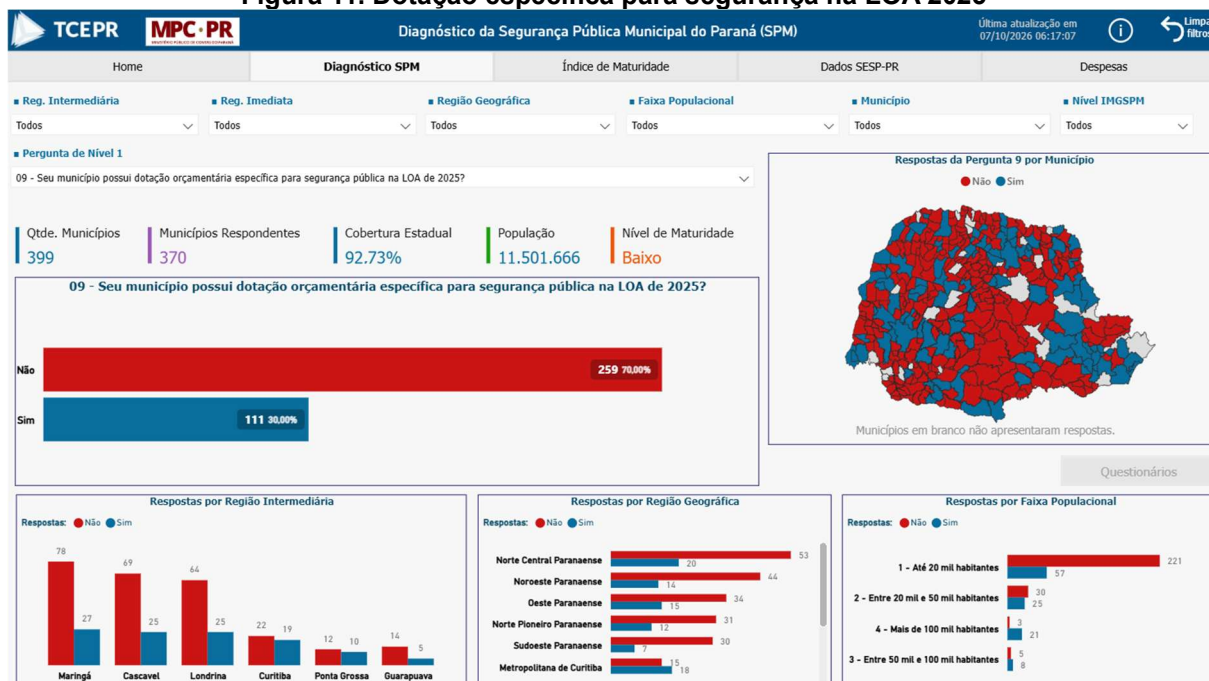
2. Dotação Orçamentária

2.1 Seu Município possui dotação orçamentária específica para segurança pública na LOA de 2025?

123) O levantamento constatou o seguinte cenário relativo à existência de dotação orçamentária específica para aplicação em despesas com segurança pública (função 06) na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 no âmbito municipal:

- a. **111 municípios (30%)** informaram possuir dotação orçamentária específica; e
- b. **259 municípios (70%)** informaram não possuir dotação específica.

Figura 11. Dotação específica para segurança na LOA 2025



124) O resultado demonstra que 111 municípios, equivalentes a 30%, informaram possuir dotação específica, enquanto 260 municípios, ou 70%, declararam não possuir, caracterizando predominância significativa da ausência de previsão orçamentária, o que indica que aproximadamente sete em cada dez municípios não incorporaram formalmente a segurança pública como categoria própria no planejamento orçamentário.

125) A distribuição territorial por regiões intermediárias mantém padrão homogêneo de predominância de respostas negativas em todas as regiões analisadas, com maior volume absoluto de respostas “não” nas regiões de Maringá (78), Cascavel (69) e Londrina (64), enquanto regiões como Curitiba (22 “não” e 19 “sim”) e Ponta Grossa (12 “não” e 10 “sim”) apresentam maior equilíbrio relativo, sugerindo que municípios inseridos em regiões com maior densidade institucional possuem maior propensão à formalização orçamentária da política. Ainda assim, não se observa nenhuma região com predominância de respostas positivas.

126) A análise por faixa populacional evidencia forte associação entre porte do município e existência de dotação orçamentária. Nos municípios com até 20 mil

habitantes, observa-se ampla predominância de ausência de dotação (221 “não” contra 57 “sim”), enquanto nos municípios entre 20 mil e 50 mil habitantes há maior aproximação entre os resultados (30 “não” e 25 “sim”).

127) Nos municípios entre 50 mil e 100 mil habitantes, a relação se inverte discretamente (5 “não” e 8 “sim”), e nos municípios com mais de 100 mil habitantes a presença de dotação orçamentária torna-se majoritária (21 “sim” contra 3 “não”), evidenciando maior maturidade institucional e capacidade de planejamento nos entes de maior porte.

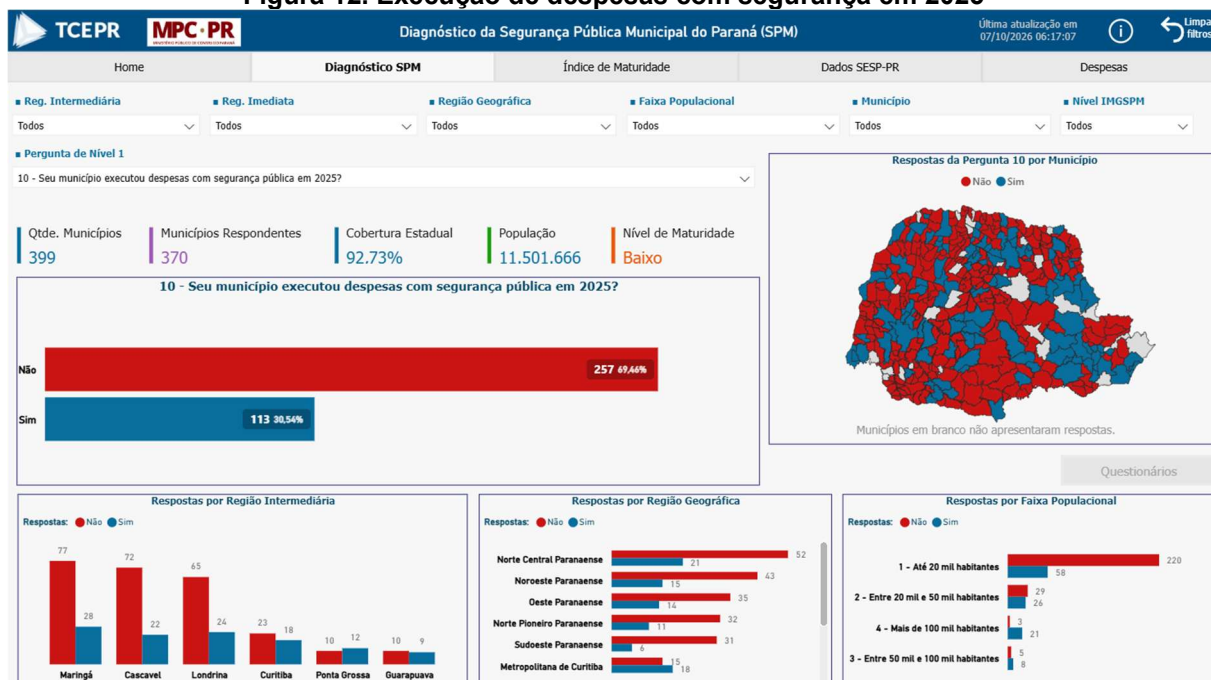
128) Esses resultados indicam que a maioria dos municípios paranaenses não formalizou a política de segurança pública no ciclo orçamentário de 2025, o que pode estar relacionado à percepção de que a segurança pública é atribuição predominantemente estadual, à limitação fiscal, à baixa institucionalização da política no âmbito local e à ausência de estruturas administrativas específicas.

2.2 Seu Município executou de despesas com segurança pública em 2025?

129) O levantamento sobre a aplicação de recursos orçamentários na área da segurança pública pelos municípios no ano de 2025 apurou que:

- 113 municípios (30,54%)** informaram ter executado despesas;
- 257 municípios (69,46%)** informaram não ter executado despesas específicas na área.

Figura 12. Execução de despesas com segurança em 2025



130) Os dados evidenciam que a maior parte dos municípios paranaenses não executou despesas orçamentárias vinculadas à função segurança pública (06) no exercício de 2025.

131) A análise por recorte territorial indica predominância de respostas negativas em todas as regiões intermediárias do Estado, ainda que com maior presença relativa de respostas positivas nos municípios situados em regiões com maior densidade administrativa, como Maringá, Londrina, Cascavel e Curitiba.

132) No recorte por porte populacional, observa-se que os municípios com até 20 mil habitantes concentram a maior incidência de respostas negativas, ao passo que municípios de maior porte apresentam maior probabilidade de execução de despesas na área.

133) Essa ausência de execução orçamentária específica sugere que, em grande parte dos municípios, a política de segurança pública não se encontra materializada em ações orçamentárias estruturadas, podendo ocorrer de forma dispersa ou residual em outras funções de governo.

2.3 Há dotação orçamentária específica na LOA de 2026?

134) Ainda no contexto de recurso orçamentários, a avaliação quanto à existência de dotação orçamentária específica para segurança pública na Lei Orçamentária Anual de 2026, constatou-se que:

- a. **123 municípios (33,24%)** possuem dotação específica;
- b. **247 municípios (66,76%)** não possuem.

Figura 13. Dotação específica para segurança na LOA 2026

135) Observa-se que a maior parte dos municípios não contempla a segurança pública como categoria orçamentária própria no planejamento anual.

136) A análise regional evidencia predominância de respostas negativas em todas as regiões intermediárias, embora com maior equilíbrio relativo nas regiões com maior porte institucional.

137) Por faixa populacional, verifica-se que a ausência de dotação específica é mais acentuada nos municípios de pequeno porte, enquanto os municípios maiores apresentam maior frequência de previsão orçamentária estruturada.

138) A ausência de dotação específica compromete a transparência, a rastreabilidade e a capacidade de controle da política pública, dificultando a identificação dos recursos destinados à área e a avaliação de sua efetividade.

2.4 O Município possui Fundo Municipal de Segurança Pública (FMSP) instituído por lei?

139) A instituição de um Fundo Municipal de Segurança Pública (FMSP) é fundamental para o fortalecimento da política municipal de segurança, pois possibilita a organização, vinculação e gestão transparente de recursos específicos, garantindo maior previsibilidade e continuidade das ações. Além de aprimorar o planejamento e

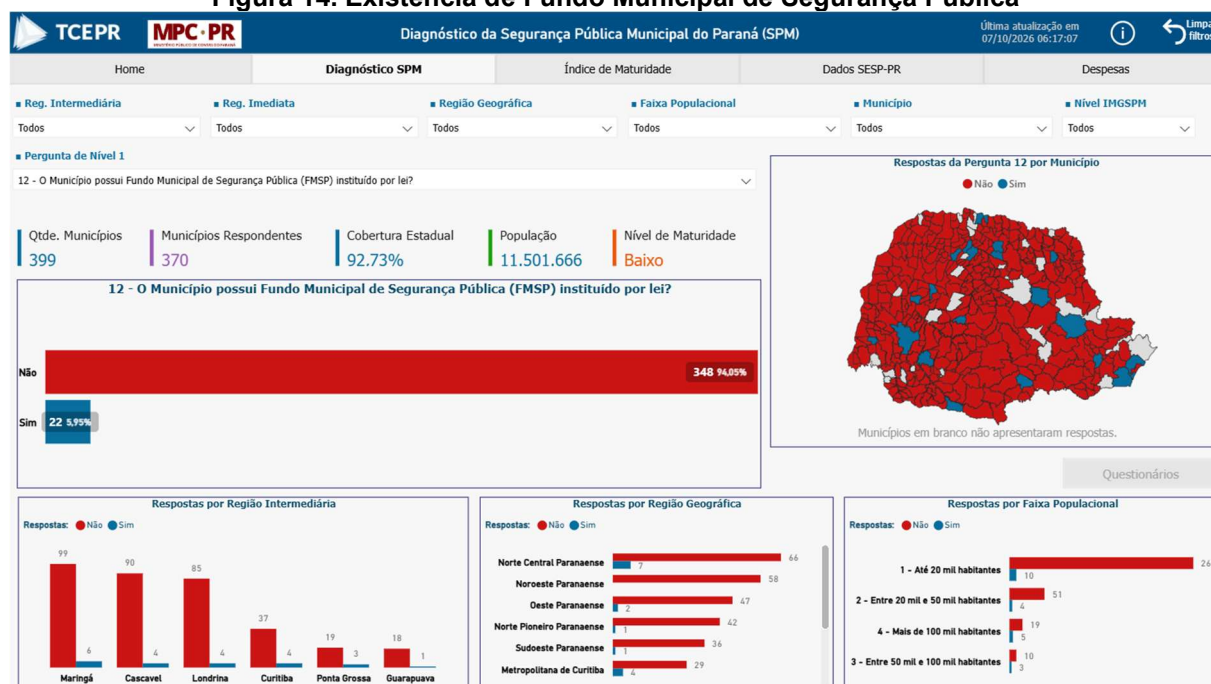
a execução orçamentária, o fundo favorece o controle social e institucional dos gastos.

140) Sua existência também se revela estratégica no contexto federativo, uma vez que frequentemente constitui requisito ou fator facilitador para o acesso a recursos da União, como transferências voluntárias, convênios com o Fundo Nacional de Segurança Pública e participação em editais da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).

141) Nesse contexto, os resultados do presente trabalho o seguinte cenário no que se refere à institucionalização de Fundo Municipal de Segurança Pública:

- a. **22 municípios (5,95%)** possuem FMSP instituído por lei;
- b. **350 municípios (94,05%)** não possuem.

Figura 14. Existência de Fundo Municipal de Segurança Pública



142) Trata-se do indicador com um dos níveis mais baixos de adesão, evidenciando a praticamente inexistência de instrumento financeiro específico para a área na maioria dos municípios.

143) A análise territorial demonstra que a ausência de fundo é generalizada em todo o Estado, com raras ocorrências isoladas de municípios que dispõem desse instrumento.

144) Mesmo entre municípios de maior porte, a presença de FMSP permanece reduzida, o que indica que o problema não se restringe exclusivamente à capacidade administrativa dos entes menores.

145) Do ponto de vista da governança, a inexistência de fundo municipal limita significativamente a capacidade de planejamento financeiro, vinculação de receitas, captação de recursos externos e execução continuada de políticas públicas de segurança.

146) Noutro vértice, os municípios que dispõem de FMSP tendem a apresentar maior capacidade de captação de recursos externos, melhor integração às políticas nacionais de segurança e maior efetividade na implementação de ações estruturadas.

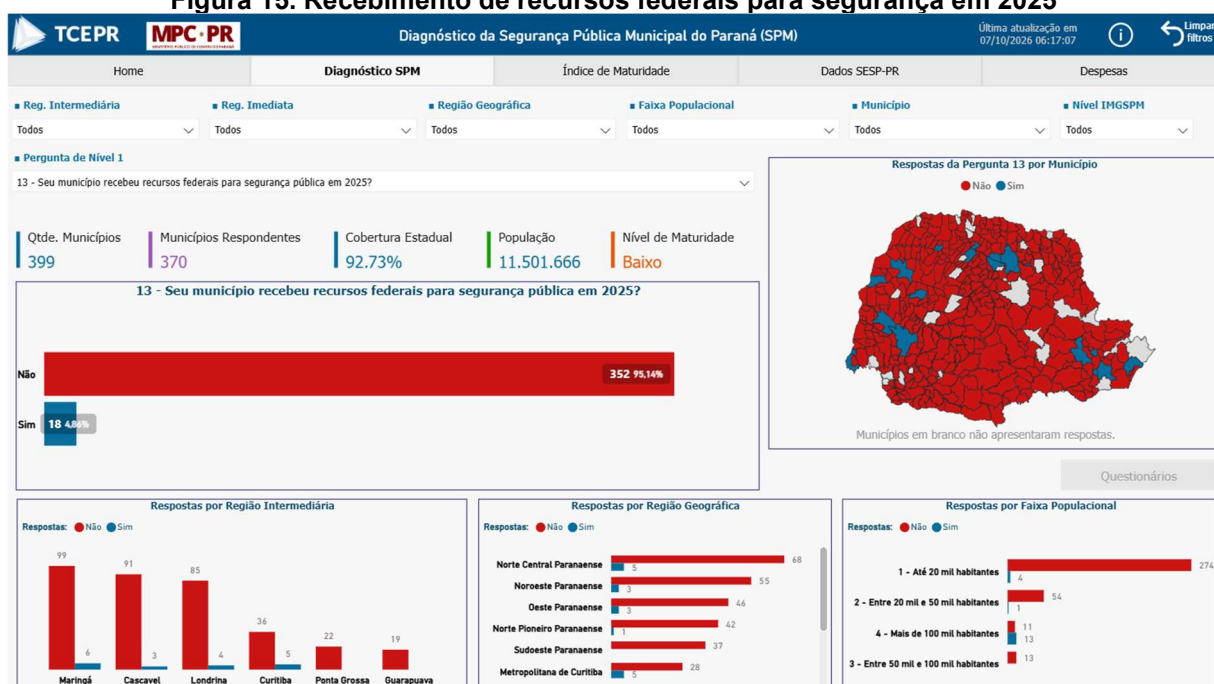
2.5 Seu Município recebeu recursos federais para segurança pública em 2025?

147) O financiamento das ações de segurança pública no âmbito municipal demanda a existência de fontes de recursos que possibilitem a execução das atividades de forma efetiva.

148) Nesse sentido, a avaliação sobre o recebimento de recursos federais pelos municípios do Paraná destinados à segurança pública verificou que:

- 18 municípios (4,86%)** receberam recursos federais em 2025;
- 352 municípios (95,14%)** não receberam.

Figura 15. Recebimento de recursos federais para segurança em 2025



149) Os dados indicam que a grande maioria dos municípios se encontra fora do fluxo de financiamento federal voltado à segurança pública.

150) A distribuição territorial das respostas positivas é pontual, concentrando-se em poucos municípios, com maior incidência relativa em regiões mais estruturadas administrativamente.

151) A análise por porte populacional demonstra que municípios de maior porte apresentam maior probabilidade de acesso a recursos federais, enquanto nos municípios pequenos a ausência é praticamente generalizada.

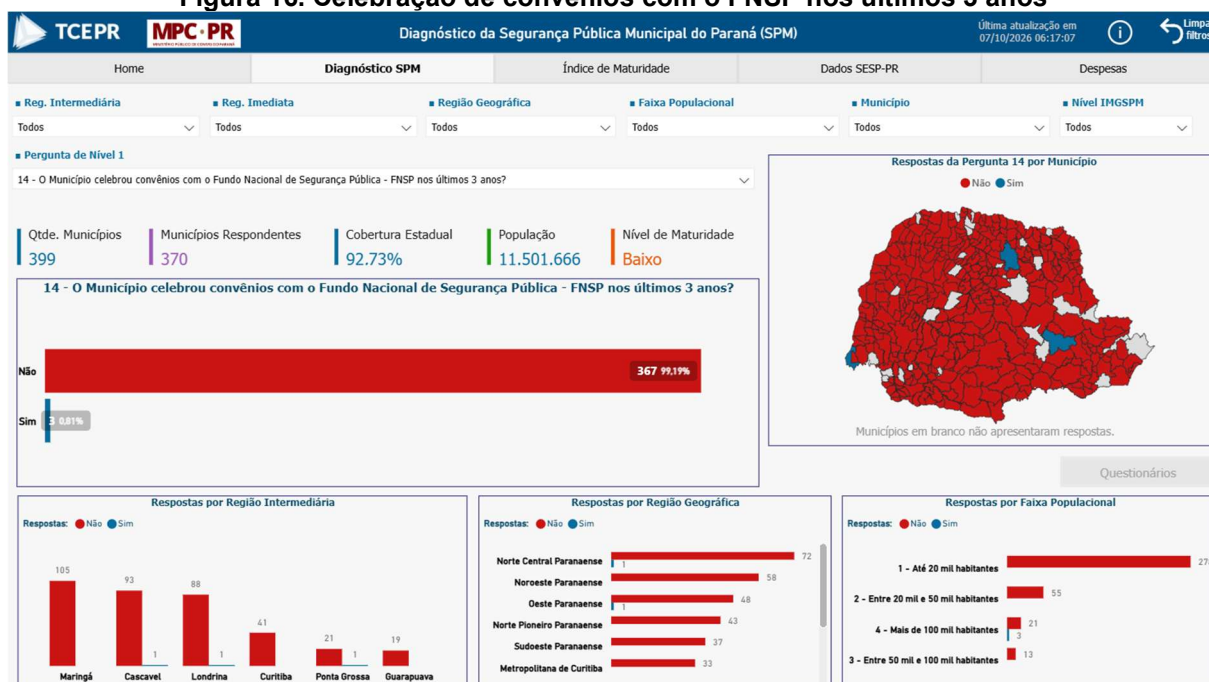
152) Esse cenário sugere limitações na capacidade técnica e institucional dos municípios para acessar fontes externas de financiamento, incluindo dificuldades na elaboração de projetos, atendimento a requisitos formais e articulação com instâncias federais.

2.6 O Município celebrou convênios com o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) nos últimos 3 anos?

153) A celebração de convênios entre os municípios e o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) é fundamental para fortalecer a segurança pública local, pois amplia a capacidade de financiamento por meio de transferências voluntárias da União, viabilizando investimentos em infraestrutura, tecnologia, capacitação e inteligência.

154) Além de suprir limitações orçamentárias municipais, esses instrumentos promovem maior alinhamento às políticas nacionais, incentivo à gestão orientada a resultados e aprimoramento da governança, ao exigir planejamento, definição de metas, monitoramento e prestação de contas.

Em relação a esse aspecto, foi constatado que 3 municípios (0,81%) celebraram convênios e 367 municípios (99,19%) não celebraram.

Figura 16. Celebração de convênios com o FNSP nos últimos 3 anos

155) Este é o ponto de menor aderência dentre todos os analisados no Eixo II Gestão Orçamentária e Financeira, evidenciando que a vinculação formal dos municípios ao principal instrumento federal de financiamento da segurança pública é praticamente inexistente.

156) As poucas ocorrências positivas se apresentam de forma isolada, sem concentração regional significativa.

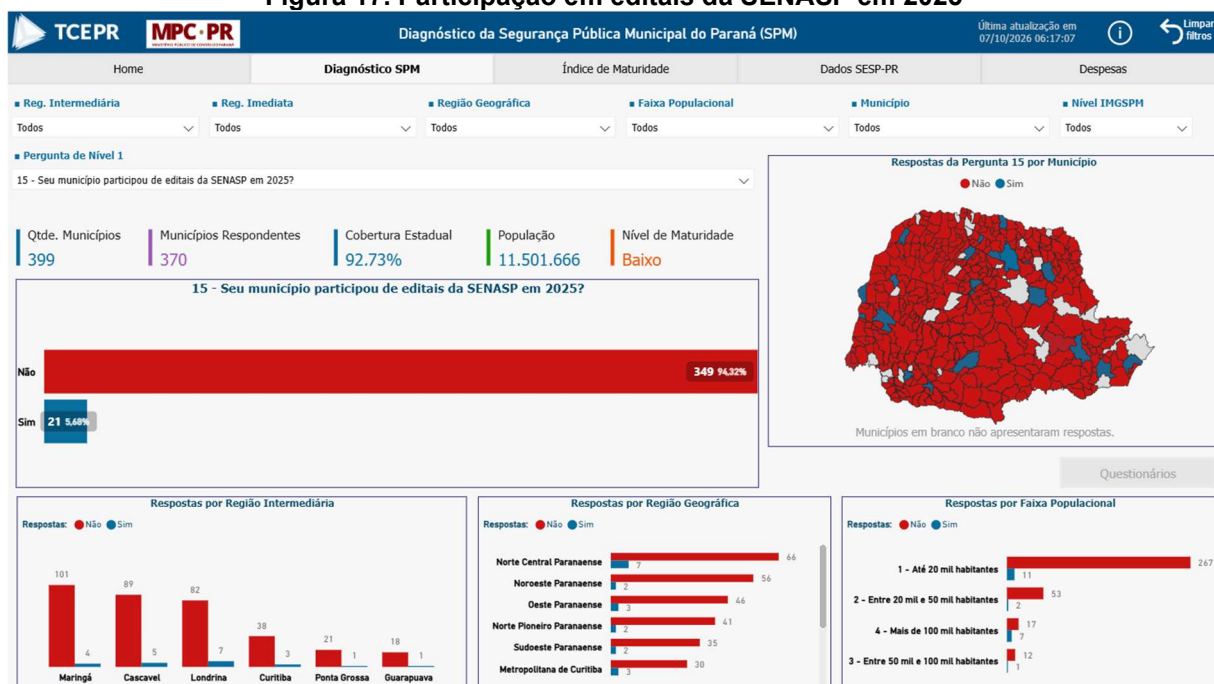
157) O resultado demonstra uma desconexão expressiva entre os municípios e os mecanismos estruturados de cooperação federativa, o que pode decorrer da ausência de requisitos institucionais, da baixa capacidade técnica ou da inexistência de estruturas adequadas de gestão.

158) Esse cenário precisa ser superado para que seja viabilizada a contribuição do FNSP tanto para a modernização institucional quanto para o aumento da eficiência, eficácia e efetividade das ações de segurança pública no âmbito municipal.

2.7 Seu Município participou de editais da SENASP em 2025?

159) No que concerne à participação em editais da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) no exercício de 2025, observou-se que:

- 21 municípios (5,68%)** participaram dos editais;
- 349 municípios (94,32%)** não participaram.

Figura 17. Participação em editais da SENASP em 2025

160) Embora o resultado seja ligeiramente superior ao observado para convênios com o FNSP, a participação permanece reduzida.

161) As respostas positivas distribuem-se de forma mais difusa entre as regiões, porém ainda em quantidade restrita. Municípios de maior porte apresentam maior presença relativa de participação, enquanto nos pequenos predomina amplamente a não participação.

162) A baixa adesão sugere que a maioria dos municípios não possui capacidade institucional suficiente para monitorar, acessar e participar de oportunidades de financiamento oferecidas pelo governo federal.

EIXO III – POLÍTICAS PÚBLICAS E PLANEJAMENTO

3. Planejamento Estratégico

3.1 O município possui Plano Municipal de Segurança Pública (PLAMSUP) formalmente instituído?

163) Esta questão destina-se a identificar o nível de institucionalização do planejamento da segurança pública no âmbito municipal. A existência de Plano Municipal de Segurança Pública demonstra o compromisso da administração com o planejamento das ações, definição de prioridades, estabelecimento de metas e

integração das políticas locais às diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), contribuindo para maior continuidade e efetividade das ações governamentais.

164) Os resultados apresentados na **Tabela 21**, demonstram que 326 municípios (88,11%) informaram não possuir Plano Municipal de Segurança Pública formalmente instituído. Outros 36 municípios (9,73%) declararam que o plano se encontra em fase de elaboração, enquanto apenas 4 municípios (1,08%) possuem o plano formalmente instituído e 4 municípios (1,08%) informaram que o Plano está instituído e em execução.

Tabela 21. Situação dos Planos Municipais de Segurança Pública

Situação Institucional	Qtde.	%
Não possui	326	88,11
Em elaboração	36	9,73
Instituído	4	1,08
Instituído e em execução	4	1,08
Total	370	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do levantamento.

165) Os resultados evidenciam um baixo grau de institucionalização do planejamento estratégico da segurança pública nos municípios paranaenses. A expressiva predominância de municípios sem Plano Municipal de Segurança Pública demonstra que a política pública de segurança, em grande parte do Estado, ainda é desenvolvida sem um instrumento formal de planejamento que estabeleça objetivos, prioridades, metas, indicadores e mecanismos de acompanhamento.

166) Embora 9,73% dos municípios tenham informado que o plano está em elaboração, observa-se que apenas 2,16% possuem o instrumento formalmente instituído, sendo que somente metade destes informou estar executando as ações previstas. Esse cenário indica que o planejamento estruturado da segurança pública municipal ainda se encontra em estágio inicial de desenvolvimento no Paraná.

167) Sob a perspectiva da governança pública, a ausência do Plano Municipal de Segurança Pública pode limitar a definição de prioridades estratégicas, dificultar a integração entre os órgãos municipais e os demais integrantes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), além de reduzir a capacidade de monitoramento, avaliação e continuidade das políticas públicas ao longo das diferentes gestões administrativas.

168) Os resultados também sugerem que a maioria dos municípios ainda atua de forma predominantemente reativa, respondendo às demandas cotidianas sem um planejamento de médio e longo prazo capaz de orientar investimentos, estabelecer metas e fortalecer a articulação interinstitucional. A elaboração e implementação do Plano Municipal representam importante instrumento para qualificar a gestão, promover maior eficiência na aplicação dos recursos públicos e ampliar a efetividade das ações preventivas e operacionais.

3.2 O PMSP está alinhado com os Planos Nacional e Estadual de Segurança Pública?

169) Esta questão busca verificar se o planejamento municipal observa as diretrizes estratégicas estabelecidas pelos Planos Nacional e Estadual de Segurança Pública, favorecendo a integração entre os entes federativos e a atuação coordenada prevista no Sistema Único de Segurança Pública. O alinhamento contribui para maior efetividade das políticas públicas e facilita a cooperação institucional.

170) Os resultados demonstram que os 4 municípios (100%), que indicaram possuir Plano Municipal de Segurança Pública formalmente instituído na questão anterior, informaram que seus planos estão alinhados às diretrizes dos Planos Nacional e Estadual de Segurança Pública. O resultado indica aderência às diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), favorecendo a integração entre os entes federativos e a atuação coordenada das políticas públicas de segurança.

3.3 Os objetivos e metas do PMSP são mensuráveis e monitorados regularmente?

171) Esta questão busca avaliar se o Plano Municipal de Segurança Pública possui mecanismos de acompanhamento e avaliação que permitam verificar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos. A utilização de indicadores e o monitoramento periódico favorecem a gestão por resultados, o aperfeiçoamento das políticas públicas e a tomada de decisões baseada em evidências.

Tabela 22. Os objetivos e metas do PMSP são mensuráveis e monitorados regularmente

Situação Institucional	Qtde.	%
10 anos	1	25
Semestral	1	25
Trimestral	1	25

Bienal	1	25
Total	370	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do levantamento.

172) Os resultados observados na **Tabela 22** indicam que 100% dos municípios (4) que possuem Plano Municipal de Segurança Pública declararam adotar objetivos e metas mensuráveis, acompanhados por monitoramento periódico. Os dados demonstram a adoção de mecanismos de gestão por resultados, permitindo o acompanhamento da execução das ações e o aperfeiçoamento contínuo das políticas municipais de segurança pública.

3.4 As metas do PMSP foram desenvolvidas observando a integração dos indicadores com os nacionais?

173) A presente questão tem a finalidade de verificar se o planejamento municipal utiliza indicadores compatíveis com aqueles adotados em âmbito nacional, permitindo maior comparabilidade dos resultados, integração das informações e alinhamento das políticas públicas de segurança. A utilização de indicadores comuns fortalece o acompanhamento das ações e a avaliação dos resultados em diferentes níveis de governo.

174) Os resultados demonstraram que os quatro municípios (100%) com Plano Municipal de Segurança Pública informaram utilizar metas e indicadores alinhados às diretrizes nacionais. Esse alinhamento fortalece a integração das políticas públicas de segurança, facilita a comparabilidade dos resultados e contribui para a avaliação da efetividade das ações desenvolvidas pelos municípios.

3.5 Há processo sistemático de avaliação do Plano Municipal de Segurança Pública (PMSP)?

175) Esta questão procura identificar se o Município realiza avaliação periódica da execução do Plano Municipal de Segurança Pública, permitindo verificar o alcance dos objetivos, identificar oportunidades de melhoria e promover ajustes nas políticas públicas. A avaliação sistemática constitui importante instrumento para o aperfeiçoamento contínuo da gestão e para a transparência da administração pública.

176) Os resultados revelam que 2 municípios (50%) informaram possuir processo sistemático de avaliação do Plano Municipal de Segurança Pública, enquanto os outros 2 municípios (50%) declararam não realizar esse acompanhamento.

177) Embora todos os municípios possuam planejamento estruturado, os dados indicam que a institucionalização dos mecanismos de monitoramento e avaliação ainda representa um desafio para parte das administrações municipais, evidenciando oportunidade de aperfeiçoamento da gestão e do acompanhamento das políticas públicas de segurança.

3.6 Políticas Específicas de Enfrentamento à Violência

3.6.1 Existe órgão específico para políticas de segurança voltadas à mulher?

178) Esta questão visa identificar se o Município possui estrutura administrativa específica responsável pela coordenação, implementação e acompanhamento de políticas públicas voltadas à proteção das mulheres e ao enfrentamento da violência de gênero. A existência de órgão especializado demonstra maior capacidade institucional para articular ações preventivas, promover a integração da rede de atendimento e apoiar a execução das políticas públicas voltadas à segurança e proteção da mulher.

179) Nesse contexto, destaca-se o Organismo de Políticas para Mulheres (OPM), responsável, entre outras atribuições, pela coordenação e implementação de políticas voltadas à proteção e garantia dos direitos das mulheres, incluindo ações relacionadas à sua segurança. Segundo a Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa do Estado do Paraná (SEMIPI), os OPMs podem assumir diferentes estruturas administrativas, como secretarias, departamentos, assessorias, divisões ou coordenações específicas voltadas à promoção e defesa dos direitos das mulheres⁶.

180) Os resultados apresentados na **Tabela 23**, demonstram que 169 municípios (45,68%) possuem órgão específico responsável pela formulação, coordenação ou execução de políticas públicas voltadas à proteção da mulher, enquanto 201 municípios (54,32%) informaram não dispor dessa estrutura administrativa.

Tabela 23. Municípios com órgão específico para políticas voltadas à mulher

⁶ Guia Orientativo para a implementação de Organismo de Políticas para Mulheres (OPM), Conselho Municipal de Direitos da Mulher e Fundo Municipal da Mulher, Governo do Estado do Paraná, 2023 – Págs. 5 a 7.

Situação Institucional	Qtde.	%
Sim	169	45,68
Não	201	54,32
Total	370	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do levantamento.

181) Os resultados evidenciam que mais da metade dos municípios paranaenses ainda não possui estrutura administrativa específica destinada à coordenação das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher. Esse cenário revela oportunidade de fortalecimento da capacidade institucional dos municípios para promover ações preventivas, articular a rede de proteção e integrar os diversos órgãos responsáveis pelo atendimento às vítimas.

182) A existência de órgãos especializados representa importante instrumento de governança, permitindo maior coordenação entre assistência social, saúde, segurança pública, Ministério Público, Poder Judiciário e demais instituições que integram a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar.

183) A relevância desse tema é reforçada pelos indicadores nacionais de violência contra a mulher. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública – 2025⁷, o Brasil registrou 1.492 feminicídios em 2024, o maior número desde a tipificação desse crime, mantendo a média de aproximadamente quatro mulheres assassinadas por dia em razão da violência de gênero, o maior número desde a criação da tipificação penal do feminicídio, em 2015. O mesmo levantamento aponta crescimento de diversos indicadores de violência doméstica e sexual, evidenciando que o enfrentamento desse fenômeno exige políticas públicas permanentes e atuação integrada dos entes federativos.

184) Nesse contexto, a ampliação de estruturas municipais voltadas às políticas para as mulheres constitui importante estratégia para fortalecer a prevenção, ampliar o acesso aos serviços públicos e reduzir a vulnerabilidade das vítimas.

⁷ **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP).** 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025. Ano 19. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. ISSN 1983-7364. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/279>

3.7 Rede de Acolhimento

3.7.1 O município possui centro de acolhimento para mulheres vítimas de violência?

185) Esta questão tem como propósito de identificar a existência de estrutura de acolhimento destinada ao atendimento de mulheres em situação de violência, permitindo avaliar a capacidade do Município em oferecer proteção, atendimento humanizado e encaminhamento à rede de apoio. A disponibilidade desse serviço representa importante componente da política pública de enfrentamento à violência contra a mulher e de fortalecimento da rede de proteção social.

186) Os resultados apresentados na **Tabela 24**, demonstram que apenas 71 municípios (19,19%) possuem centro de acolhimento ou equipamento destinado ao atendimento de mulheres vítimas de violência, enquanto 299 municípios (80,81%) informaram não dispor desse serviço.

Tabela 24. Municípios com centro de acolhimento para mulheres vítimas de violência

Situação Institucional	Qtde.	%
Sim	71	19,19
Não	299	80,81
Total	370	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do levantamento.

187) Os dados revelam baixa disponibilidade de equipamentos especializados de acolhimento às mulheres em situação de violência, indicando importante lacuna na rede municipal de proteção.

188) Os centros de acolhimento desempenham papel essencial na interrupção do ciclo da violência, oferecendo proteção imediata, atendimento humanizado e encaminhamento aos serviços de assistência social, saúde, segurança pública e sistema de justiça. A inexistência desses equipamentos pode dificultar o acesso das vítimas à rede de proteção e aumentar sua vulnerabilidade, especialmente nos municípios de menor porte.

189) O crescimento dos casos de feminicídio, violência doméstica e violência sexual registrado nos últimos anos reforça a necessidade de expansão da rede de acolhimento e proteção às mulheres. Estudos do Fórum Brasileiro de Segurança

Pública – 2025⁸, demonstram que a violência letal normalmente é precedida por sucessivos episódios de violência física, psicológica e patrimonial, evidenciando a importância da atuação preventiva e da disponibilidade de serviços especializados.

190) Os resultados sugerem a necessidade de fortalecimento da rede municipal de atendimento às mulheres, especialmente por meio da ampliação de centros de acolhimento próprios ou conveniados, integrados às demais políticas públicas de proteção.

3.7.2 Há Patrulha Maria da Penha efetiva e integrada à rede de atendimento?

191) Esta questão destina-se a identificar se o Município dispõe de Patrulha Maria da Penha em funcionamento e integrada aos demais órgãos da rede de proteção à mulher. A atuação articulada entre Guarda Municipal, Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia Civil, Polícia Militar e assistência social contribui para o acompanhamento das medidas protetivas, prevenção da reincidência da violência doméstica e fortalecimento da proteção às vítimas.

192) Os resultados apresentados na **Tabela 25**, demonstram que 104 municípios (28,11%) possuem Patrulha Maria da Penha em funcionamento e integrada à rede de atendimento, enquanto 266 municípios (71,89%) informaram não dispor desse serviço.

Tabela 25. Municípios com Patrulha Maria da Penha

Situação Institucional	Qtde.	%
Sim	104	28,11
Não	266	71,89
Total	370	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do levantamento.

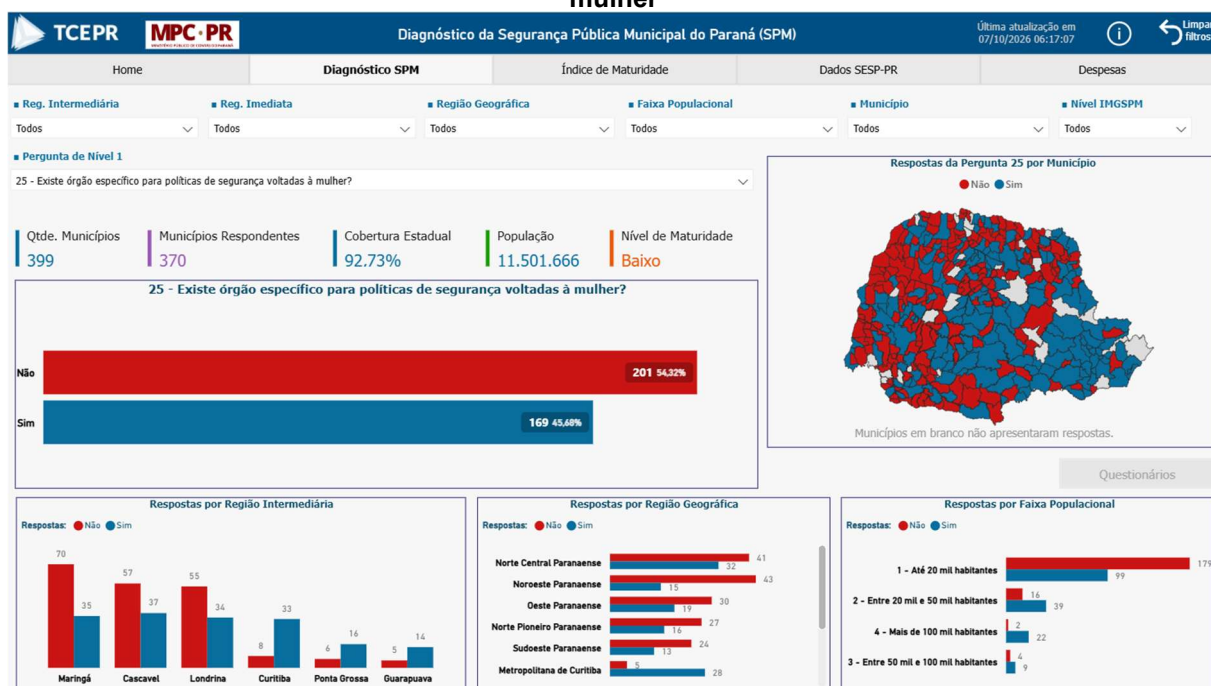
193) Os resultados evidenciam que menos de um terço dos municípios paranaenses dispõe de Patrulha Maria da Penha estruturada, indicando que a maior parte das administrações municipais ainda não implementou mecanismo específico de acompanhamento das mulheres protegidas por medidas judiciais.

194) A Patrulha Maria da Penha constitui importante instrumento de prevenção da reincidência da violência doméstica, promovendo visitas periódicas às vítimas,

⁸ **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP).** *Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/269>

fiscalização do cumprimento das medidas protetivas e atuação integrada com o Poder Judiciário, Ministério Público, Polícias, Guarda Municipal e rede de assistência social.

Figura 18. Municípios que possuem órgão específico para políticas de segurança voltadas à mulher



195) Considerando o crescimento dos feminicídios e das demais formas de violência doméstica registrados no país, o fortalecimento desse modelo de atuação preventiva representa medida relevante para ampliar a proteção das mulheres em situação de risco e reduzir a escalada da violência de gênero.

196) Na **Figura 18**, observa-se que 201 (54,32%) ainda não possuem órgão específico para políticas de segurança voltadas a mulher, e 169 (45,68%) possuem. Isso representa que mais da metade dos municípios paranaenses não priorizaram esta política como essencial para a garantia dos direitos, prevenção e bem-estar da mulher paranaense.

197) Os resultados do levantamento indicam oportunidade para expansão de órgãos específicos para políticas de segurança voltadas a mulher, da Patrulha Maria da Penha e fortalecimento da integração entre os municípios e a rede estadual de atendimento às mulheres, contribuindo para maior efetividade das políticas públicas de prevenção e enfrentamento à violência doméstica e da mulher.

EIXO IV – TECNOLOGIA E INFRAESTRUTURA

4. Sistemas de Monitoramento

4.1 O município possui Muralha Digital ou Centro de Videomonitoramento para prevenção e resposta?

198) Esta questão tem como propósito de identificar a utilização de soluções tecnológicas de videomonitoramento como instrumento de apoio às ações de prevenção, monitoramento e resposta às ocorrências de segurança pública. A existência desses sistemas representa importante indicador da capacidade operacional do Município para apoiar a atuação dos órgãos de segurança pública e ampliar a proteção dos espaços públicos.

199) Os resultados apresentados na **Tabela 26**, demonstram que 134 municípios (36,22%) possuem Muralha Digital ou Centro de Videomonitoramento, enquanto 236 municípios (63,78%) informaram não dispor dessa infraestrutura tecnológica.

Tabela 26. Municípios que possuem muralha digital

Situação Institucional	Qtde.	%
Sim	134	36,22
Não	236	63,78
Total	370	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do levantamento.

200) A adoção de sistemas de videomonitoramento representa importante instrumento de prevenção situacional, apoio à atividade policial, produção de provas e resposta rápida às ocorrências. Além do enfrentamento da criminalidade em geral, esses sistemas têm sido cada vez mais utilizados no monitoramento de medidas protetivas, localização de vítimas, identificação de agressores e proteção de mulheres em situação de violência doméstica.

201) No Paraná, a utilização da tecnologia passou a integrar as estratégias estaduais de proteção à mulher, com a implantação do Programa Mulher Segura e da Monitoração Eletrônica Simultânea (MES), que permite o acompanhamento em tempo real de vítimas e agressores com medidas protetivas, fortalecendo a atuação preventiva das forças de segurança.

202) Embora mais de um terço dos municípios já disponha dessa infraestrutura, os resultados indicam que sua expansão representa oportunidade para fortalecer a

capacidade tecnológica da segurança pública municipal e ampliar a integração com os demais órgãos do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

4.1.1 A Muralha Digital (videomonitoramento) é utilizada de forma efetiva para prevenção e resposta no enfrentamento da criminalidade?

203) Esta questão tem por objetivo avaliar a utilização efetiva do sistema de videomonitoramento como ferramenta de apoio às atividades de prevenção, monitoramento e resposta às ocorrências de segurança pública, permitindo verificar se a tecnologia implantada contribui para a gestão da segurança municipal.

204) Entre os 134 municípios que possuem Muralha Digital ou Centro de Videomonitoramento, 120 (89,55%) informaram utilizar o sistema de forma efetiva no apoio às ações de prevenção e resposta à criminalidade, enquanto 14 municípios (10,45) consideraram que a tecnologia ainda não é utilizada plenamente (**Tabela 27**).

Tabela 27. Muralha Digital (videomonitoramento) é utilizada de forma efetiva para prevenção e resposta no enfrentamento da criminalidade

Situação Institucional	Qtde.	%
Sim	120	89,55
Não	14	10,45
Total	134	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do levantamento.

205) Os resultados demonstram elevado grau de aproveitamento da infraestrutura instalada, indicando que a maior parte dos municípios que investiram em videomonitoramento já incorporou essa tecnologia às atividades operacionais da segurança pública. Esse cenário reforça a importância da expansão desses sistemas para outros municípios, considerando seu potencial de apoio às ações preventivas, à investigação criminal e ao monitoramento de situações de risco, incluindo casos de violência doméstica e descumprimento de medidas protetivas.

4.1.2 Há integração de câmeras privadas (comércio, condomínios) à rede pública de monitoramento?

206) Esta questão destina-se a identificar iniciativas de cooperação entre o poder público e a sociedade para ampliar a cobertura do videomonitoramento urbano. A integração de câmeras privadas pode fortalecer a capacidade de monitoramento e apoiar a prevenção e investigação de ocorrências.

207) Os resultados demonstram (**Tabela 28**) que apenas 17 municípios (12,69%) possuem integração entre câmeras privadas e a rede pública de monitoramento, enquanto 117 municípios (87,31%) informaram não utilizar esse modelo de cooperação.

Tabela 28. Existência de integração de câmeras privadas (comércio, condomínios) à rede pública de monitoramento

Situação Institucional	Qtde.	%
Sim	17	12,69
Não	117	87,31
Total	134	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do levantamento.

208) Os dados evidenciam que essa modalidade de integração ainda é pouco utilizada pelos municípios paranaenses, embora represente importante estratégia para ampliar a cobertura territorial do videomonitoramento sem necessidade de elevados investimentos públicos. A cooperação com estabelecimentos comerciais, condomínios e outras instituições pode fortalecer a prevenção da criminalidade, ampliar a produção de provas e agilizar a resposta das forças de segurança.

4.1.3 Os dados de trânsito (radares, câmeras) são integrados à segurança pública municipal?

209) Esta questão tem a finalidade de verificar a integração entre os sistemas de mobilidade urbana e as ações de segurança pública, favorecendo o compartilhamento de informações que possam apoiar a prevenção, fiscalização e resposta às ocorrências.

210) Os resultados indicam, conforme a **Tabela 29**, equilíbrio entre os municípios que utilizam a integração dos sistemas de trânsito com a segurança pública (64 municípios – 47,76%) e aqueles que ainda não adotam essa prática (70 municípios – 52,24%).

Tabela 29. Integração dos dados de trânsito (radares, câmeras) à segurança pública municipal

Situação Institucional	Qtde.	%
Sim	64	47,76
Não	70	52,24
Total	134	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do levantamento.

211) A integração de radares, câmeras e demais equipamentos de mobilidade urbana amplia a capacidade de monitoramento do território, favorecendo a identificação de veículos envolvidos em crimes, o acompanhamento de deslocamentos e o apoio às ações preventivas e investigativas. Os resultados demonstram que ainda existe espaço para ampliar a interoperabilidade entre os sistemas municipais de mobilidade e segurança pública.

4.1.4 As imagens são compartilhadas com a Secretaria Estadual de Segurança?

212) Esta questão pretende avaliar o nível de cooperação entre o Município e os órgãos estaduais de segurança pública, por meio do compartilhamento de imagens e informações que possam contribuir para ações integradas de prevenção e investigação.

213) Entre os municípios que possuem sistemas de videomonitoramento, 76 (56,72%) informaram compartilhar imagens com a Secretaria de Estado da Segurança Pública, enquanto 58 municípios (43,28%) ainda não realizam esse compartilhamento.

Tabela 30. Compartilhamento das imagens de videomonitoramento com a Secretaria Estadual de Segurança

Situação Institucional	Qtde.	%
Sim	76	56,72
Não	58	43,28
Total	134	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do levantamento.

214) Os resultados demonstram, observados na **Tabela 30**, que mais da metade dos municípios já participa de ações de cooperação tecnológica com o Estado, fortalecendo a produção de inteligência, o apoio às investigações e a atuação integrada prevista no Sistema Único de Segurança Pública. Entretanto, a ausência desse compartilhamento em parcela significativa dos municípios evidencia oportunidade para ampliar a interoperabilidade dos sistemas e fortalecer a atuação coordenada entre as instituições de segurança pública.

4.2 Seu município utiliza algum módulo do SINESP?

215) Esta questão tem como propósito avaliar identificar o nível de utilização das ferramentas disponibilizadas pelo Sistema Nacional de Informações de Segurança

Pública (SINESP), permitindo avaliar a integração tecnológica do Município com os sistemas nacionais de informação e gestão da segurança pública.

216) Os resultados demonstram que apenas 32 municípios (8,65%) utilizam algum módulo do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP), enquanto 338 municípios (91,35%) informaram não utilizar a plataforma (**Tabela 31**).

Tabela 31. Municípios que utilizam algum módulo do SINESP

Situação Institucional	Qtde.	%
Sim	32	8,65
Não	338	91,35
Total	370	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do levantamento.

217) Esse resultado evidencia baixo nível de integração tecnológica com os sistemas nacionais de informação, indicando oportunidade para ampliar a utilização das ferramentas disponibilizadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública. A integração ao SINESP favorece o compartilhamento de informações, a produção de inteligência e o planejamento de políticas públicas baseadas em evidências, fortalecendo a governança da segurança pública municipal.

4.2.1 Quais módulos do SINESP são utilizados pela Guarda municipal?

218) Os resultados apresentados na **Tabela 32**, demonstram que as Guardas Municipais paranaenses utilizam diferentes módulos disponibilizados pelo Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP), evidenciando avanços no processo de integração tecnológica com as plataformas desenvolvidas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Tabela 32. Módulos do SINESP utilizados pelas Guardas Municipais

Situação Institucional	Qtde.	%
SINESP ANÁLISE	1	1,32
BRASIL MAIS - MEIO AMBIENTE INTEGRADO E SEGURO	4	5,26
SINESP CAD - CENTRAL DE ATENDIMENTO E DESPACHO	11	14,47
SINESP CIDADÃO	13	17,11
SINESP DAAS - DADOS COMO SERVIÇO	1	1,32
SINESP INFOSEG	24	31,58
SINESP SEGURANÇA	15	19,74
SINESP +	7	9,21
Total	76	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do levantamento.

219) Entre os 76 registros informados, destaca-se a utilização do SINESP INFOSEG, com 24 registros (31,58%), constituindo o módulo mais utilizado pelas Guardas Municipais. Na sequência aparecem o SINESP Segurança, com 15 registros (19,74%), o SINESP Cidadão, com 13 registros (17,11%), e o SINESP CAD – Central de Atendimento e Despacho, com 11 registros (14,47%). Também foram identificadas utilizações do SINESP+, com 7 registros (9,21%), do Brasil MAIS – Meio Ambiente Integrado e Seguro, com 4 registros (5,26%), enquanto os módulos SINESP Análise e SINESP DAAS – Dados como Serviço registraram apenas 1 utilização cada (1,32%).

220) A predominância do SINESP INFOSEG demonstra que as Guardas Municipais concentram sua integração tecnológica principalmente nas atividades de consulta e verificação de informações estratégicas. Esse resultado evidencia a importância da interoperabilidade entre os sistemas municipais e as bases nacionais de segurança pública, permitindo maior agilidade na tomada de decisões e ampliando a capacidade operacional das equipes de campo.

221) Observa-se também significativa utilização do SINESP Segurança, do SINESP Cidadão e do SINESP CAD, indicando que parte das Guardas Municipais já incorpora ferramentas voltadas ao gerenciamento operacional. Por outro lado, a reduzida utilização de módulos voltados à análise de dados e aos serviços de integração automatizada de informações, como o SINESP Análise e o SINESP DAAS, sugere que ainda existe importante oportunidade para ampliar a utilização de soluções voltadas à inteligência, à mineração de dados e ao apoio estratégico à gestão da segurança pública.

222) A utilização do programa Brasil MAIS – Meio Ambiente Integrado e Seguro, com percentual reduzido (5,26%). A plataforma disponibiliza imagens de satélite e ferramentas de monitoramento remoto, apoiando ações relacionadas à fiscalização ambiental, proteção territorial, prevenção de ocupações irregulares e gestão de áreas de risco. Sua maior utilização pelas Guardas Municipais poderia ampliar as competências municipais para além das atividades tradicionais de policiamento preventivo, incorporando novas tecnologias de monitoramento territorial.

4.3 Infraestrutura Urbana

4.3.1 Há projetos em andamento para melhoria da iluminação pública em áreas violentas?

223) Esta questão foi elaborada para identificar ações de infraestrutura urbana voltadas à prevenção da violência. A melhoria da iluminação pública em áreas com maior incidência de ocorrências constitui importante medida de prevenção situacional, contribuindo para ampliar a sensação de segurança e reduzir fatores de risco.

224) Os resultados demonstram, apresentado na **Tabela 33**, que 199 municípios (53,78%) possuem projetos em andamento para melhoria da iluminação pública em áreas consideradas prioritárias ou com maior incidência de violência. Por outro lado, 171 municípios (46,22%) informaram não desenvolver iniciativas dessa natureza.

Tabela 33. Municípios que possuem projetos em andamento para melhoria da iluminação pública em áreas violentas

Situação Institucional	Qtde.	%
Sim	199	53,78
Não	171	46,22
Total	370	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do levantamento.

225) O resultado indica que pouco mais da metade dos municípios respondentes reconhece a iluminação pública como instrumento complementar de prevenção da violência e de qualificação dos espaços urbanos. A implantação, modernização ou ampliação da iluminação em locais vulneráveis pode contribuir para melhorar a visibilidade, facilitar a vigilância natural, ampliar a circulação de pessoas e reduzir condições ambientais favoráveis à ocorrência de determinados delitos.

226) Entretanto, o percentual de municípios sem projetos específicos permanece elevado. Quase metade dos respondentes ainda não utiliza de forma planejada a infraestrutura de iluminação pública como componente da política municipal de segurança, o que evidencia oportunidade de maior articulação entre as áreas de segurança pública, planejamento urbano, obras, mobilidade e serviços públicos.

227) Os resultados apontam, portanto, para a necessidade de ampliar o planejamento preventivo da infraestrutura urbana, priorizando investimentos orientados por dados e pelas características de cada território. A adoção dessas medidas pode fortalecer a prevenção situacional, aumentar a sensação de segurança

da população e tornar os espaços públicos mais acessíveis, inclusive para mulheres e demais grupos em situação de maior vulnerabilidade.

EIXO V – FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

5. Controle de Atividades

5.1 Seu município realiza controle de horário de funcionamento de bares e eventos?

228) Esta questão visa identificar se o Município adota ações de fiscalização relacionadas ao funcionamento de bares, estabelecimentos de entretenimento e eventos, como instrumento de prevenção da violência, preservação da ordem pública e redução de ocorrências associadas à perturbação do sossego, consumo de álcool e demais fatores de risco.

Tabela 34. Municípios que realizam controle de horário de funcionamento de bares e eventos

Situação Institucional	Qtde.	%
Sim	138	37,30
Não	232	62,70
Total	370	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do levantamento.

229) Os resultados apresentados na **Tabela 34**, demonstram que 138 municípios (37,30%) realizam fiscalização do horário de funcionamento de bares, estabelecimentos de entretenimento e eventos, enquanto 232 municípios (62,70%) informaram não desenvolver esse tipo de controle.

230) Esse cenário evidencia que a maioria dos municípios ainda não utiliza esse instrumento de fiscalização administrativa como medida complementar de prevenção da violência e preservação da ordem pública. Estudos nacionais e internacionais demonstram que a concentração de consumo de bebidas alcoólicas em determinados horários e locais está associada ao aumento de ocorrências como lesões corporais, homicídios, violência doméstica, perturbação do sossego, acidentes de trânsito e danos ao patrimônio.

231) No Brasil, dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública -2025⁹⁻¹⁰⁻¹¹, indicam que parcela significativa dos crimes violentos ocorre durante os períodos noturnos e nos finais de semana, momentos em que há maior concentração de pessoas em bares, casas noturnas e eventos públicos. Nesse contexto, a fiscalização integrada entre os órgãos municipais e as forças de segurança constitui importante instrumento de prevenção situacional, desde que realizada de forma planejada, proporcional e em conformidade com a legislação municipal.

232) Os resultados apontam para a oportunidade de fortalecimento das ações de fiscalização administrativa como componente da política municipal de segurança pública, integrando planejamento urbano, vigilância sanitária, fiscalização de posturas municipais e órgãos de segurança pública

EIXO VI – CAPACITAÇÃO E EDUCAÇÃO

6. Capacitação de Servidores

6.1 Existem programas permanentes de prevenção e educação para redução da criminalidade e violência na segurança pública municipal?

233) Esta questão pretende verificar se o Município desenvolve programas permanentes de prevenção à violência e promoção da cultura de paz, envolvendo ações educativas, comunitárias ou intersetoriais. Essas iniciativas contribuem para reduzir fatores de risco e fortalecer a atuação preventiva da administração pública.

234) Os resultados apresentados na **Tabela 35**, demonstram que apenas 74 municípios (20%) desenvolvem programas permanentes de prevenção e educação voltados à redução da criminalidade e da violência, enquanto 296 municípios (80%) informaram não possuir iniciativas dessa natureza.

Tabela 35. Existência de programas permanentes de prevenção e educação para redução da criminalidade e violência na segurança pública municipal

Situação Institucional	Qtde.	%
Sim	74	20
Não	296	80

⁹ FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025. São Paulo: FBSP, 2025.

¹⁰ CLARKE, Ronald V. *Situational Crime Prevention: Successful Case Studies*. 2. ed. Albany: Harrow and Heston, 1997.

¹¹ CLARKE, Ronald V.; ECK, John E. *Become a Problem-Solving Crime Analyst*. London: Jill Dando Institute of Crime Science, 2005.

Total

370

100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do levantamento.

235) O levantamento evidencia que as políticas preventivas ainda ocupam espaço reduzido na agenda da maioria dos municípios paranaenses. A prevenção constitui um dos pilares do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), que incentiva a implementação de ações intersetoriais voltadas à redução dos fatores de risco, ao fortalecimento da cultura de paz e à promoção da cidadania.

236) Estudos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública¹² e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)¹³ demonstram que programas permanentes de prevenção, especialmente aqueles direcionados a crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade, contribuem para reduzir a violência, fortalecer vínculos comunitários e diminuir fatores associados à criminalidade.

237) Os resultados indicam importante oportunidade para ampliação de programas educativos¹⁴⁻¹⁵, ações comunitárias, projetos de mediação de conflitos, prevenção ao uso de drogas, proteção escolar e iniciativas voltadas ao enfrentamento da violência contra mulheres, crianças, adolescentes e idosos, fortalecendo a atuação preventiva dos municípios.

6.2 Existem programas de capacitação da Guarda Municipal?

238) Por meio desta questão, pretende-se verificar se a Guarda Municipal participa de programas permanentes de capacitação e aperfeiçoamento profissional, contribuindo para a atualização técnica dos agentes, melhoria da atuação operacional e fortalecimento da prestação dos serviços de segurança pública municipal.

239) Entre os 40 municípios que possuem Guarda Municipal (**Tabela 36**), 35 (87,50%) informaram desenvolver programas permanentes de capacitação e

¹² **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**. 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025. São Paulo: FBSP, 2025.

¹³ **PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD)**. Relatório de Desenvolvimento Humano 2023/2024. Nova York: PNUD, 2024.

¹⁴ **WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO)**. World Report on Violence and Health. Geneva: WHO, 2002.

¹⁵ **WORLD HEALTH ORGANIZATION**. INSPIRE: Seven Strategies for Ending Violence Against Children. Geneva: WHO, 2016.

aperfeiçoamento profissional, enquanto 5 municípios (12,50%) declararam não realizar essas atividades.

Tabela 36. Municípios que possuem programas de capacitação da Guarda Municipal

Situação Institucional	Qtde.	%
Sim	35	87,50
Não	5	12,50
Total	40	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do levantamento.

240) Os resultados demonstram elevado compromisso das Guardas Municipais paranaenses com a formação continuada de seus integrantes, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Estatuto Geral das Guardas Municipais e pelo Sistema Único de Segurança Pública.

241) A capacitação permanente fortalece a atuação preventiva, amplia a qualificação técnica dos agentes e favorece a utilização adequada de tecnologias, protocolos operacionais e procedimentos relacionados aos direitos humanos, mediação de conflitos, atendimento às mulheres em situação de violência, policiamento comunitário e uso progressivo da força.

242) Embora os resultados sejam positivos, a manutenção de programas permanentes de capacitação permanece essencial diante da constante evolução das modalidades criminosas, das inovações tecnológicas e das novas demandas da segurança pública municipal.

EIXO VII – PARCERIAS E COOPERAÇÃO

7. Parcerias Institucionais

7.1 Existem protocolos de cooperação com órgãos estaduais/federais?

243) Esta questão busca identificar a existência de instrumentos formais de cooperação entre o Município e órgãos estaduais ou federais, destinados ao desenvolvimento de ações integradas de segurança pública. A celebração dessas parcerias fortalece a articulação institucional, otimiza recursos e amplia a efetividade das ações de prevenção, fiscalização e resposta às ocorrências.

244) Os resultados apresentados na **Tabela 37**, demonstram que apenas 89 municípios (24,05%) possuem protocolos formais de cooperação com órgãos

estaduais ou federais, enquanto 281 municípios (75,95%) informaram não manter instrumentos dessa natureza.

Tabela 37. Municípios que possuem protocolos de cooperação com órgãos estaduais/ federais

Situação Institucional	Qtde.	%
Sim	89	24,05
Não	281	75,95
Total	370	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do levantamento.

245) Os dados evidenciam baixo nível de formalização da cooperação interinstitucional entre os municípios e os demais integrantes do Sistema Único de Segurança Pública. A integração entre os entes federativos constitui um dos princípios estruturantes do SUSP, permitindo o compartilhamento de informações, recursos, tecnologias, capacitações e ações operacionais.

246) O fortalecimento da cooperação institucional é especialmente relevante para municípios de pequeno e médio porte, que frequentemente possuem limitações de recursos humanos, financeiros e tecnológicos. A celebração de acordos de cooperação com órgãos estaduais e federais amplia a capacidade operacional das administrações municipais, favorecendo ações integradas de inteligência, prevenção, fiscalização e resposta às ocorrências.

247) Os resultados do diagnóstico indicam, portanto, oportunidade para ampliar a articulação interfederativa e fortalecer a governança cooperativa da segurança pública municipal, em consonância com os princípios estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei nº 13.675/2018.

CONCLUSÕES

248) A partir dos resultados apurados, foi possível alcançar importantes conclusões sobre os sete eixos temáticos que compuseram o trabalho.

Eixo I – Estrutura Institucional e Governança

249) Os resultados do Eixo I demonstram que a segurança pública municipal no Paraná se encontra em processo de consolidação institucional, porém ainda apresenta significativas assimetrias entre os municípios. Embora parte das administrações municipais já disponha de estruturas formais de gestão, Guardas Municipais, órgãos de controle e mecanismos de governança, a pesquisa evidencia que essas estruturas permanecem concentradas, principalmente, nos municípios de médio e grande porte.

250) O diagnóstico confirma que a institucionalização da segurança pública municipal está diretamente relacionada à capacidade administrativa, financeira e organizacional dos municípios. Nos pequenos municípios observa-se reduzida capacidade operacional, baixa presença de Guardas Municipais e menor estrutura de governança, evidenciando a necessidade de fortalecimento institucional e de modelos cooperativos compatíveis com suas limitações administrativas.

251) De forma geral, o Eixo I demonstra que a evolução da segurança pública municipal dependerá do fortalecimento da governança local, da profissionalização das instituições e da ampliação da integração dos municípios ao Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e utilização do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

Eixo II – Gestão Orçamentária e Financeira

252) A análise da gestão orçamentária evidência que o financiamento da segurança pública municipal ainda constitui um dos principais desafios para a consolidação das políticas públicas locais. Embora alguns municípios realizem investimentos consistentes em infraestrutura, tecnologia, Guardas Municipais e prevenção da violência, grande parte das administrações municipais ainda não possui planejamento financeiro estruturado para essa área.

253) Os resultados indicam que a sustentabilidade das políticas municipais de segurança depende da incorporação definitiva do planejamento orçamentário às estratégias de médio e longo prazo, permitindo maior previsibilidade dos investimentos, racionalização dos recursos públicos e fortalecimento da capacidade institucional.

254) Nesse contexto, a integração entre planejamento estratégico, orçamento público e avaliação de resultados representa importante oportunidade para aprimorar a eficiência da gestão municipal e ampliar a efetividade das ações de segurança pública municipal.

Eixo III – Políticas Públicas e Planejamento

255) Os resultados do Eixo III evidenciam que o planejamento estratégico da segurança pública municipal permanece como uma das principais fragilidades identificadas pelo diagnóstico.

256) A reduzida quantidade de municípios que possuem Plano Municipal de Segurança Pública formalmente instituído demonstra que a cultura do planejamento ainda não foi incorporada de forma consistente à administração municipal, limitando a definição de prioridades, metas, indicadores e mecanismos permanentes de monitoramento.

257) Também foram identificados importantes oportunidades de fortalecimento da participação social, especialmente pela reduzida institucionalização dos Conselhos Municipais de Segurança Pública, dos Conselhos de Comunitários de Segurança (CONSEGs) e dos Gabinetes de Gestão Integrada (GGI).

258) Outro aspecto de elevada relevância refere-se às políticas de enfrentamento da violência contra a mulher e violência doméstica. Embora parte dos municípios possua órgãos específicos destinados à proteção das mulheres, o diagnóstico evidencia baixa disponibilidade de centros de acolhimento, Patrulhas Maria da Penha e estruturas especializadas, revelando importantes lacunas na rede municipal de proteção.

259) Considerando o crescimento da violência doméstica e dos feminicídios no Brasil, o fortalecimento dessas políticas representa prioridade para os gestores

públicos e importante oportunidade de atuação integrada entre segurança pública municipal, assistência social, saúde, educação e sistema de justiça criminal.

Eixo IV – Tecnologia e Infraestrutura

260) O diagnóstico demonstra que os municípios paranaenses vêm incorporando progressivamente soluções tecnológicas aplicadas à segurança pública municipal, especialmente sistemas de videomonitoramento, Muralhas Digitais, compartilhamento de imagens e modernização da iluminação pública.

261) Entretanto, a pesquisa revela que essa transformação tecnológica ainda ocorre de forma desigual entre os municípios, concentrando-se naqueles com maior capacidade financeira e administrativa.

262) Embora os municípios que implantaram videomonitoramento apresentem elevado índice de utilização operacional, ainda existe reduzida integração com sistemas estaduais e nacionais de informação, especialmente com as plataformas do SINESP.

263) Os resultados indicam que a principal oportunidade para os próximos anos não consiste apenas na ampliação da infraestrutura tecnológica, mas principalmente no fortalecimento da interoperabilidade entre sistemas, no compartilhamento de informações e na utilização de inteligência baseada em dados, elementos essenciais para uma gestão moderna da segurança pública entre os entes federativos.

Eixo V - Fiscalização e Controle

264) O Eixo V evidencia que a fiscalização administrativa ainda representa uma dimensão pouco explorada pelas administrações municipais, apesar de seu relevante potencial preventivo.

265) A reduzida adoção de mecanismos sistemáticos de fiscalização de bares, eventos e atividades potencialmente geradoras de riscos demonstra que grande parte dos municípios ainda atua de forma predominantemente reativa.

266) Ao mesmo tempo, os resultados relativos às Guardas Municipais revelam elevado nível de maturidade operacional nas corporações existentes, especialmente quanto à especialização das equipes, integração institucional, utilização de protocolos operacionais e infraestrutura física.

267) Esses resultados demonstram que, onde a estrutura municipal está consolidada, observa-se elevado grau de profissionalização, indicando que os maiores desafios se concentram na expansão dessas capacidades para um número maior de municípios.

Eixo VI – Capacitação e Educação

268) O diagnóstico demonstra que a capacitação permanente das Guardas Municipais apresenta resultados bastante positivos, refletindo o compromisso institucional com a qualificação profissional.

269) Entretanto, observa-se reduzida implementação de programas permanentes de prevenção da violência, educação para a cidadania e fortalecimento da cultura de paz. Esse cenário evidencia que a segurança pública municipal ainda permanece fortemente orientada para ações operacionais, enquanto as estratégias preventivas continuam pouco institucionalizadas.

270) Considerando as evidências nacionais e internacionais sobre prevenção da violência, investimentos em educação, inclusão social, mediação de conflitos e proteção de grupos vulneráveis representam importante oportunidade para redução sustentável da violência e criminalidade.

Eixo VII – Parcerias e Cooperação

271) Os resultados do Eixo VII demonstram que a cooperação interfederativa ainda constitui um dos principais desafios da segurança pública municipal.

272) Embora as Guardas Municipais apresentem elevado grau de integração operacional com os órgãos estaduais de segurança pública, observa-se que a maioria dos municípios ainda não possui protocolos formais de cooperação institucional. Este cenário limita o compartilhamento de informações, o acesso às tecnologias nacionais, o desenvolvimento de ações conjuntas e a otimização dos recursos públicos.

273) O fortalecimento das redes de cooperação representa importante instrumento para ampliar a capacidade institucional dos municípios, especialmente daqueles de pequeno porte, promovendo maior integração ao Sistema Único de Segurança Pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

274) O Diagnóstico da Segurança Pública Municipal constitui o primeiro levantamento estruturado do controle externo sobre a segurança pública municipal no Estado do Paraná, fornecendo uma visão abrangente da realidade dos municípios paranaenses.

275) O estudo demonstra que a segurança pública municipal vem passando por um importante processo de fortalecimento institucional, impulsionado pela consolidação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), pela evolução do marco constitucional e legal das Guardas Municipais e pela ampliação das competências municipais na prevenção da violência, criminalidade e na proteção da população através da defesa social.

276) Os resultados evidenciam avanços significativos em diversas áreas, especialmente na profissionalização das Guardas Municipais, na adoção de tecnologias de videomonitoramento, aquisição de armamentos e equipamentos, na ampliação da integração operacional com os órgãos estaduais e federais, e na qualificação dos profissionais de segurança pública.

277) Ao mesmo tempo, o diagnóstico revela importantes desafios para prevenção da criminalidade e da violência, relacionados à institucionalização da governança, ao planejamento estratégico, ao financiamento das políticas públicas, à integração tecnológica e ao fortalecimento da cooperação interfederativa.

278) O estudo também confirma que o porte populacional influencia diretamente a capacidade institucional dos municípios. Enquanto os grandes centros urbanos apresentam estruturas mais consolidadas de gestão, planejamento e atuação operacional, os municípios de pequeno porte enfrentam maiores limitações administrativas, financeiras e técnicas, reforçando a necessidade de políticas públicas diferenciadas, apoio institucional e mecanismos permanentes de cooperação.

279) Outro aspecto de destaque refere-se à necessidade de ampliar as políticas preventivas voltadas ao enfrentamento da criminalidade e violência contra: a mulher, doméstica, escolar, juvenil, violência no trânsito urbano e dos demais fatores de vulnerabilidade social, fortalecendo a atuação integrada entre segurança pública

municipal, educação, assistência social, saúde, mobilidade urbana, controle e planejamento urbano.

280) Os resultados deste diagnóstico permitem afirmar que o fortalecimento da segurança pública municipal não depende exclusivamente da ampliação do efetivo ou da aquisição de equipamentos, mas da consolidação de uma governança pública estruturada, baseada em planejamento estratégico, gestão por resultados, integração tecnológica, cooperação entre os entes federativos e utilização sistemática de evidências através de indicadores criminais para subsidiar a tomada de decisão.

281) Por fim, reafirma-se que este diagnóstico possui caráter eminentemente orientativo, não classificatório ou sancionatório, constituindo instrumento de apoio ao aperfeiçoamento da gestão pública municipal. As informações produzidas poderão subsidiar futuras ações de fiscalização pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, contribuindo para o fortalecimento da governança, da eficiência administrativa e da efetividade das políticas públicas de segurança municipal, em prol da sociedade paranaense.

ENCAMINHAMENTOS

282) Ante o exposto, considerando que os resultados obtidos neste levantamento podem auxiliar os municípios paranaenses nas avaliações das políticas públicas de segurança pública, além de servir de subsídio para eventual execução da fiscalização prevista na Diretriz Suplementar nº 24 do Plano de Fiscalização 2026-2027 deste Tribunal de Contas, encaminha-se o presente relatório à Coordenadoria-Geral de Fiscalização para ciência e divulgação dos resultados, sugerindo-se, ainda, o encaminhamento à 6ª Inspeção de Controle Externo para conhecimento, haja vista as informações obtidas no que tange à área de segurança pública.

Curitiba, 09 de outubro de 2026.

Elaborado por:

MAURO CELSO MONTEIRO

Assessor Especial da Presidência

Matrícula nº 52.470-0

Com o apoio de:

LEVI ANTUNES DA CRUZ JUNIOR

Assessor Executivo de Conselheiro

Matrícula nº 51.877-8

LUIZ ANTONIO PARAVATO LESSA

Auditor de Controle Externo

Matrícula nº 51.821-2

LUIZ HENRIQUE XAVIER

Coordenador da CACS

Matrícula nº 51.744-5

JEFERSON SILVEIRA

Auditor de Controle Externo

Matrícula nº 52.127-2

RAFAEL MORAIS GONÇALVES AYRES

Coordenador-Geral de Fiscalização

Matrícula nº 51.298-2

RAFAEL AUGUSTO FONTANA

Auditor de Controle Externo

Matrícula nº 51.674-0



Revisado por:

LUIZ HENRIQUE LUERSEN JUNIOR

Auditor de Controle Externo

Matrícula nº 52.174-4

ROBERTO ALVES RIBEIRO

Coordenador da CAUD

Matrícula nº 51.671-6

Encaminhado por:

ROBERTO ALVES RIBEIRO

Coordenador da CAUD

Matrícula nº 51.671-6

Apêndice 6 – Índice de Maturidade da Gestão da Segurança Pública Municipal (IMGSPM)

Diagnóstico com o Índice de Maturidade da Gestão da Segurança Pública Municipal (IMGSPM)		
Municípios	Questões	Respostas analisadas
370	59	21.830

1. O QUE É DIAGNÓSTICO

O diagnóstico mede a maturidade da gestão da segurança pública em 370 municípios paranaenses. Para isso, usa o IMGSPM, um índice de 0 a 100 pontos, calculado a partir de 59 questões.

Atenção: o índice mostra quais práticas de gestão os municípios declararam ter. Ele não mede criminalidade, qualidade do atendimento nem conformidade jurídica. Nota alta não significa, por si só, município mais seguro.

2. COMO O ÍNDICE FOI CALCULADO

- Cada questão recebe nota de 0 a 1 e é multiplicada por um peso. A soma é dividida por 114 (total dos pesos) e multiplicada por 100.
- Resposta ausente vale zero.
- Faixas: Muito Baixo (0 a 20), Baixo (21 a 40), Intermediário (41 a 60), Alto (61 a 80) e Muito Alto (81 a 100).
- As 59 questões foram agrupadas em 8 eixos, para facilitar a leitura.
- Pela importância de cada questão, a matriz também as divide em 3 componentes de avaliação: Estruturante, Capacidade de Gestão e Aprimoramento (Seção 5).
- Porte, região e população vêm do diagnóstico ambiental e cobrem 369 municípios. Para o porte, o relatório usa quatro faixas: até 20 mil, de 20 mil a 50 mil, de 50 mil a 100 mil e mais de 100 mil habitantes.

3. PRINCIPAIS RESULTADOS

A maturidade declarada é baixa. A média é de 21,29 pontos e a mediana é de 17,54. Dos 370 municípios, 332 (89,7%) estão nas faixas Baixo ou Muito Baixo. Só 21 passam de 60 pontos. As notas vão de 2,63 (Abatiá) a 90,94 (Foz do Iguaçu).

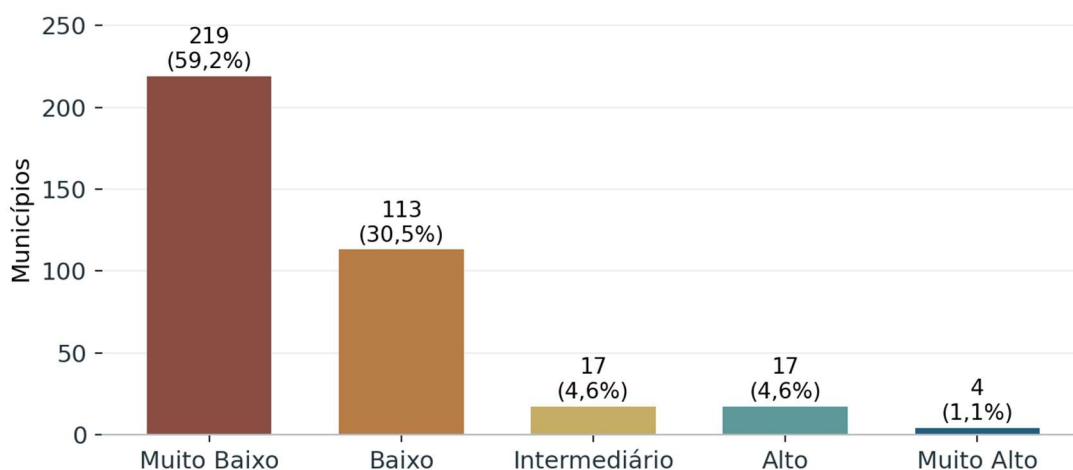


Figura 1. Municípios por faixa do IMGSPM (370 municípios).

Como ler: cada barra mostra quantos municípios estão na faixa. Quase 6 em cada 10 estão em Muito Baixo.

A média (21,3) fica acima da mediana (17,5) porque poucos municípios com notas altas puxam a média para cima. Metade dos municípios tem até 17,54 pontos.

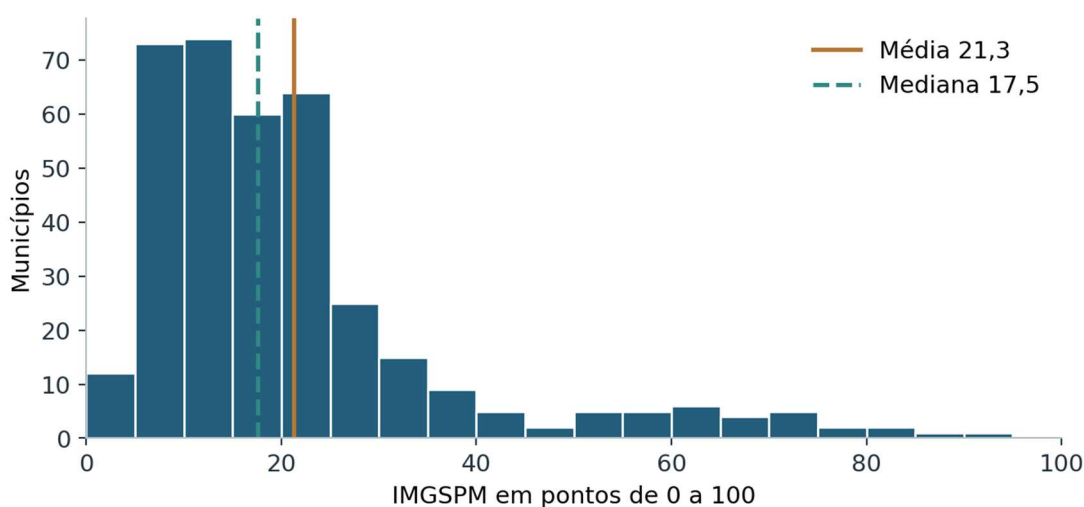


Figura 2. Distribuição das notas do IMGSPM, em intervalos de 5 pontos, com média e mediana.

Como ler: a maioria dos municípios se concentra entre 5 e 25 pontos. A cauda à direita são os poucos municípios com notas altas.

4. RESULTADOS POR EIXO

Planejamento e avaliação é a maior lacuna: nota média de apenas 1,8 ponto. Em 343 municípios a nota do eixo é zero. Transparência e escuta social tem a maior nota (64,8), por causa das ouvidorias e dos canais de reclamação.

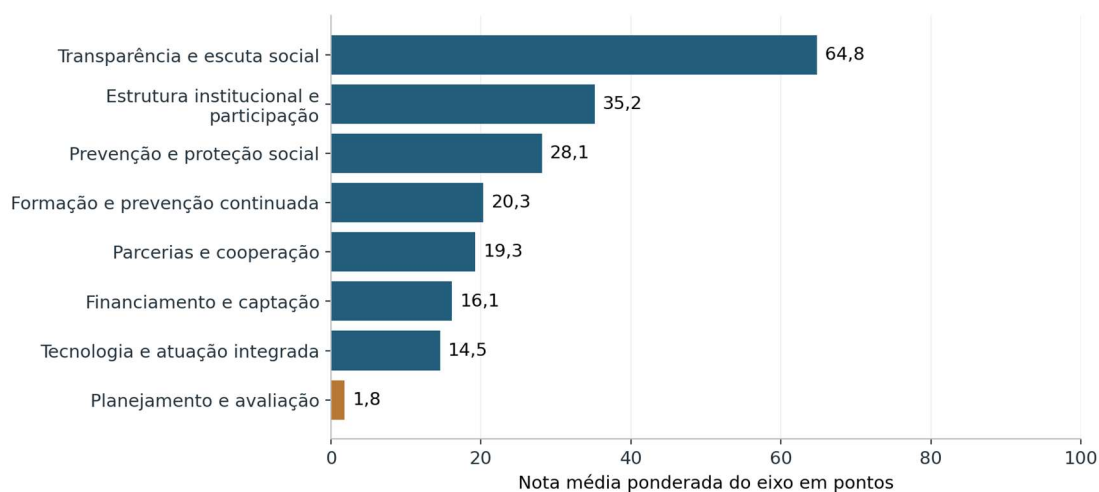


Figura 3. Nota média de cada eixo, em pontos de 0 a 100.

Como ler: quanto maior a barra, mais práticas declaradas no eixo. A barra laranja destaca o eixo mais frágil.

Transparência alta não quer dizer política transparente: só 75 municípios (20,3%) divulgam dados de segurança.

5. DESEMPENHO POR COMPONENTE DE AVALIAÇÃO

A matriz do IMGSPM separa as 59 questões em três componentes. Quanto mais importante o componente, maior o peso de cada questão no índice.

Componente	Questões	Peso por questão	Peso total	Participação no índice	Nota média
Estruturante	9	3	27	23,7%	16,53
Capacidade de Gestão	37	2	74	64,9%	21,04
Aprimoramento	13	1	13	11,4%	32,56

Quanto mais importante o componente, pior o desempenho. Os itens Estruturantes, que têm o maior peso individual, têm a menor nota (16,53). Os de Aprimoramento, que têm o menor peso, têm quase o dobro (32,56). A fragilidade atinge justamente o que a metodologia considera mais importante.

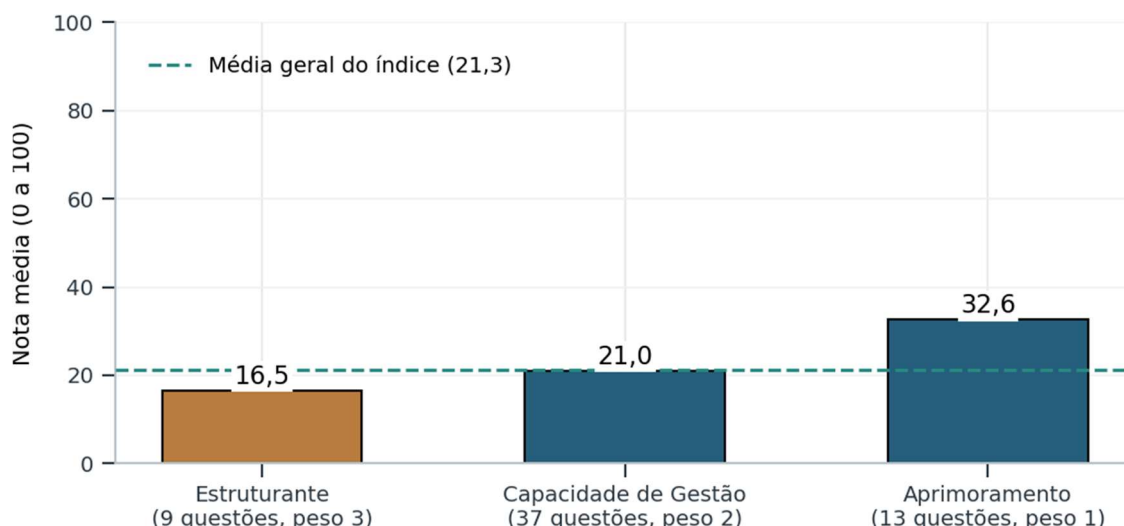


Figura 4. Nota média por componente de avaliação da matriz (0 a 100).

Como ler: a barra laranja é o componente de maior peso e menor nota. A linha tracejada é a média geral do índice (21,3).

5.1 Componente Estruturante (9 questões, peso 3)

Nenhuma das nove questões passa de 37 pontos. A pior é a do plano municipal de segurança, com 1,08.

Questão	Tema	Nota média	Municípios com nota integral
Q34	Muralha Digital ou Centro de Videomonitoramento	36,22	134
Q9	Dotação orçamentária específica para segurança na LOA de 2025	30,00	111
Q58	Protocolos de cooperação com órgãos estaduais ou federais	24,05	89
Q1	Secretaria de Segurança Pública ou similar	22,97	85
Q2	Guarda Municipal instituída	12,70	40
Q41	Integração da Guarda com as forças do SUSP	9,19	34
Q43	Integração dos sistemas com bases estaduais e federais	6,62	19
Q12	Fundo Municipal de Segurança Pública instituído por lei	5,95	22
Q16	Plano Municipal de Segurança Pública instituído e em execução	1,08	4

Três questões (Q2, Q41 e Q43) dependem da Guarda Municipal. As duas últimas só foram respondidas pelos 40 municípios com Guarda implementada. Entre eles, 85,0% declaram integração com o SUSP (Q41) e a nota média da integração de sistemas é de 61,25 (Q43).

Planejamento (Q16) e financiamento (Q9 e Q12) estão entre os pontos mais fracos e pesam muito no índice. Só 4 municípios têm plano em execução e só 22 têm fundo municipal.

O videomonitoramento é o item Estruturante mais frequente (134 municípios), mas 119 deles não declaram diagnóstico próprio.

5.2 Componentes Capacidade de Gestão e Aprimoramento

Componente	Questão com maior nota	Questão com menor nota
Capacidade de Gestão (37 questões, peso 2)	Q7 – Conselho de Assistência Social em funcionamento: 98,65	Q20 – Avaliação sistemática do plano de segurança: 0,54
Aprimoramento (13 questões, peso 1)	Q47 – Canais acessíveis de reclamação: 93,24	Q21 – Medição regular da satisfação do cidadão: 5,14

Nos dois componentes, as notas mais altas estão em estruturas amplas, como conselhos, ouvidorias e canais de reclamação. As mais baixas estão em avaliação e medição de resultados. A pontuação alta nesses itens não demonstra, por si só, atendimento especializado nem bom funcionamento na segurança pública.

5.3 De onde vem a distância até os 100 pontos

Os 78,7 pontos que faltam para a nota máxima (100 – 21,3) podem ser divididos pelos componentes e pelos eixos. O cálculo considera o peso de cada um: $\text{peso} \times (100 - \text{nota média}) \div 114$.

Componente	Peso total	Nota média	Pontos da distância até 100
Capacidade de Gestão	74	21,04	51,25
Estruturante	27	16,53	19,77
Aprimoramento	13	32,56	7,69
Total	114	21,29	78,71

Capacidade de Gestão responde pela maior parte porque reúne 37 questões e 64,9% do peso. Já o componente Estruturante, com só 9 questões, responde por 19,77 pontos, o que mostra o quanto cada item dele pesa.

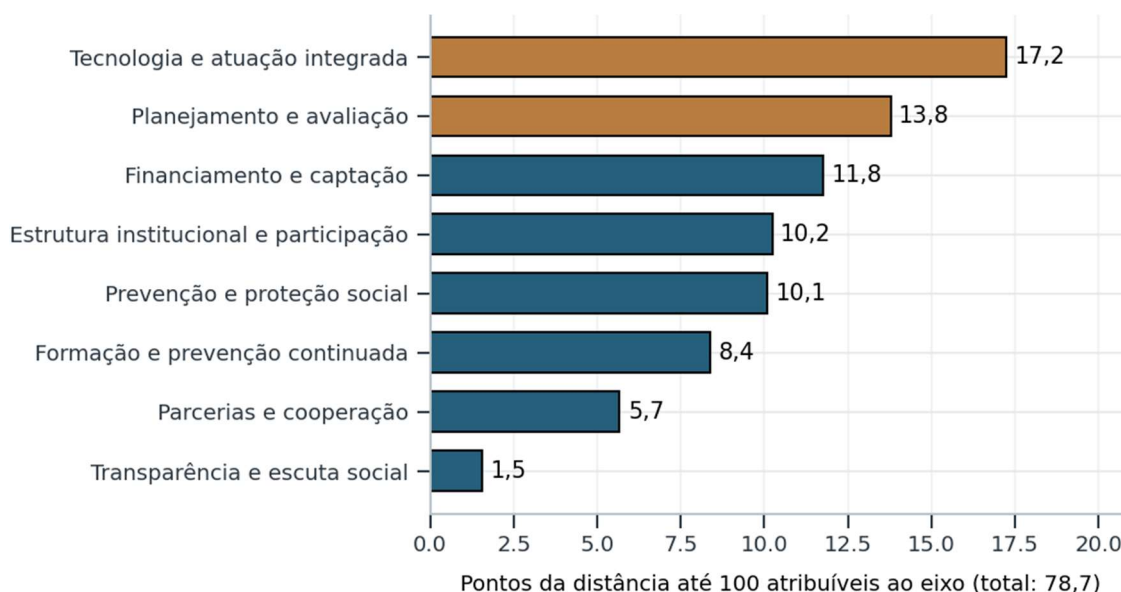


Figura 5. Pontos da distância até 100 atribuíveis a cada eixo.

Como ler: quanto maior a barra, mais o eixo contribui para a nota total ficar longe de 100. As barras laranja são os dois maiores.

Tecnologia e atuação integrada é o eixo que mais afasta o índice de 100 (17,24 pontos), porque tem o maior peso (23). Planejamento e avaliação vêm em seguida, com 13,78 pontos, apesar de ter peso menor. Esse é o eixo de pior nota relativa.

6. PORTE E REGIÃO

6.1 Porte do município

Para esta análise, os municípios foram reunidos em quatro faixas de população. As faixas reagrupam os cinco portes do modelo: os portes PP e P formam a faixa de até 20 mil habitantes, e os demais seguem iguais. A população é a publicada no modelo, e a base cobre 369 municípios (Rio Bonito do Iguaçu não tem população informada).

Faixa populacional	Nº de municípios	Média	Mediana	Mín. a máx.	Até 40 pontos	Muito Baixo	População agregada
Até 20 mil	277	15,48	14,04	2,63 a 58,48	274/277	201	2.220.017
Entre 20 mil e 50 mil	55	29,51	26,32	7,89 a 73,10	45/55	15	1.712.209
Entre 50 mil e 100 mil	13	38,09	28,95	12,28 a 84,21	9/13	2	894.627
Mais de 100 mil	24	60,54	62,50	20,18 a 90,94	3/24	0	6.660.516

Quanto maior o município, maior a nota. A média vai de 15,48 nos municípios de até 20 mil habitantes a 60,54 nos de mais de 100 mil, uma diferença de 45,06 pontos. Quase todos os municípios da faixa menor (274 de 277, ou 98,9%) ficam até 40 pontos, e 201 deles (72,6%) estão em Muito Baixo.

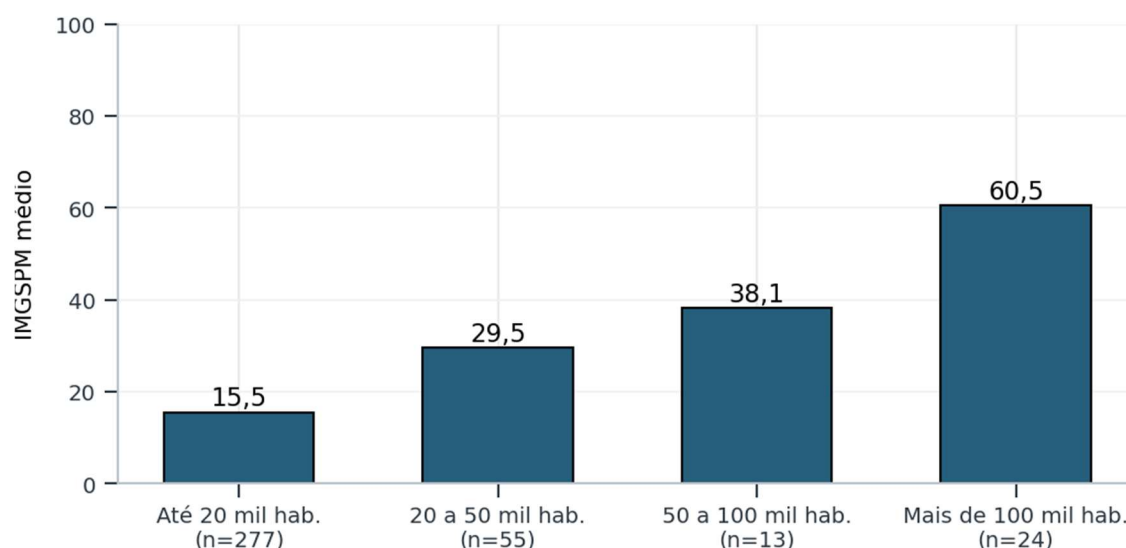


Figura 6. IMGSPM médio por faixa populacional (369 municípios).

Como ler: a nota média sobe a cada faixa. O n indica quantos municípios há em cada grupo.

O salto maior está acima de 100 mil habitantes. A média sobe 14,03 pontos da primeira para a segunda faixa, 8,58 da segunda para a terceira e 22,45 da terceira para a quarta. Entre 20 mil e 100 mil habitantes, a mediana muda pouco (de 26,32 para 28,95). A média da faixa de 50 mil a 100 mil (38,09) é puxada por três dos 13 municípios, que passam de 60 pontos: Telêmaco Borba (84,21), Irati (66,08) e Paranavaí (64,77).

A faixa de até 20 mil reúne 277 municípios (75,1% da base), mas só 19,3% da população. Os 24 municípios com mais de 100 mil habitantes são 6,5% da base e concentram 58,0% da população.

O porte, porém, não explica tudo. Há grande variação dentro de cada faixa, como mostra a **Figura 7**.

Até 20 mil: a maior nota é a de Sengés (58,48), e só três municípios chegam à faixa Intermediário.

20 a 50 mil: quatro municípios passam de 60 pontos: Campo Magro (73,10), Guaíra (65,20), Quatro Barras (64,33) e Jaguariaíva (60,23).

Mais de 100 mil: 14 dos 24 municípios passam de 60 pontos, mas Francisco Beltrão (20,18), Piraquara (24,56) e Guarapuava (26,75) ficam abaixo de 40.

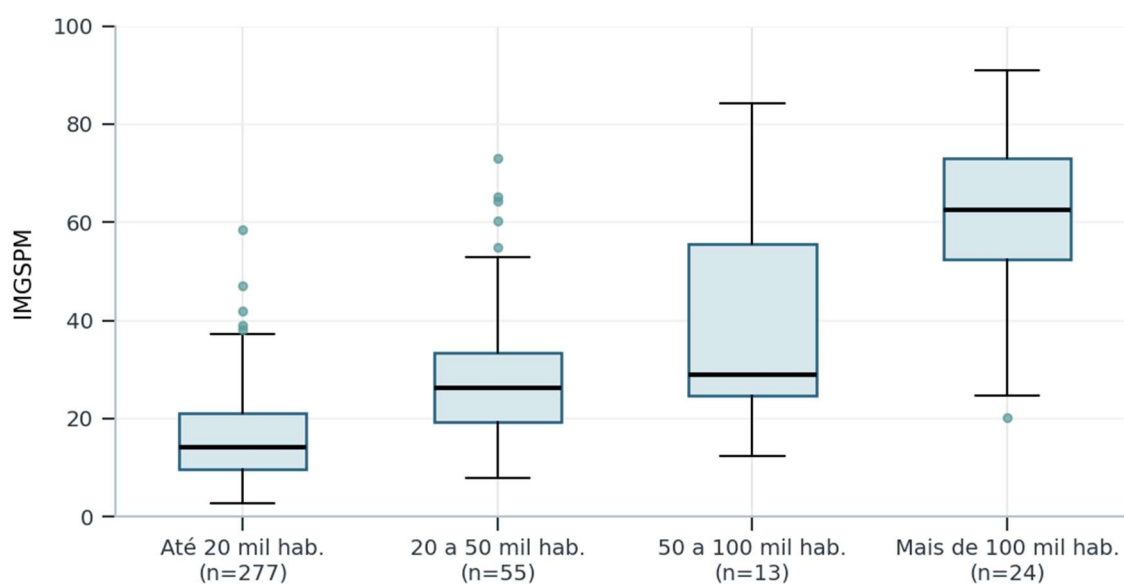


Figura 7. Variação das notas dentro de cada faixa populacional.

Como ler: a caixa mostra onde estão os 50% centrais dos municípios; o traço preto é a mediana; os pontos soltos são casos fora do padrão.

A relação entre população e nota é positiva e moderada (correlação de postos de Spearman de 0,613). A média ponderada pela população é de 50,87, muito acima da média simples dos municípios (21,30), porque dá mais peso às grandes cidades. Esse número não significa que 50,87% da população tenha serviços adequados, e por isso o indicador principal continua sendo a média municipal.

Cuidado ao comparar: ao reunir os portes PP e P, a faixa de até 20 mil esconde uma diferença de cerca de 7 pontos entre eles (13,35 nos municípios de até 10 mil e 20,04 nos de 10 mil a 20 mil). A base também não traz receita nem quadro de pessoal, então não dá para testar o motivo das diferenças.

6.2 Região

O Centro Oriental tem a maior média (41,08), seguido da Metropolitana de Curitiba (38,96). A menor é a do Centro Ocidental (15,75). No Centro-

Sul, no Norte Pioneiro e no Sudoeste, todos os municípios estão nas faixas Baixo ou Muito Baixo. Em todas as regiões, o planejamento é o eixo mais fraco.

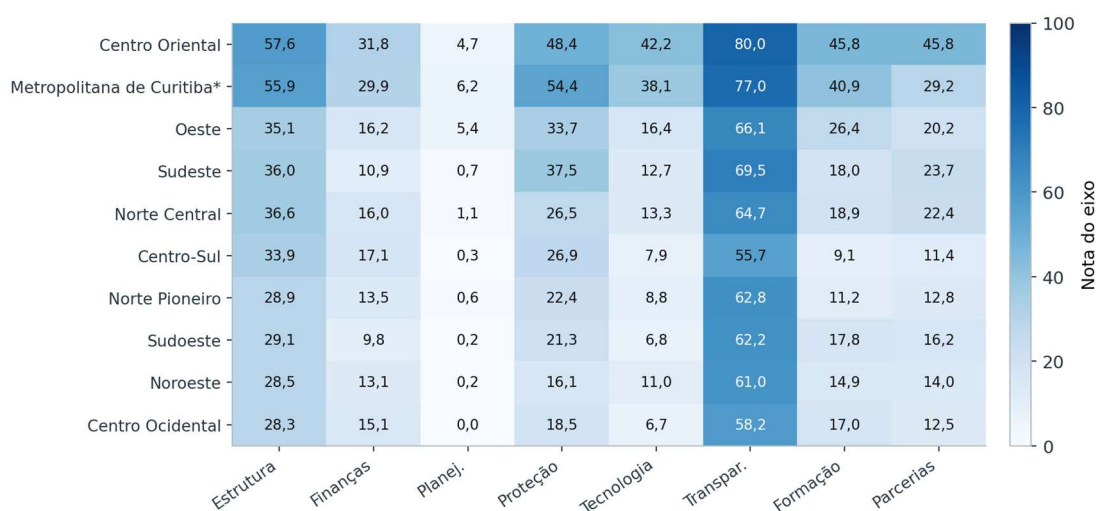


Figura 8. Nota de cada eixo por região (0 a 100).

*Como ler: quanto mais escura a célula, maior a nota. A coluna Planej. é clara em todas as linhas, o que mostra a fragilidade do planejamento em todo o estado. *Metropolitana de Curitiba é a mesorregião usada no modelo.*

7. PRINCIPAIS FRAGILIDADES

1. Ciclo de planejamento restrito: poucos planos e quase nenhuma avaliação.
2. Pouca produção de conhecimento: 354 municípios sem diagnóstico próprio e 362 sem pesquisa de vitimização.
3. Financiamento pouco organizado: 214 municípios com zero no eixo financeiro.
4. Tecnologia desligada do planejamento.
5. Pouca divulgação de dados de segurança.
6. Proteção da mulher com serviços dispersos.
7. Formação e prevenção pouco difundidas: 325 municípios sem capacitação em 2025.
8. Questionário sensível ao fluxo de perguntas.

Essas fragilidades são riscos a verificar, não fatos comprovados.

8. CUIDADOS AO INTERPRETAR A NOTA

Respostas em branco: 4.443 respostas (20,4%) estão ausentes, quase todas em perguntas ligadas à Guarda (330 municípios) ou ao plano em execução (366).

Teto da nota: município sem Guarda não passa de 79,82 pontos.

Resultado estável: a baixa maturidade se mantém em cenários alternativos de cálculo.

Dados declarados: não houve auditoria documental nem verificação do funcionamento dos serviços.

Sem evolução anual: as perguntas cobrem períodos diferentes.

Correlação não é causa: as comparações são apenas descritivas.

9. ORIENTAÇÕES PARA A FISCALIZAÇÃO

O índice serve para selecionar objetos e planejar trabalhos. As respostas são indícios e precisam ser verificadas no caso concreto.

Tema	O que verificar
Planos e avaliação	Se o plano orienta decisões e tem acompanhamento.
Execução orçamentária	Se as respostas batem com LOA, empenhos e pagamentos.
Videomonitoramento	Se há estudo prévio, manutenção e uso das imagens.
Rede de proteção da mulher	Fluxos e encaminhamentos entre os serviços.
Transparência	Dados publicados, periodicidade e respostas à população.
Guarda	Se ouvidoria e corregedoria atendem aos requisitos e funcionam.
Capacitação e prevenção	Continuidade, conteúdo e público atendido.

Passos de validação: confirmar a informação, examinar o funcionamento, avaliar as entregas, registrar o achado e monitorar a implementação.

10. ORIENTAÇÕES AOS MUNICÍPIOS

Os prazos contam a partir da pactuação do plano de melhoria e são referências propostas, não prazos legais.

Prazo	Ação
Até 30 dias	Validar respostas, mapear serviços e designar coordenação.
30 a 90 dias	Fazer o diagnóstico e priorizar problemas, públicos e territórios.
90 a 180 dias	Elaborar ou revisar o plano, com metas, custos e fontes de recursos.
90 a 180 dias	Organizar fluxos de proteção e protocolos de cooperação.
180 a 365 dias	Executar as ações priorizadas e acompanhar.
Fim do 1º ciclo	Avaliar resultados e prestar contas à sociedade.

11. CONCLUSÃO

A maturidade declarada da gestão municipal de segurança pública é baixa e generalizada, e a principal lacuna é o ciclo de planejamento. Os itens Estruturantes, que mais pesam no índice, são os que têm pior desempenho. As estruturas que já existem (videomonitoramento, ouvidorias, conselhos e serviços sociais) precisam ser conectadas, com diagnóstico, metas, financiamento, transparência e avaliação.

Porte e desenho do questionário influenciam as notas e devem ser considerados nas comparações. A nota global deve ser lida junto com os resultados por componente, por questão e por eixo.

Outubro de 2026.

CAUD/CGF

Tribunal de Contas do Estado do Paraná

12. APÊNDICE ESTATÍSTICO

12.1 Rastreabilidade dos cálculos

Cálculo	Regra aplicada
Índice municipal	$100 \times \text{soma (nota} \times \text{peso)} \div 114$.
Média geral	Média simples dos 370 índices reconstruídos antes do arredondamento.
Nota do eixo	$100 \times \text{soma (nota} \times \text{peso nas questões do eixo)} \div \text{soma dos pesos do eixo}$.
Média por porte ou região	Média simples dos índices dos municípios associados ao grupo; base total associada = 369.
Nota da questão	$100 \times \text{soma das notas da questão} \div 370$.
Percentuais condicionais	Numerador dividido pelo total do grupo declarado em cada tabela.
Desvio padrão	Desvio padrão populacional dos 370 índices; divisor igual a 370.
Percentis	Interpolação linear sobre os índices reconstruídos; empates mantidos.
Postos e empates	Posto mínimo da pontuação, em ordem decrescente, com ordem alfabética entre empates.

12.2 Legendas do ranking completo

Faixas: MB = Muito Baixo; B = Baixo; I = Intermediário; A = Alto; MA = Muito Alto.

Portes: PP, P, M, G e GG.

Regiões: COc = Centro Ocidental; COr = Centro Oriental; CS = Centro-Sul; MC = Metropolitana de Curitiba; NO = Noroeste; NC = Norte Central; NP = Norte Pioneiro; OE = Oeste; SE = Sudeste; SO = Sudoeste.

12.3 Municípios do modelo ausentes na planilha de segurança

Município no apêndice ambiental	Porte	Região
ANDIRÁ	P	NP
BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	PP	SO
BRASILÂNDIA DO SUL	PP	NO
CALIFÓRNIA	PP	NC
CAMPINA DA LAGOA	P	COc
CAMPINA GRANDE DO SUL	G	MC
COLORADO	M	NC
CONGONHINHAS	PP	NP
DOUTOR ULYSSES	PP	MC
ENGENHEIRO BELTRÃO	P	COc
GUARAQUEÇABA	PP	MC
INAJÁ	PP	NO
IPIRANGA	P	SE
LOBATO	PP	NC
LUIZIANA	PP	COc
MARILENA	PP	NO
MAUÁ DA SERRA	PP	NC
ORTIGUEIRA	M	COr
PAIÇANDU	M	NC
PEROLA D'OESTE	PP	SO
PIRAÍ DO SUL	M	COr
PLANALTO	P	SO
SANTA INÊS	PP	NC
SANTA IZABEL DO OESTE	P	SO
SAUDADE DO IGUAÇU	PP	SO
SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU	PP	OE
TEIXEIRA SOARES	PP	SE
TIJUCAS DO SUL	P	MC
URAI	P	NP

Esses 29 municípios não receberam nota presumida no IMGSPM, pois não responderam ao questionário aplicado durante o levantamento sobre a gestão da segurança pública municipal no Paraná.

12.4 Ranking completo dos municípios registros 1 a 31

Pos.	Município	IMGSPM	Faixa	Porte	Região	População
1	Foz do Iguaçu	90,94	MA	GG	OE	297.352
2	Cascavel	87,28	MA	GG	OE	368.195
3	Telêmaco Borba	84,21	MA	G	COr	77.479
4	Paranaguá	81,87	MA	GG	MC	150.104
5	Curitiba	78,36	A	GG	MC	1.830.795
6	Toledo	75,73	A	GG	OE	160.701
7	Arapongas	73,10	A	GG	NC	124.838
7	Campo Magro	73,10	A	M	MC	31.888
7	Londrina	73,10	A	GG	NC	581.382
10	Fazenda Rio Grande	72,22	A	GG	MC	165.943
11	São José dos Pinhais	70,76	A	GG	MC	349.880
12	Maringá	69,15	A	GG	NC	429.660
13	Irati	66,08	A	G	SE	61.004
14	Ponta Grossa	65,64	A	GG	COr	375.632
15	Guaíra	65,20	A	M	OE	33.058
16	Paranavaí	64,77	A	G	NO	96.209
17	Quatro Barras	64,33	A	M	MC	25.397
18	Campo Largo	62,87	A	GG	MC	144.504
19	Apucarana	62,13	A	GG	NC	134.910
20	Umuarama	60,67	A	GG	NO	123.059
21	Jaguariaíva	60,23	A	M	COr	36.384
22	Sengés	58,48	I	P	COr	17.256
23	Sarandi	58,19	I	GG	NC	128.106
24	Colombo	56,87	I	GG	MC	241.672
25	Almirante Tamandaré	56,29	I	GG	MC	125.861
26	Castro	55,56	I	G	COr	75.644
27	Pontal do Paraná	54,97	I	M	MC	33.131
28	Pinhais	54,09	I	GG	MC	131.255
29	Mandirituba	52,92	I	M	MC	29.104
30	Matinhos	52,63	I	M	MC	42.063
31	Guaratuba	50,15	I	M	MC	44.913

12.4 Ranking completo dos municípios registros 32 a 62

Pos.	Município	IMGSPM	Faixa	Porte	Região	População
32	Altônia	47,08	I	P	NO	18.634
32	Araucária	47,08	I	GG	MC	162.247
34	Campo Mourão	43,86	I	GG	COc	104.122
35	São Miguel do Iguaçu	42,84	I	M	OE	30.416
36	Astorga	42,11	I	M	NC	26.203
37	Iporã	41,81	I	P	NO	16.102
38	Cambé	41,23	I	GG	NC	110.923
39	Assis Chateaubriand	39,47	B	M	OE	38.357
40	Assaí	39,04	B	P	NP	13.477
41	Marialva	38,60	B	M	NC	44.749
42	Antonina	38,16	B	P	MC	18.140
43	Cianorte	37,72	B	G	NO	82.988
44	Nova Santa Bárbara	37,13	B	PP	NP	4.308
45	Mallet	36,84	B	P	SE	13.681
46	Jundiaí do Sul	35,96	B	PP	NP	3.372
47	Coronel Vivida	35,09	B	M	SO	24.010
48	Amaporã	34,21	B	PP	NO	4.688
48	Missal	34,21	B	P	OE	11.423
50	Jardim Alegre	33,33	B	P	NC	12.138
50	Palmeira	33,33	B	M	COr	34.948
50	Palotina	33,33	B	M	OE	37.039
50	Rebouças	33,33	B	P	SE	14.825
54	Cambará	32,75	B	M	NP	23.393
55	Dois Vizinhos	32,46	B	M	SO	47.589
56	Goioerê	31,58	B	M	COc	30.025
56	Matelândia	31,58	B	P	OE	19.223
56	Paraíso do Norte	31,58	B	P	NO	13.728
56	Rolândia	31,58	B	G	NC	75.818
56	Três Barras do Paraná	31,58	B	P	OE	11.157
61	Laranjeiras do Sul	30,70	B	M	CS	33.179
62	Mandaguari	30,26	B	M	NC	38.313

12.4 Ranking completo dos municípios registros 63 a 93

Pos.	Município	IMGSPM	Faixa	Porte	Região	População
63	Nossa Senhora das Graças	29,82	B	PP	NC	3.669
64	Jacarezinho	28,95	B	M	NP	41.493
64	Nova América da Colina	28,95	B	PP	NP	3.286
64	Pato Branco	28,95	B	G	SO	97.821
64	Prudentópolis	28,95	B	G	SE	50.946
64	Realeza	28,95	B	M	SO	20.097
69	Cornélio Procopio	28,51	B	M	NP	45.720
70	Lapa	28,07	B	M	MC	45.878
70	Santo Antônio da Platina	28,07	B	M	NP	45.628
72	Carambeí	27,19	B	M	COOr	24.469
72	Imbaú	27,19	B	P	COOr	15.068
72	Nova Aurora	27,19	B	P	OE	14.331
72	Santa Terezinha de Itaipu	27,19	B	M	OE	25.300
76	Guarapuava	26,75	B	GG	CS	189.630
76	Sabáudia	26,75	B	PP	NC	9.511
78	Candói	26,32	B	P	CS	15.174
78	General Carneiro	26,32	B	P	SE	10.691
78	Querência do Norte	26,32	B	P	NO	10.625
78	Rio Negro	26,32	B	M	MC	31.951
82	Mandaguaçu	25,88	B	M	NC	34.521
82	Santa Fé	25,88	B	P	NC	11.730
84	Balsa Nova	25,44	B	P	MC	13.867
84	Sertãoópolis	25,44	B	P	NC	16.210
84	Vitorino	25,44	B	P	SO	10.549
87	Tomazina	25,15	B	PP	NP	8.523
88	Cafelândia	24,56	B	M	OE	20.145
88	Cândido de Abreu	24,56	B	P	NC	15.081
88	Centenário do Sul	24,56	B	P	NC	10.903
88	Fernandes Pinheiro	24,56	B	PP	SE	6.400
88	Marechal Cândido Rondon	24,56	B	G	OE	58.734
88	Medianeira	24,56	B	G	OE	57.910

12.4 Ranking completo dos municípios registros 94 a 124

Pos.	Município	IMGSPM	Faixa	Porte	Região	População
88	Nova Tebas	24,56	B	PP	NC	6.852
88	Piraquara	24,56	B	GG	MC	127.433
88	Quedas do Iguaçu	24,56	B	M	CS	31.423
88	Santa Tereza do Oeste	24,56	B	P	OE	13.938
88	Siqueira Campos	24,56	B	M	NP	24.031
99	Tibagi	24,12	B	M	CO _r	20.374
100	Araruna	23,68	B	P	CO _c	14.894
100	Imbituva	23,68	B	M	SE	30.849
100	Itaguajé	23,68	B	PP	NC	4.530
100	Quitandinha	23,68	B	P	MC	18.882
104	Atalaia	22,81	B	PP	NC	4.046
104	Boa Esperança	22,81	B	PP	CO _c	4.595
104	Foz do Jordão	22,81	B	PP	CS	4.893
104	Lupionópolis	22,81	B	PP	NC	4.929
104	Morretes	22,81	B	P	MC	19.089
104	Palmital	22,81	B	P	CS	12.879
104	Santa Isabel do Ivaí	22,81	B	PP	NO	9.043
104	Tapejara	22,81	B	P	NO	16.326
112	Cruzmaltina	22,66	B	PP	NC	2.870
113	Contenda	22,37	B	M	MC	20.006
114	Bela Vista do Paraíso	21,93	B	P	NC	14.982
114	Cerro Azul	21,93	B	P	MC	16.287
114	Godoy Moreira	21,93	B	PP	NC	2.911
114	Guaraniaçu	21,93	B	P	OE	13.770
114	Honório Serpa	21,93	B	PP	SO	4.803
114	Ibiporã	21,93	B	G	NC	53.276
114	Itapejara d'Oeste	21,93	B	P	SO	12.869
114	Loanda	21,93	B	M	NO	23.966
114	Presidente Castelo Branco	21,93	B	PP	NC	4.304
114	Quatro Pontes	21,93	B	PP	OE	4.672
114	Renascença	21,93	B	PP	SO	6.945

12.4 Ranking completo dos municípios registros 125 a 155

Pos.	Município	IMGSPM	Faixa	Porte	Região	População
114	Rosário do Ivaí	21,93	B	PP	NC	5.484
114	Santo Inácio	21,93	B	PP	NC	6.463
114	São Carlos do Ivaí	21,93	B	PP	NO	6.727
114	São Jerônimo da Serra	21,93	B	P	NP	10.884
129	Anahy	21,05	B	PP	OE	2.971
129	Ângulo	21,05	B	PP	NC	3.357
129	Cantagalo	21,05	B	P	CS	10.672
129	Céu Azul	21,05	B	P	OE	11.255
129	Flor da Serra do Sul	21,05	B	PP	SO	4.342
129	Jandaia do Sul	21,05	B	M	NC	21.930
129	Japira	21,05	B	PP	NP	5.054
129	Leópolis	21,05	B	PP	NP	3.725
129	Mamborê	21,05	B	P	COc	13.551
129	Mangueirinha	21,05	B	P	SO	16.737
129	Nova Santa Rosa	21,05	B	PP	OE	8.581
129	Santa Maria do Oeste	21,05	B	PP	CS	9.869
129	Terra Roxa	21,05	B	P	OE	18.636
142	Alvorada do Sul	20,61	B	P	NC	10.481
143	Bandeirantes	20,18	B	M	NP	31.747
143	Carlópolis	20,18	B	P	NP	17.788
143	Faxinal	20,18	B	P	NC	16.596
143	Francisco Beltrão	20,18	B	GG	SO	102.312
143	Itambé	20,18	B	PP	NC	6.228
143	Ivaiporã	20,18	B	M	NC	33.566
143	Rio Branco do Sul	20,18	B	M	MC	40.308
143	Ventania	20,18	B	PP	COr	9.760
143	Vera Cruz do Oeste	20,18	B	PP	OE	8.178
152	Chopinzinho	19,30	MB	M	SO	21.604
152	Farol	19,30	MB	PP	COc	2.994
152	Laranjal	19,30	MB	PP	CS	5.525
152	Mato Rico	19,30	MB	PP	CS	3.249

12.4 Ranking completo dos municípios registros 156 a 186

Pos.	Município	IMGSPM	Faixa	Porte	Região	População
152	Paula Freitas	19,30	MB	PP	SE	5.706
152	Paulo Frontin	19,30	MB	PP	SE	6.414
152	Quarto Centenário	19,30	MB	PP	COc	4.127
152	Santa Cruz de Monte Castelo	19,30	MB	PP	NO	8.840
152	Santa Helena	19,30	MB	M	OE	26.461
152	São Jorge do Patrocínio	19,30	MB	PP	NO	6.690
152	Wenceslau Braz	19,30	MB	P	NP	19.398
163	Altamira do Paraná	18,42	MB	PP	COc	3.496
163	Arapoti	18,42	MB	M	COr	26.325
163	Boa Vista da Aparecida	18,42	MB	PP	OE	8.023
163	Campo Bonito	18,42	MB	PP	OE	3.997
163	Catanduvas	18,42	MB	P	OE	10.621
163	Cruzeiro do Oeste	18,42	MB	M	NO	24.859
163	Doutor Camargo	18,42	MB	PP	NC	6.517
163	Iguaraçu	18,42	MB	PP	NC	5.693
163	Pato Bragado	18,42	MB	PP	OE	6.004
163	Pitanga	18,42	MB	M	CS	34.527
163	Pitangueiras	18,42	MB	PP	NC	3.141
163	Reserva	18,42	MB	M	COr	24.878
163	Salgado Filho	18,42	MB	PP	SO	4.090
176	Bocaiúva do Sul	17,54	MB	P	MC	13.405
176	Borrazópolis	17,54	MB	PP	NC	7.818
176	Corbélia	17,54	MB	P	OE	17.933
176	Florestópolis	17,54	MB	P	NC	11.653
176	Maria Helena	17,54	MB	PP	NO	5.926
176	Mariópolis	17,54	MB	PP	SO	6.506
176	Mercedes	17,54	MB	PP	OE	6.194
176	Pinhão	17,54	MB	M	CS	30.451
176	Rio Azul	17,54	MB	P	SE	14.174
176	Rio Bonito do Iguaçu	17,54	MB	s/d	s/d	s/d
176	São Mateus do Sul	17,54	MB	M	SE	43.490

12.4 Ranking completo dos municípios registros 187 a 217

Pos.	Município	IMGSPM	Faixa	Porte	Região	População
187	Munhoz de Mello	17,11	MB	PP	NC	4.057
188	Cruz Machado	16,67	MB	P	SE	15.759
188	Enéas Marques	16,67	MB	PP	SO	6.146
188	Entre Rios do Oeste	16,67	MB	PP	OE	4.770
188	Ourizona	16,67	MB	PP	NC	3.193
188	Ouro Verde do Oeste	16,67	MB	PP	OE	7.102
188	Pérola	16,67	MB	P	NO	12.389
188	Ribeirão Claro	16,67	MB	P	NP	12.856
188	Salto do Lontra	16,67	MB	P	SO	15.706
188	Santo Antônio do Sudoeste	16,67	MB	M	SO	24.980
188	São Jorge do Ivaí	16,67	MB	PP	NC	5.170
188	Sulina	16,67	MB	PP	SO	3.498
188	Terra Boa	16,67	MB	P	COc	18.168
200	Adrianópolis	15,79	MB	PP	MC	6.319
200	Alto Paraíso	15,79	MB	PP	NO	3.067
200	Antônio Olinto	15,79	MB	PP	SE	7.048
200	Barbosa Ferraz	15,79	MB	P	COc	10.580
200	Cafezal do Sul	15,79	MB	PP	NO	4.580
200	Conselheiro Mairinck	15,79	MB	PP	NP	3.474
200	Manoel Ribas	15,79	MB	P	NC	14.675
200	Maripá	15,79	MB	PP	OE	6.824
200	Rio Bom	15,79	MB	PP	NC	3.214
200	Rondon	15,79	MB	PP	NO	9.255
200	São José da Boa Vista	15,79	MB	PP	NP	6.023
200	São Pedro do Ivaí	15,79	MB	PP	NC	8.514
212	Clevelândia	14,91	MB	P	SO	14.833
212	Ibaiti	14,91	MB	M	NP	29.464
212	Nova Londrina	14,91	MB	P	NO	13.074
212	Nova Olímpia	14,91	MB	PP	NO	5.982
212	Porto Barreiro	14,91	MB	PP	CS	3.057
212	São João	14,91	MB	P	SO	12.297

12.4 Ranking completo dos municípios registros 218 a 248

Pos.	Município	IMGSPM	Faixa	Porte	Região	População
212	São João do Caiuá	14,91	MB	PP	NO	5.607
212	Terra Rica	14,91	MB	P	NO	14.961
220	Ampére	14,04	MB	M	SO	20.337
220	Barracão	14,04	MB	PP	SO	9.903
220	Boa Ventura de São Roque	14,04	MB	PP	CS	6.241
220	Bom Sucesso do Sul	14,04	MB	PP	SO	3.244
220	Cambira	14,04	MB	P	NC	10.045
220	Curiúva	14,04	MB	P	NP	13.784
220	Goioxim	14,04	MB	PP	CS	6.469
220	Iguatu	14,04	MB	PP	OE	2.156
220	Itaúna do Sul	14,04	MB	PP	NO	3.607
220	Jesuítas	14,04	MB	P	OE	10.954
220	Lidianópolis	14,04	MB	PP	NC	3.987
220	Nova Laranjeiras	14,04	MB	P	CS	12.298
220	Palmas	14,04	MB	G	SO	50.238
220	Porto Rico	14,04	MB	PP	NO	3.370
220	Roncador	14,04	MB	P	COc	11.339
220	Santa Amélia	14,04	MB	PP	NP	3.358
220	São João do Ivaí	14,04	MB	P	NC	10.639
220	São Sebastião da Amoreira	14,04	MB	PP	NP	8.063
238	Floresta	13,60	MB	P	NC	11.522
239	Agudos do Sul	13,16	MB	P	MC	10.770
239	Barra do Jacaré	13,16	MB	PP	NP	2.872
239	Bituruna	13,16	MB	P	SE	15.650
239	Inácio Martins	13,16	MB	PP	CS	9.555
239	Iracema do Oeste	13,16	MB	PP	OE	2.328
239	Itaipulândia	13,16	MB	P	OE	12.116
239	Marquinho	13,16	MB	PP	CS	4.491
239	Nova Prata do Iguaçu	13,16	MB	P	SO	13.340
239	Salto do Itararé	13,16	MB	PP	NP	5.214
248	Francisco Alves	12,28	MB	PP	NO	8.573

12.4 Ranking completo dos municípios registros 249 a 279

Pos.	Município	IMGSPM	Faixa	Porte	Região	População
248	Guaraci	12,28	MB	PP	NC	4.743
248	Iretama	12,28	MB	P	COc	10.832
248	Ivaté	12,28	MB	PP	NO	6.788
248	Mariluz	12,28	MB	PP	NO	9.910
248	Piên	12,28	MB	P	MC	14.409
248	Santo Antônio do Caiuá	12,28	MB	PP	NO	2.474
248	Tunas do Paraná	12,28	MB	PP	MC	6.304
248	União da Vitória	12,28	MB	G	SE	56.560
257	Douradina	11,40	MB	PP	NO	9.631
257	Ibema	11,40	MB	PP	OE	6.343
257	Itaperuçu	11,40	MB	M	MC	33.310
257	Ivaí	11,40	MB	P	SE	13.476
257	Jaguapitã	11,40	MB	P	NC	15.908
257	Janiópolis	11,40	MB	PP	COc	5.807
257	Juranda	11,40	MB	PP	COc	7.899
257	Marmeleiro	11,40	MB	P	SO	16.605
257	Marumbi	11,40	MB	PP	NC	4.780
257	Nova Aliança do Ivaí	11,40	MB	PP	NO	1.322
257	Novo Itacolomi	11,40	MB	PP	NC	3.227
257	Porto Amazonas	11,40	MB	PP	MC	4.072
257	Porto Vitória	11,40	MB	PP	SE	3.515
257	Ribeirão do Pinhal	11,40	MB	P	NP	13.158
257	Santo Antônio do Paraíso	11,40	MB	PP	NP	2.088
257	Tuneiras do Oeste	11,40	MB	PP	NO	8.067
257	Turvo	11,40	MB	P	CS	14.101
274	Alto Paraná	10,53	MB	P	NO	14.183
274	Campina do Simão	10,53	MB	PP	CS	3.954
274	Cruzeiro do Iguaçu	10,53	MB	PP	SO	4.129
274	Guamiranga	10,53	MB	PP	SE	7.916
274	Icaraíma	10,53	MB	PP	NO	9.149
274	Jaboti	10,53	MB	PP	NP	5.655

12.4 Ranking completo dos municípios registros 280 a 310

Pos.	Município	IMGSPM	Faixa	Porte	Região	População
274	Joaquim Távora	10,53	MB	P	NP	12.341
274	Peabiru	10,53	MB	P	COc	13.494
274	Quinta do Sol	10,53	MB	PP	COc	5.052
274	Rancho Alegre	10,53	MB	PP	NP	3.472
274	Xambrê	10,53	MB	PP	NO	5.835
285	Jussara	10,09	MB	PP	NO	6.786
286	Cafeara	9,65	MB	PP	NC	2.648
286	Campo do Tenente	9,65	MB	PP	MC	7.693
286	Capitão Leônidas Marques	9,65	MB	P	OE	14.776
286	Diamante D'Oeste	9,65	MB	PP	OE	4.513
286	Diamante do Sul	9,65	MB	PP	OE	3.147
286	Japurá	9,65	MB	PP	NO	9.393
286	Primeiro de Maio	9,65	MB	P	NC	10.064
286	Reserva do Iguaçu	9,65	MB	PP	CS	6.493
286	Santa Cecília do Pavão	9,65	MB	PP	NP	3.357
286	Santana do Itararé	9,65	MB	PP	NP	5.646
286	São Jorge d'Oeste	9,65	MB	PP	SO	9.587
286	São Manoel do Paraná	9,65	MB	PP	NO	2.176
286	Sertaneja	9,65	MB	PP	NP	5.654
286	Tamarana	9,65	MB	P	NC	10.540
286	Tamboara	9,65	MB	PP	NO	4.986
286	Tupãssi	9,65	MB	PP	OE	8.208
286	Ubiratã	9,65	MB	M	COc	25.732
303	Alto Piquiri	8,77	MB	PP	NO	9.771
303	Arapuã	8,77	MB	PP	NC	3.573
303	Bom Jesus do Sul	8,77	MB	PP	SO	4.072
303	Bom Sucesso	8,77	MB	PP	NC	6.674
303	Braganey	8,77	MB	PP	OE	4.745
303	Capanema	8,77	MB	M	SO	21.088
303	Espigão Alto do Iguaçu	8,77	MB	PP	CS	4.880
303	Indianópolis	8,77	MB	PP	NO	4.544

12.4 Ranking completo dos municípios registros 311 a 341

Pos.	Município	IMGSPM	Faixa	Porte	Região	População
303	Manfrinópolis	8,77	MB	PP	SO	2.790
303	Moreira Sales	8,77	MB	PP	COc	9.949
303	Prado Ferreira	8,77	MB	PP	NC	3.816
303	Ramilândia	8,77	MB	PP	OE	4.279
303	Tapira	8,77	MB	PP	NO	5.807
316	Ariranha do Ivaí	7,89	MB	PP	NC	2.351
316	Guaporema	7,89	MB	PP	NO	2.210
316	Kaloré	7,89	MB	PP	NC	4.666
316	Nova Esperança	7,89	MB	M	NC	27.142
316	Paranacity	7,89	MB	PP	NO	9.549
316	Rancho Alegre D'Oeste	7,89	MB	PP	COc	2.623
316	São João do Triunfo	7,89	MB	P	SE	13.899
316	Verê	7,89	MB	PP	SO	8.077
324	Bela Vista da Caroba	7,02	MB	PP	SO	4.122
324	Cidade Gaúcha	7,02	MB	P	NO	11.705
324	Guairaçá	7,02	MB	PP	NO	6.762
324	Itambaracá	7,02	MB	PP	NP	5.819
324	Lunardelli	7,02	MB	PP	NC	4.864
324	Mirador	7,02	MB	PP	NO	2.248
324	Nova Cantu	7,02	MB	PP	COc	6.739
324	Nova Esperança do Sudoeste	7,02	MB	PP	SO	5.783
324	Paranapoema	7,02	MB	PP	NO	2.352
324	São Pedro do Iguaçu	7,02	MB	PP	OE	5.730
334	Corumbataí do Sul	6,14	MB	PP	COc	3.770
334	Esperança Nova	6,14	MB	PP	NO	1.852
334	Formosa do Oeste	6,14	MB	PP	OE	7.763
334	Grandes Rios	6,14	MB	PP	NC	5.527
334	Guapirama	6,14	MB	PP	NP	4.857
334	Jardim Olinda	6,14	MB	PP	NO	1.349
334	Jataizinho	6,14	MB	P	NP	11.996
334	Lindoeste	6,14	MB	PP	OE	5.217

12.4 Ranking completo dos municípios registros 342 a 370

Pos.	Município	IMGSPM	Faixa	Porte	Região	População
334	Marilândia do Sul	6,14	MB	PP	NC	8.761
334	Nova Fátima	6,14	MB	PP	NP	7.140
334	Planaltina do Paraná	6,14	MB	PP	NO	4.125
334	Pranchita	6,14	MB	PP	SO	5.831
334	Quatiguá	6,14	MB	PP	NP	8.426
334	Rio Branco do Ivaí	6,14	MB	PP	NC	3.841
334	Santa Lúcia	6,14	MB	PP	OE	3.638
334	São Pedro do Paraná	6,14	MB	PP	NO	2.726
334	Sapopema	6,14	MB	PP	NP	6.778
334	Uniflor	6,14	MB	PP	NC	2.106
352	Coronel Domingos Soares	5,26	MB	PP	SO	5.427
352	Diamante do Norte	5,26	MB	PP	NO	5.139
352	Figueira	5,26	MB	PP	NP	8.129
352	Floraí	5,26	MB	PP	NC	4.805
352	Porecatu	5,26	MB	P	NC	11.271
352	São Tomé	5,26	MB	PP	NO	5.282
352	Virmond	5,26	MB	PP	CS	3.828
359	Cruzeiro do Sul	4,39	MB	PP	NO	4.543
359	Fênix	4,39	MB	PP	COc	4.488
359	Flórida	4,39	MB	PP	NC	2.711
359	Miraselva	4,39	MB	PP	NC	2.017
359	Perobal	4,39	MB	PP	NO	7.599
359	Pinhal de São Bento	4,39	MB	PP	SO	2.805
359	Santa Mariana	4,39	MB	P	NP	10.941
359	Santa Mônica	4,39	MB	PP	NO	3.361
367	Ivatuba	3,51	MB	PP	NC	2.685
367	Pinhalão	3,51	MB	PP	NP	6.676
367	São José das Palmeiras	3,51	MB	PP	OE	4.031
370	Abatiá	2,63	MB	PP	NP	7.233